



PLAN TERR

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL
MESTRADO PROFISSIONAL – PLAN TERR**

ADRIELLY FERREIRA MORAIS

**POLÍTICAS PÚBLICAS, PARTICIPAÇÃO E EMANCIPAÇÃO:
NARRATIVAS DAS MULHERES DA COMUNIDADE
QUILOMBOLA DE LAGOA GRANDE, ZONA RURAL DE FEIRA
DE SANTANA - BAHIA**

**FEIRA DE SANTANA - BA
2024**

ADRIELLY FERREIRA MORAIS

**POLÍTICAS PÚBLICAS, PARTICIPAÇÃO E EMANCIPAÇÃO:
NARRATIVAS DAS MULHERES DA COMUNIDADE
QUILOMBOLA DE LAGOA GRANDE, ZONA RURAL DE FEIRA
DE SANTANA - BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial (em nível de Mestrado Profissional) da Universidade Estadual de Feira de Santana, para obtenção do grau de mestre em Planejamento Territorial, na área de concentração Políticas públicas, planejamento territorial e participação social.

Orientador: Prof. Dr. José Raimundo Oliveira Lima.

FEIRA DE SANTANA - BA
2024

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteadó - UEFS

M825

Morais, Adrielly Ferreira

Políticas públicas, participação e emancipação : narrativas das mulheres da Comunidade Quilombola de Lagoa Grande, zona rural de Feira de Santana - Bahia / Adrielly Ferreira Moraes. – 2024.

105 f.: il.

Orientador: José Raimundo Oliveira Lima.

Dissertação (mestrado profissional) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2024.

1. Mulheres do campo. 2. Emancipação feminina. 3. Gênero. 4. Políticas públicas. 5. Comunidade Quilombola de Lagoa Grande, Feira de Santana, Bahia. I. Título. II. Lima, José Raimundo Oliveira, orient. III. Universidade Estadual de Feira de Santana.

CDU 396.1:32(814.22)

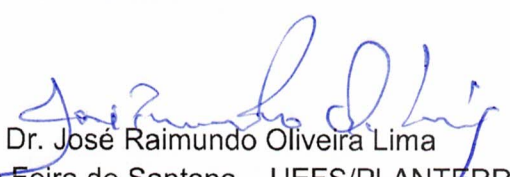
ADRIELLY FERREIRA MORAIS

**POLÍTICAS PÚBLICAS, PARTICIPAÇÃO E EMANCIPAÇÃO: NARRATIVAS DAS
MULHERES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LAGOA GRANDE, ZONA RURAL
DE FEIRA DE SANTANA- BAHIA**

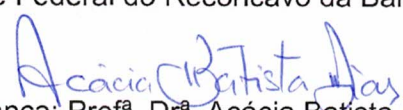
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial (PLANTERR) da Universidade Estadual de Feira de Santana como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de mestre em Planejamento Territorial.

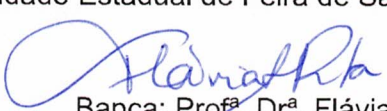
Aprovada em 13 de junho de 2024.

BANCA EXAMINADORA


Orientador(a): Prof. Dr. José Raimundo Oliveira Lima
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS/PLANTERR


Banca: Prof^a. Dr^a. Maria Inês Caetano Ferreira
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB


Banca: Prof^a. Dr^a. Acácia Batista Dias
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS/PLANTERR


Banca: Prof^a. Dr^a. Flávia Almeida Pita
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS/IEPS

Dedico este trabalho à memória de minhas avós Marilda e Zanira que sempre foram meus anjos da guarda na terra e no céu. Às mulheres de Lagoa Grande que são as grandes construtoras desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Desde que eu me lembro, minha avó Zanira sempre me abençoou com a seguinte frase: “[Minha fia tem a maior sorte dessa vida, sorte com gente”. Com esta referência carinhosa quero, em primeiro lugar, deixar claro que tenho muitas pessoas a agradecer e que a benção de minha avó, de fato, me acompanha.

Aos meus guias espirituais, a rainha dos ventos que me livra e me conduz diante de todas as tempestades. Gratidão as águas fluidas de Iemanjá e a coragem de Ogum que me guiaram até aqui e me guiarão por onde eu andar.

Meu muito obrigada às minhas avós, Marilda e Zanira, eu penso que a minha vida seria muito mais feliz com a presença física de vocês, mas ao mesmo tempo, me conforto na sorte em ser neta de duas mulheres, fortes, batalhadoras e inquietas. Agradeço em vida e no plano espiritual, porque eu sei que vocês me amparam de onde estiverem como sempre fizeram. E sei que se o céu existe, minha avó Marilda já colocou um samba, uma comida pesada, uma boa cerveja gelada e juntou gente para comemorar essa vitória, enquanto minha avó Zanira segura um terço, agradece a Nossa Senhora e pede que eu estude, mas que não esqueça de me alimentar porque senão a cabeça não funciona. Dedicar esse trabalho à memória de uma professora e de uma trabalhadora rural não poderia ser mais significativo.

À minha mãe, um agradecimento muito especial, por ser minha grande apoiadora, incentivadora, por todo o esforço despendido para que eu alcançasse muito mais do que eu poderia imaginar e pela certeza de que o que está por vir sempre terá sua mão generosa e amorosa, porque tudo que você toca se torna possível.

À minha alma gêmea, minha irmã Bárbara, a quem eu devo muito do que me tornei tentando ser o melhor exemplo e abrir caminhos que fossem mais fáceis para você caminhar, vindo de onde viemos, sabemos o quão é difícil, mas também sabemos que juntas, não há limites para nós duas. Obrigada por ser apoio e amor incondicional nos dias difíceis e nos bons dias e por ser o melhor significado da palavra irmã. “Tudo o que nós tem é nós!”

Ao meu companheiro João, os caminhos que a UEFS uniu seguem realizando grandes coisas, gratidão pela sua compreensão, envolvimento, amor e cumplicidade na nossa relação, na construção dessa pesquisa e em tudo que me proponho a fazer. Carinho que estendo à sua família pelo suporte e acolhida.

À minha dinda Nuza, por todo o apoio e amor desde que cheguei a este mundo, é um presente saber que posso contar com sua torcida e seu apoio genuíno.

Também agradeço de forma amorosa as minhas amigas, a Indira que é minha irmã de alma e divide comigo os sonhos desde a infância, obrigada por me fazer forte e comemorar todas as minhas vitórias. Ao meu trio, as princesas do Sisal, Laianne e Luana, não saberia como agradecer pela parceria, suporte emocional e lealdade, como a gente sempre diz: “o que seria da gente sem a gente”. A Verena Braga por ser um afago desde que vim para Feira de Santana e por ser uma mão amiga. Aos meus amigos queridos do CETEP Araci por terem chegado para trazer leveza, companheirismo e boas risadas.

Ao meu orientador, José Raimundo Lima, ou Zé como é carinhosamente chamado pelos seus alunos, com ele, desde a graduação, compartilho boa parte da minha vida profissional e acadêmica e sempre aprendo muito, não apenas com os seus conhecimentos, mas também com a sua história de vida (volto a afirmar, Coité é um milhão de vezes melhor que Santa Bárbara, rrsrrs), sua responsabilidade, dedicação, sensibilidade e solidariedade, me provam na prática que é possível ter rigor científico em um ambiente gentil.

Gostaria de agradecer, também, o apoio e o estímulo dos professores Jânio Santos e Acácia Dias, a vocês minha admiração e carinho.

Não poderia deixar de agradecer aos meus colegas da Turma X do Mestrado em Planejamento Territorial, uma turma sem igual que é mais um episódio da minha sorte com gente, especialmente às minhas queridas, deusas do PLANTERR, Edikecia, Jacqueline, Jessica, Marcelly, Sthefany e Tamires pelo apoio mútuo e amizade que alimentaram esta jornada.

Agradeço de todo meu coração a Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS, minha grande escola da vida acadêmica e pessoal por me proporcionar todas as experiências necessárias ao meu crescimento e a realização deste estudo. Em

especial a minha amiga, colega e parceira de trabalho, Ana Regina, que foi meu suporte e acaento durante a aplicaçaõ empírica desta pesquisa, obrigada Ana.

À Universidade Estadual de Feira de Santana, agradeço por me propiciar crescer partilhando de um espaço construtivo de conhecimento e consciência do saber científico, profissional, cultural, social e político, partindo sempre de uma perspectiva inclusiva. A Universidade Pública vive, resiste e transforma.

Ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial, em nome de todos os professores e coordenação, minha mais sincera gratidão por partilharmos de mais um degrau na minha formação acadêmica.

Por fim, um agradecimento muito especial quero oferecer para as mulheres da Comunidade Quilombola de Lagoa Grande, pelas quais guardo grande admiração, por toda a disponibilidade e por construírem esta pesquisa com a mesma qualidade que fazem tudo que lhes é colocado, espero retribuir pelo menos um pouco do tanto que me dispuseram, com vocês aprendi e aprendo o que título nenhum poderia me proporcionar. À Karen, Naiara, Fran, Nina e Emanuelle, obrigada por todo o auxílio, sem vocês este trabalho não seria possível. À sabedoria, amorosidade e a genialidade de dona Maria Cruz, Dona Lourdes e Dona Silveria, gratidão por sempre me receberem e partilharem tanto conhecimento, que sorte a minha vivenciar e documentar um pouquinho do tanto que vocês sabem e podem ensinar.

“As rosas da resistência nascem no asfalto. A gente recebe rosas, mas vamos estar com o punho cerrado falando de nossa existência contra os mandos e desmandos que afetam nossas vidas”.

(Marielle Franco – trecho de pronunciamento no plenário da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, em 2018).

RESUMO

Compreendendo o Estado como o principal responsável na promoção do bem-estar social, este trabalho transpõe a abordagem meramente tecnicista a respeito das políticas públicas, evidenciando a democracia participativa como fator vital à igualdade. Apesar do fato de a conjuntura de dominação do patriarcado se tornar mais evidente no meio rural, o processo emancipatório de mulheres no campo tem sido observado nos últimos anos a partir de um movimento de mudança que reflete a crescente atuação das mulheres na economia, na representatividade social e política. Sendo assim, o presente estudo buscou analisar a experiência das mulheres da Comunidade Quilombola de Lagoa Grande, zona rural de Feira de Santana – BA com as políticas públicas e seus possíveis entrelaces com a emancipação feminina no campo a fim de responder a seguinte problematização: Qual o reflexo das políticas públicas nas estruturas das desigualdades e fortalecimento da emancipação das mulheres do Quilombo de Lagoa Grande? Neste processo, foram adotadas estratégias pertinentes a alcançar o objetivo proposto, que inicialmente compreende a abordagem teórica baseando as perspectivas conceituais e metodológicas, como instrumentos metodológicos de coleta de dados são utilizadas rodas de conversa, relatos orais e uma gravação documentada em vídeo, também é apresentada uma árvore problema que representa imgeticamente os problemas discutidos ao longo dos diálogos propostos. A pesquisa de campo apresenta resultados que permitem confirmar a significativa participação feminina na Comunidade, possibilitando obter uma ótica da realidade das mulheres de Lagoa Grande no que diz respeito às ações públicas do Estado e a percepção a respeito da emancipação feminina no campo, os dados obtidos nesta pesquisa demonstram um cenário favorável a participação feminina na comunidade em diversos âmbitos, bem como, identifica demandas que dependem de ações públicas adequadas a determinada realidade.

Palavras-chave: Gênero; Emancipação feminina; Políticas públicas; Mulheres do campo.

ABSTRACT

Understanding the state as the main party responsible for promoting social welfare, this work transposes the merely technical approach to public policies, highlighting participatory democracy as a vital factor for equality. Despite the fact that the domination of patriarchy is more evident in rural areas, the emancipatory process of women in rural areas has been observed in recent years, based on a movement of change that reflects the growing role of women in the economy and in social and political representation. Therefore, this study sought to analyze the experience of women from the Quilombola Community of Lagoa Grande, in the rural area of Feira de Santana - BA, with public policies and their possible links with women's emancipation in the countryside in order to answer the following question: What is the impact of public policies on the structures of inequality and the strengthening of women's emancipation in the Quilombo of Lagoa Grande? In this process, pertinent strategies were adopted to achieve the proposed objective, which initially comprises the theoretical approach basing the conceptual and methodological perspectives, as methodological tools for data collection are used conversation circles, oral reports and a recording documented on video, a problem tree is also presented that imagistically represents the problems discussed throughout the proposed dialogues. The field research presents results that confirm the significant participation of women in the community, making it possible to get an idea of the reality of the women of Lagoa Grande with regard to the public actions of the state and their perception of female emancipation in the countryside. The data obtained in this research shows a favorable scenario for female participation in the community in various areas, as well as identifying demands that depend on public actions that are appropriate to a given reality.

Keywords: Gender; Female emancipation; Public policy; Rural women.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxograma 1 - Síntese Metodológica.....	27
Figura 2 - Ciclo de Políticas Públicas.....	45
Figura 3 - Mapa dos Territórios de Identidade da Bahia.....	55
Figura 4 - Mapa do Território Portal do Sertão.....	59
Figura 5 - Árvore Problema.....	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Necessidades das mulheres de Lagoa Grande	70
Quadro 2 - Políticas Públicas acessadas e/ou conhecidas.....	72

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa de Localização da comunidade quilombola de Lagoa Grande.....	62
---	----

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Sede da AQCOMAQ.....	63
Fotografia 2 - Espaço da sede da AQCOMAQ.....	63
Fotografia 3 - Primeira roda de conversa na Comunidade de Lagoa Grande	65
Fotografia 4 - Construção da Árvore Problema	75
Fotografia 5 - Encontro do clube das mães de Lagoa Grande	80
Fotografia 6 - Roda de Conversa (Clube de Mães da Lagoa Grande)	85
Fotografia 7 - Apresentação de demandas discutidas ao vereador Ivamberg Lima.....	87
Fotografia 8 - Mesa de abertura do XI Novembro Negro da Lagoa Grande	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACOMAQ - Associação Comunitária de Maria Quitéria
AJA - Alfabetização de Jovens e Adultos
ATER-MULHERES - Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural para Mulheres
CAF - Cadastro da Agricultura Familiar
CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CNE - Conselho Nacional de Educação
COOPERGÊNERO - Programa Gênero e Cooperativismo
DAP - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
DPMRQ - Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombos
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENAP - Escola Nacional de Administração Pública
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IEPS/UEFS - Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST - Movimento dos Trabalhadores sem Terra
ONU - Organização das Nações Unidas
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
POPMPR - Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RASEAM - Relatório Anual Socioeconômico da Mulher
SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural
SECULT-BA – Secretaria de Cultura do Estado da Bahia

SEDUC - Secretaria de Educação do Estado da Bahia

UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

MCR - Manual de Crédito Rural

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Caminhos metodológicos.....	21
2 EMANCIPAÇÃO – CAMINHOS E (DES) CAMINHOS.....	28
2.1 O patriarcado que persiste	29
2.2 Para as mulheres uma luta constante	31
3 PARTICIPAÇÃO SOCIAL E O BRASIL	35
3.1 Mulheres do campo em frente	38
3.2 Políticas Públicas e participação social	42
4 REFLEXÕES ACERCA DOS ESTUDOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	47
4.1 Políticas públicas para mulheres do campo	49
4.2 A Bahia e as políticas para mulheres do campo	54
5 COMPREENDENDO O LUGAR	58
5.1 Comunidade Quilombola de Lagoa Grande	60
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	64
6.1 Roda de Conversa 1 – Entendendo a experiência com as políticas públicas.....	65
6.2 Roda de Conversa 2 – Construção da Árvore Problema	73
6.3 Roda de Conversa 3 – Emancipação é coletividade	80
6.4 Gravação audiovisual – Novembro Negro da Lagoa Grande.....	89
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS	98
APÊNDICES	105
APÊNDICE A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM.....	105

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação estuda as políticas públicas para mulheres do campo, dentro dessa perspectiva, avalia a participação das mulheres na comunidade e considera a hipótese da contribuição das políticas públicas no processo de emancipação feminina no campo. Para tanto, se baseia em uma pesquisa social desenvolvida na Comunidade Quilombola de Lagoa Grande, zona rural de Feira de Santana – Bahia.

Esta, tem por objetivo analisar a experiência de mulheres de Lagoa Grande com políticas públicas no contexto da emancipação e participação social, inicialmente partindo da reflexão sobre a constituição do trabalho feminino rural que possui uma história centrada na luta por acesso à terra, participação social, igualdade e investimentos públicos para garantir direitos básicos, como finalidade específica, pretende-se também verificar a experiência das mulheres rurais com as políticas públicas conhecidas e/ou já acessadas por elas, analisar a contribuição das políticas públicas no processo de emancipação feminina, examinar o processo de organização e participação feminina na comunidade e como produto, elaborar – juntamente com o grupo de mulheres participantes – um documento em vídeo registrando histórias de luta e conquistas das mulheres de Lagoa Grande.

Para as mulheres, o processo de participação e o acesso às políticas públicas se entrelaça com um terceiro ponto imprescindível nesta luta por um protagonismo merecido, a emancipação feminina no campo. Todas as conquistas sociais das mulheres revelam um processo que se baseia em opressão histórica e cerceamento de direitos, ao longo dos séculos, submetidas ao descaso do poder público e da sociedade patriarcal, as mulheres camponesas galgaram uma situação de extrema desigualdade, principalmente pela falta de visibilidade do trabalho no campo, de acesso a recursos e baixos níveis de renda e escolaridade.

Assoladas pela escravidão no período colonial, o trajeto da mulher do campo em busca de direitos básicos demorou a iniciar, discorrendo sobre o processo de invisibilização do trabalho feminino rural como um fruto do patriarcado, que mesmo após a abolição ganharia outros moldes para se perpetuar de maneira mais acentuada na zona rural, barrando a possibilidade de as mulheres construírem sua participação efetiva na comunidade e sua emancipação através do trabalho, processo este, reconhecido por Fischer (2006) e Heredia e Cintrão (2006).

A pauta do feminismo no Brasil no século XIX traz as reivindicações pela garantia de acesso à educação, ao voto, levantando a bandeira de igualdade de direitos entre homens e mulheres, que apesar dos avanços, ainda não foi alcançada. Pinto (2003, p.13) define o surgimento do feminismo no Brasil, “No Brasil da mesma forma, a primeira fase do feminismo teve como foco a luta das mulheres por direitos políticos, como candidatas e eleitoras”. Porém, como bem ressalta Ângela Davis, os direitos garantidos pela luta feminista ao longo do tempo não chegaram para as mulheres de forma igual, as mulheres brancas e da zona urbana acabaram por gozar de direitos primeiro (DAVIS, 2016).

A dominação da sociedade patriarcal permeia a vida das mulheres desde a sua existência, o conceito simples de patriarcado, a partir do que o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens, a figura do patriarca como centro das famílias e das decisões, conforme Saffioti (2015) esse conceito constitui uma categoria específica de determinado período, ou seja, a definição e o significado do patriarcado muda com a história da humanidade.

Portanto, parece fundamental observar atentamente as estruturas sociais, econômicas e políticas que envolvem a vivência das mulheres no campo, primordialmente reconhecendo a desigualdade de gênero e o baixo acesso a recursos públicos como questões estruturais enfrentadas com mais afinco no meio rural, por isso, problematizar o papel das políticas no contexto de desigualdade que envolve as mulheres do campo é uma observação primordial neste estudo, considerando a necessidade de uma proximidade com a realidade de acesso às políticas públicas implantadas e suas apropriações diante dessa realidade.

No ano de 2000 Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) publicou em um livro com o intuito de retratar a realidade agrária no Brasil, constatando a necessidade de reforma agrária e de investimento em políticas públicas principalmente voltadas ao território rural, pois este, apresentava índices de Gini maiores nas áreas rurais, em todos os estados, esse estudo representa dados entre os anos de 1980 e 1991 (Brasil, 2000).

Mesmo com a criação de políticas públicas importantes para as mulheres rurais, como a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) instituído em 1996 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que possui uma categoria específica para mulheres, o PRONAF Mulher, bem como, a instituição da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombos durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, através dos dados apresentados pelo censo agropecuário 2017 foi observado que os esforços apresentados necessitam de estudos direcionados a

sua aplicação, assim como de uma avaliação mais clara sobre a sua função e sobre seus efeitos no sentido de reduzir a desigualdade de gênero enfrentada no campo.

Arretche (2001) nos chama atenção para a natureza dos manuais de avaliação de políticas públicas que definem a avaliação da eficácia, da eficiência ou da efetividade de programas públicos de forma sistemática, levando em consideração os objetivos e a estratégia de implementação definidas pelos formuladores desses programas, método este, que pode ser visto como um caminho que por vezes afasta os resultados da realidade. O que justifica um estudo dessa ordem, principalmente pelo fato de o predomínio das investigações relacionadas a políticas se darem através de indicadores gerais de acesso a determinados programas, onde a avaliação dos sujeitos fica suprimida.

Pensando em transpor abordagens mais generalistas acerca da temática, o trabalho sugere uma abordagem de avaliação das políticas públicas centrada nos sujeitos, ou seja, de forma mais próxima possível da realidade.

A reflexão acerca do papel das políticas públicas no processo de emancipação feminina no campo é de urgente e extrema importância. Ainda que o movimento de mulheres tenha garantido – e garanta – inúmeros avanços, as mulheres enfrentam os resquícios de um sistema patriarcal de desigualdade que minam diariamente suas possibilidades de crescimento, seja no âmbito político, social ou econômico, em se tratando de mulheres do campo, os números são ainda mais desiguais. Essa realidade decorre de diversos fatores, em especial a estrutura social e a responsabilidade do Estado no sentido de tocar as estruturas das desigualdades existentes através das políticas públicas.

Conforme Carvalho (2002), as políticas públicas constroem grande parte do contexto de ampliação dos espaços de decisão que conseqüentemente influem na atuação feminina no campo participativo, no entorno dessa caminhada, o papel do Estado exerce influência direta no processo de construção da emancipação feminina no campo.

Ao pensar no quesito gênero há que se considerar para além dos números, a situação social feminina na zona rural, no caso das mulheres da comunidade de Lagoa de Grande, acrescenta-se ainda o quesito raça, tratando-se de uma comunidade quilombola de população quase 100% negra, situada no distrito de Maria Quitéria, zona rural de Feira de Santana, cidade do interior da Bahia, a comunidade é reconhecida pela Fundação Cultural Palmares desde 2007 e possui cerca de 700 moradores, em grande maioria ocupados com a agricultura familiar.

A Comunidade Lagoa Grande possui uma associação que promoveu as movimentações e o início da formação da 1ª Associação Comunitária do distrito, Associação Comunitária de Maria Quitéria (ACOMAQ), organizada em 1973 e que tem atualmente como presidente, uma mulher. Na comunidade, a mandioca representa uma grande parte da plantação e muitas famílias sobrevivem da venda dos produtos derivados, por exemplo, bolos, mingaus, acarajé, entre outros. (IEPS, 2015).

O Jornal Correio da Bahia enfatizou em uma matéria de 2018 as estatísticas de acordo com dados do IBGE sobre a participação das mulheres na agricultura familiar no interior da Bahia, sendo a zona rural de Feira de Santana a detentora da maior porcentagem feminina no campo em relação aos homens, com 55,7% (Bitencourt, 2018).

Contraditoriamente, o Estado se configura com o poder centralizado na esfera federal, que mais uma vez remonta a distância dos problemas, sendo a gestão municipal o destino de menor poder quando se trata de recursos e direcionamento aos investimentos, e não diferente da formação histórica do Estado, as políticas públicas se aplicam a partir de prioridades, e numa sociedade patriarcal as necessidades das mulheres não compõem prioridades.

Analisando a contextualização histórica das políticas públicas no campo no que diz respeito à conquista de direitos das mulheres, é possível identificar a relevância de uma proposta de política que considere o contexto de opressão a que foram submetidas ao longo da história.

Identifica-se uma lacuna existente na exploração acadêmica no que diz respeito a ligação entre a ação do Estado e emancipação feminina no campo, bem como a exploração limitada das políticas públicas mais voltada ao processo de avaliação dos resultados que desconsidera contextos subjetivos e mais profundos, notou-se a viabilidade de elaborar este projeto de pesquisa com ênfase na disseminação do conhecimento de estudos de gênero e o reflexo da ação do Estado neste percurso histórico que galga a equidade, suas possíveis contribuições e limitações.

Ao passo que os números demonstram as desigualdades enfrentadas pelas mulheres do campo, eles ressaltam o aumento da participação das trabalhadoras na economia e nos espaços de decisão, essas mulheres enfrentam situações diversas para encontrar o caminho da igualdade (Fischer, 2006) é nesse contexto que o processo de organização social se insere com afinco.

A partir da formação de cooperativas, associativismo rural, de experiências individuais, do surgimento de movimentos sociais no campo e variadas formas de

organização que as mulheres iniciam a ruptura das diversas opressões que sofrem, ao se perceberem como protagonistas da vida e do trabalho que desenvolvem (Cisne, 2015) assim, a configuração da luta feminina, rompe estruturas e fortalece a consciência, dando o passo inicial para consolidar a emancipação.

O processo de organização política pode ser observado em uma crescente nas últimas décadas, fomentando o debate sobre os direitos de igualdade e valorização da mulher rural, na sociedade, nos órgãos e organizações que dão assistência ao desenvolvimento agrário.

O impacto do trabalho feminino agrícola na economia contribui diretamente para que as políticas públicas passem a ser mais discutidas, a cartilha do Ministério do Desenvolvimento Agrário publicada em 2013, define o direcionamento dos objetivos a serem alcançados através das políticas públicas para as mulheres, entre os eles estão o acesso à terra, a autonomia e participação (Brasil, 2013). O Censo Agropecuário de 2006 foi um marco importante para que alguns estudos voltados para o público feminino rural fossem realizados, diante da estatística mostrando o expressivo número de mulheres que geriam um empreendimento rural, as mulheres do campo viram pela primeira vez os dados sobre sua representação no campo serem publicados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e discutidos de forma um pouco mais abrangente pelas organizações voltadas ao fomento da agricultura familiar, pesquisadores e sociedade.

Davis (2016) define a remuneração como a chave para a emancipação das donas de casa, para o movimento da classe trabalhadora, a reivindicação em si, representa o foco central da campanha pela libertação feminina. A política social deve ser redistributiva, já que não se trata apenas de ascender economicamente, mas principalmente de conquistar a organização social, observando o papel fundamental do Estado já que a efetivação de todo direito precisa ser "financiado", por isso, não há como dissociar a política pública do contexto produtivo, porém, só é social a política que toca a estrutura das desigualdades sociais vigentes (Demo, 1996). O trabalho sempre esteve no centro das reivindicações da luta feminina, especialmente para as mulheres do campo, onde o processo de invisibilidade se insere com mais afinco, por diversas questões, sociais, econômicas, políticas, e vale colocar em debate os "porquês" de o trabalho ser o caminho para a construção desta independência, não apenas econômica, mas política e social.

As mulheres do campo engajaram-se para reivindicar pela sua promoção econômica, por ações públicas mais efetivas e valorização do trabalho, havendo um esforço para tornar suas necessidades uma prioridade na elaboração de políticas públicas,

a história da comunidade ainda possui poucos registros formais, nenhum deles refere-se estritamente a políticas públicas tampouco associados ao gênero no espectro da emancipação feminina no campo.

Ao eleger como objeto central de estudo a questão das políticas públicas em um contexto de conquistas de direitos, emancipação e participação das mulheres do campo, a proposta de aplicação desta pesquisa em uma comunidade quilombola marcada pela atuação militante feminina para conquistar direitos básicos abrange a reflexão acerca dos problemas.

A hipótese levantada nesta pesquisa, que se confirmou em determinados termos, é que a discussão de gênero ganhou espaço na sociedade e conseqüentemente na gestão pública, o que coloca as políticas públicas como a principal forma de atender demandas das mulheres, e a organização feminina no campo, de fato, conseguiu consolidar diversas medidas de transformação das estruturas de desigualdades através das políticas públicas.

Com o intuito de direcionar essa análise, vale ressaltar o questionamento central desta pesquisa, qual o reflexo das políticas públicas nas estruturas das desigualdades e fortalecimento da emancipação das mulheres do Quilombo de Lagoa Grande?

Importante salientar que, a conjuntura social apresentada ainda invisibiliza as necessidades das mulheres do campo e vem acompanhada da falta de registros formais, através deste trabalho, as mulheres têm a voz para relatar e formalizar suas experiências.

Para tal fim, inicia-se a abordagem teórica, no capítulo “Emancipação – Caminhos e (des) caminhos” que apresenta a fundamentação sobre o conceito e a breve história do patriarcado delineando o panorama da discussão sobre a emancipação feminina no campo a partir da teoria feminista abarcada no subcapítulo seguinte, investiga-se de forma mais significativa a relação entre a condição social das mulheres e as ações públicas como instrumento de movimentação da estrutura patriarcal que historicamente modula e perpetua a desigualdade de gênero.

No capítulo 3 parte-se da discussão sobre a participação social, baseando o conceito nos estudos de Pedro Demo, porém apresentando a discussão de outros autores para ampliar a compreensão do caminho histórico percorrido para garantir a organização feminina no campo delineando os caminhos paralelos entre a organização da classe trabalhadora e a composição das políticas públicas.

O quarto capítulo desenvolve as teorias no campo das políticas públicas, trazendo abordagens mais tradicionais, até as mais recentes, a abordagem multidimensional do tema sugere a superação da dicotomia entre administração e política, considerando os

atores da sociedade como centro da definição de prioridades e ampliação das ações públicas. O capítulo apresentado traz um recorte a respeito da composição do campo das políticas públicas no âmbito federal e por fim, na esfera Estadual, analisando o Estado Bahia, onde se situa o local de pesquisa.

O capítulo 5 apresenta o espaço de vivências das mulheres da comunidade de Lagoa Grande a partir de documentos e registros formais disponíveis, mas também através do olhar subjetivo das mulheres sobre o lugar que vivem. Por fim, o sexto capítulo demonstra os resultados a partir das ferramentas metodológicas aplicadas para a análise do conteúdo, na seção 7 estão as considerações finais.

1.1 Caminhos metodológicos

Para a consecução do objetivo proposto que consiste em compreender as possíveis contribuições das políticas públicas na comunidade quilombola de Lagoa Grande, zona rural de Feira de Santana-Bahia, na perspectiva da promoção da igualdade e emancipação feminina no campo, este projeto pretende abarcar questões que são basilares para fundamentar a pesquisa empírica aqui proposta. A primeira questão diz respeito a contextualização da história das políticas públicas no Brasil, apoiada na Lei da Agricultura Familiar e Diretrizes da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombos, Minayo (2002), Cefaï (2017), Bobbio (2007) e outros.

A segunda questão a ser abordada refere-se à construção histórica do processo de conquista de direitos das mulheres, a partir de Davis (2016), Demo (1996), Priore (2003), Priore (2004) e outros. A terceira questão trata da caracterização da experiência da organização feminina no campo, para tal, serão utilizadas consultas bibliográficas de acordo com Fischer (2006), Cisne (2015), Federici (2019), Saffioti (2015) entre outros.

A abordagem provém de resultados obtidos no trabalho monográfico, que foi realizado com mulheres de duas comunidades rurais de Feira de Santana, uma delas a comunidade quilombola de Lagoa Grande, abordando as políticas de financiamento na configuração da autonomia econômica das mulheres. Os resultados direcionam para um estudo posterior, aplicado nesta proposta, aprofundando o tecido da pesquisa.

Além disso, a definição do recorte da pesquisa compreende a proximidade da pesquisadora com a realidade das mulheres de Lagoa Grande através de sua atuação como membro da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS/UEFS) que possui estreita relação com a Comunidade, bem como, a problematização da falta de registros formais que envolvam

gênero e políticas públicas no sentido de direcionar as ações públicas na comunidade de forma estratégica.

Entendendo que a proximidade afetiva não compreende o conhecimento nem tampouco se equipara a vivência, quanto a profundidade a pesquisa exploratória se aplica no sentido de promover maior proximidade do pesquisador com o objeto de estudo, provendo as ferramentas necessárias de investigação para a identificação da natureza do fenômeno e suas características essenciais a serem estudadas (Köche, 2011).

Sendo assim, a metodologia científica aplicada está diretamente ligada à problemática que o estudo aborda e aos objetivos a serem alcançados, ou seja, o tipo de pesquisa caracteriza a investigação a ser realizada. A pesquisa social apresentada possui natureza qualitativa que busca proporcionar ao pesquisador contato direto com o sujeito e o objeto de estudo, permitindo assim, além da obtenção dos dados uma evolução na criticidade ao analisar o conteúdo posteriormente, Prodanov e Freitas (2013) definem a pesquisa qualitativa da seguinte maneira:

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Tal pesquisa é descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (Prodanov e Freitas, 2013, p. 70).

As elucidações iniciais perpassam por pesquisa bibliográfica e pesquisa documental que possibilitam que essa visão inicial generalizada se direcione para uma definição clara e objetiva do problema que de fato representa a pesquisa a partir dos conceitos de política pública, emancipação, desigualdade de gênero e trabalho rural.

A pesquisa documental se dá a partir de fontes primárias obtidas através de documentos disponibilizados pela Associação Comunitária de Maria Quitéria (AQCOMAQ) e relatos orais e secundárias com consultas a documentos em sites oficiais do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa documental como define Heerdt e Leonel (2007, p. 7) “é um tipo de pesquisa que utiliza fontes primárias, isto é, dados e informações que ainda não foram tratados científica ou analiticamente. Ela tem objetivos específicos e pode ser um rico complemento à pesquisa bibliográfica”.

Para a análise da condição feminina no meio rural relacionada às políticas públicas acessadas por elas, propõe-se, além da pesquisa de campo a ser realizada, a realização de três rodas de conversas, participação em reuniões da associação e a observação.

A observação do sujeito e do objeto passa a ter um olhar crítico, porém teórico, e não de vivência. O sujeito dará as premissas para análise do tema sobre o qual deseja-se conhecer e analisar, o ponto principal que traz a pesquisa o fato da experiência é a utilização do lugar de fala das mulheres da comunidade Quilombola de Lagoa Grande, fatos vivenciados e, ao mesmo tempo subjetivos, considerando os sentimentos diferentes e as visões. Em apoio a observação do pesquisador, há a utilização do caderno de campo e registros fotográficos.

Pensando em obter uma construção coletiva da abordagem dos problemas enfrentados, também se propõe a construção de uma árvore problema, que é uma ferramenta metodológica que possibilita a identificação de causas e consequências de uma situação, objetivando o desenvolvimento de soluções a partir disso (Coral, Ogliari e Abreu, 2008).

Após levantar os dados sobre a participação das mulheres em empreendimentos rurais na agricultura familiar é possível entender e delimitar exatamente os pontos que se faziam necessários um levantamento de dados através das rodas de conversa, a pesquisa realizada proporciona a objetividade necessária para nortear o recorte definido, a realidade do acesso à políticas públicas para as mulheres de uma comunidade quilombola na cidade de Feira de Santana – BA.

Minayo (2002), ressalta a importância de se entender a escolha do objeto como uma decisão que não é neutra, mas que reflete também as identificações e vivências do pesquisador, bem como, os resultados obtidos serão carregados de subjetividades e sentimentos que fogem ao campo da quantificação. As rodas de conversa como procedimento metodológico propicia o envolvimento direto pretendido para obtenção de resultados fidedignos considerando a compreensão da dinâmica do lugar, a aplicação da técnica de roda de conversa leva em consideração diversos aspectos proporcionados pela técnica, especialmente a observação da dinâmica de interação social como coloca Cecília Minayo.

Além do recorte espacial, em se tratando de pesquisa social, o lugar primordial é o ocupado pelas pessoas e grupos convivendo numa dinâmica de interação social. Essas pessoas e esses grupos são sujeitos de uma determinada história a ser investigada, sendo necessária uma construção teórica para transformá-los em objeto de estudo (Minayo, 2002, p. 54).

Esse tipo de procedimento considerado participativo, objetiva a exploração mais profunda de uma experiência vivida, dando liberdade para as participantes expressarem sobre sua vivência, atingindo o objetivo da pesquisa que é compreender o contexto da busca por emancipação e o papel das políticas públicas neste processo.

Para a proposta apresentada, o ponto central se figura no protagonismo das experiências das mulheres de Lagoa Grande, como participantes e construtoras dos resultados desta pesquisa, neste sentido, a função da pesquisadora se restringe à observação, direcionamento metodológico e organização dos dados.

A escolha da técnica de roda de conversa delinea um caminho diverso ao proposto por questionários e entrevistas que se constituem a partir de perguntas prévias, o assunto a ser discutido é apresentado ao grupo e a partir de então, registram-se os diálogos e as reflexões entre as participantes.

A Roda de Conversa é um recurso que possibilita um maior intercâmbio de informações, possibilitando fluidez de discursos e de negociações diversas entre pesquisadores e participantes. Inicia-se com a exposição de um tema pelo pesquisador a um grupo (selecionado de acordo com os objetivos da pesquisa) e, a partir disso, as pessoas apresentam suas elaborações sobre ele, sendo que cada uma instiga outra a falar, argumentando e contra-argumentando entre si, posicionando-se e ouvindo o posicionamento do outro (Méllo, *et al.*, 2007, p. 30).

Para a verificação das dificuldades encontradas referentes ao gênero e a avaliação dos reflexos das políticas públicas no processo de emancipação, tratamos de questões vislumbradas do âmbito coletivo e individual sobre a percepção de experiências vividas, sendo assim a definição da quantidade e abordagem das rodas de conversa relevam estes aspectos, por isso, a importância de se estabelecer a relação do pesquisador com o grupo baseada em uma comunicação livre de ruídos e transparente. Processo definido por Marconi e Lakatos (2003, p. 199) “Quando o pesquisador consegue estabelecer certa relação de confiança com o participante, pode obter informações que de outra maneira talvez não fosse possível.

A captação de respostas subjetivas proporciona um contato do pesquisador com a vivência dessas mulheres constituindo para a análise de dados um embasamento que traz mais clareza a interpretação dos dados obtidos, para que se possa chegar ao máximo de confiabilidade possível.

O grupo deve abarcar a diversidade de mulheres participantes, considerando especialmente dois pontos: idade e escolaridade. Porém, a decisão de se habilitar deve partir voluntariamente das mulheres, sem interferência do pesquisador, que ao final deve

compreender entre 10 e 18 participantes, à medida que os objetivos forem respondidos define-se a necessidade de se realizar mais rodas de conversa.

Os objetivos específicos compreendem:

- ✓ Verificar a experiência das mulheres rurais com as políticas públicas conhecidas e/ou já acessadas por elas.
- ✓ Analisar a contribuição das políticas públicas no processo de emancipação feminina.
- ✓ Examinar o processo de organização e participação feminina na comunidade.
- ✓ Elaborar – juntamente com o grupo de mulheres participantes – um documento em vídeo registrando histórias de luta e conquistas das mulheres de Lagoa Grande.

O conteúdo será analisado qualitativamente, numa perspectiva sistemática, comparando as informações levantadas e, a partir desta sistematização, será produzida a análise de conteúdo de acordo com as unidades de análise definidas. Oliveira, (2007) sugere as unidades de análise como uma síntese de categorias para melhor visualização e análise do conteúdo.

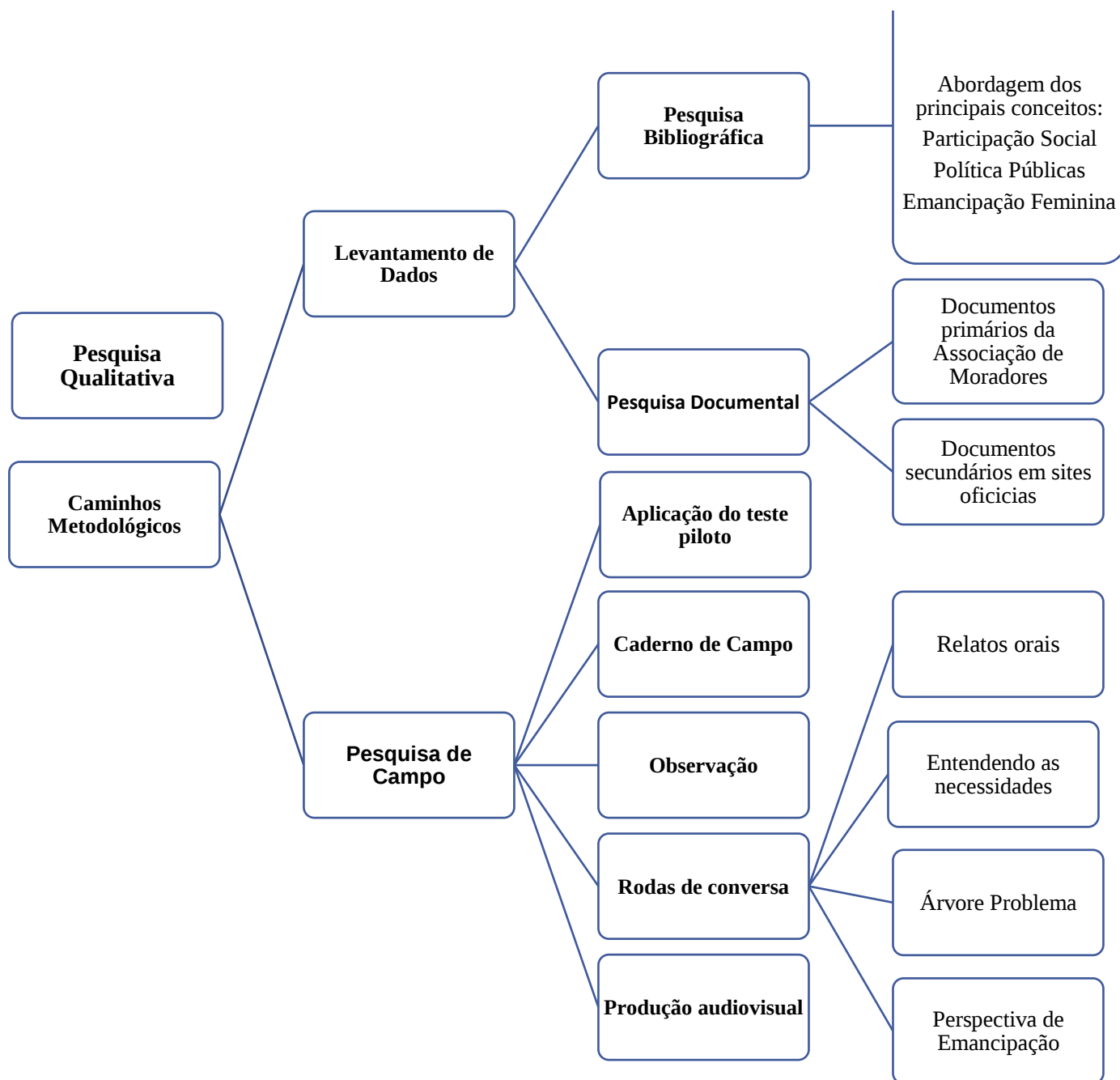
Para tanto, o conteúdo colhido deverá ser categorizado de acordo com os pontos abordados em cada roda de conversa. Em suma, a categorização propicia uma abordagem e compreensão mais clara e objetiva, a fim de conectar os dados obtidos com o estudo teórico abordado, visando atingir os objetivos propostos com a pesquisa. A partir das categorias de análise é possível observar também a abordagem dos objetivos específicos, bem como, as características em comum e divergentes nos relatos colhidos.

A interpretação de resultados como a parte mais importante do trabalho, pois, é onde acontece a transcrição dos resultados sob a forma de evidências (Marconi e Lakatos, 2003). A análise de dados e a interpretação dos mesmos direcionam as conclusões que serão obtidas. Vale ressaltar que nesse momento são evidenciados todas as evoluções e conquistas do estudo apontando a relação entre os dados obtidos na pesquisa de campo com os dados teóricos abordados anteriormente, além de demonstrar as limitações da pesquisa e suas restrições.

Trata-se de uma pesquisa descritiva com aporte explicativo pois pretende compreender situações ainda não identificadas, solucionar os questionamentos propostos, bem como, permeia a possibilidade de constatar questões para além do que esta abordagem se propõe, e assim explorar novas ideias e alternativas.

Este trabalho primou por um estudo empírico e através dos instrumentos de coleta de dados mencionados, é possível compreender as possíveis semelhanças e/ou diferenças

a partir da comparação entre a teoria e a prática vivenciada por mulheres da Comunidade Quilombola de Lagoa Grande, ressaltando a proposta de um produto final, um documento em vídeo que será gravado e editado para posterior publicação, considerando a ciência do Comitê de Ética e Pesquisa, a autorização de uso de imagem das participantes e a ética. O fluxograma 1 retrata de maneira sintetizada o ciclo metodológico para a construção desta pesquisa.

Figura 1 - Fluxograma 1 - Síntese Metodológica

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

2 EMANCIPAÇÃO – CAMINHOS E (DES) CAMINHOS

De uma concepção crítica, o termo “independência” sugere uma dependência de algo ou de alguém, portanto, a perspectiva emancipatória sob a qual se funda essa dissertação, considera a ruptura de todas as formas de opressão de mulheres e transformações sociais ao longo dos séculos, internalizando o “direito de ter direitos” como sugere a luta feminista.

No começo do século XIX, com a consolidação do modelo capitalista, há a intensificação do uso da mão-de-obra feminina, a classe trabalhadora não possuía amparo legal instituído e assim as mulheres passaram a sofrer demasiada exploração com jornadas de trabalho de até 16 horas.

O feminismo encontra fundamentos econômicos para lutar por direitos a partir da Revolução Industrial, quando as mulheres, de fato, ampliam sua participação no trabalho produtivo. Em contrapartida, os mitos sociais são reforçados para tentar manter o ideário de inferioridade da mulher, a cobrança pela presença incontestável e exclusiva da mulher nas atividades domésticas é usada como uma forma clara de frear sua emancipação (Beauvoir, 2016).

O movimento de mulheres dos anos 1970 caminha ao lado do processo de reestruturação produtiva, como um movimento contestatório ao único lugar possível para a mulher naquele período, o de dona de casa, esposa e mãe. Essa luta compreende a emancipação social e econômica, com o objetivo de assegurar às mulheres a participação na luta militante da classe trabalhadora e na organização sindical e política, tal qual era garantido aos homens (Nogueira, 2003).

Beauvoir (2016) é categórica ao afirmar que a emancipação feminina se entrelaça a produção social, e para que sua participação possa ser exercida, há que se libertar da sobrecarga e das limitações do trabalho doméstico, entendendo que a estrutura econômica na qual as mulheres estão inseridas, reflete diretamente no processo de emancipação.

Assim, a emancipação é abordada como um conjunto de melhorias na vida das mulheres, que envolvem diretamente a conquista de direitos, como o direito ao voto, a entrada no mercado de trabalho, o acesso à educação, todos estes ligados ao avanço das lutas feministas e dos movimentos de mulheres no mundo.

Para abarcar o contexto da emancipação feminina como uma questão social, política e econômica, adentramos pela abordagem do patriarcado como um modelo social

que privilegia homens em todos os âmbitos e que ainda se configura como um obstáculo para as mulheres, questões estas, discutidas e problematizadas pelo movimento feminista.

2.1 O patriarcado que persiste

Esta abordagem recorre a compreensão da formação da sociedade brasileira baseada no patriarcado, e na consolidação do poder na figura masculina, para ilustrar a estrutura social na qual se insere a vivência das mulheres, conforme rememora Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) a base de construção do Brasil a partir da chegada dos Portugueses está nas desigualdades sociais, étnicoraciais e de gênero que ainda permanecem muito presentes.

O processo histórico da condição feminina no campo, permeia a submissão, dependência e cerceamento de direitos em todo o mundo, no Brasil, as índias foram aprisionadas pelos portugueses e obrigadas as manter relações sexuais com os homens da corte, processo que não durou muito tempo, e então vieram as mulheres negras escravizadas para ocupar o posto de serva e escrava sexual dos senhores. As mulheres dos senhores de engenho tinham a vantagem de não estar sob a mira de um chicote, mas, também não tinham direito a trabalhar, estudar, votar e nem direito a controlar suas finanças, diante de toda essa incapacidade imposta, o homem foi premiado pela expansão intelectual e econômica, Priore (2004) define a condição da mulher colonial através do seguinte recorte:

O autor da instrução às senhoras casadas para viverem em paz e em quietação com seus maridos, obra de 1872, ainda emenda: “Quando o marido a corrigir de alguma coisa mostre-se-lhe agradecida ao seu bom afeto e receba correção com humildade (Priore, 2004, p. 17).

No período colonial houve a formação do estereótipo da mulher respeitada, cristã e da mulher que era apenas objeto de satisfação sexual, as esposas tinham sua sexualidade totalmente reprimida. Para a manutenção do contexto de submissão destaca-se o papel da igreja, segundo Priore (2004):

O padre confessor então perguntava a confitente: “Se pecou com tocamientos desonestos ou com outrem? Se tem retratos, prendas e memórias de quem ama lascivamente? Se falou com palavras torpes com ânimo lascivo? Se tomou com ânimo de provocar a outrem a luxúria?” O controle sobre o corpo feminino avançava e em nome do amor conjugal tão caro a igreja, deitava-se nos leitos e redes com as mulheres casadas (Priore, 2004, p. 17).

Nesse período, a vida urbana era praticamente inexistente no Brasil, o sistema escravista deu ao patriarcado sua primeira forma de domínio cruel, Priore (2004, p. 178) define a família patriarcal brasileira como “Aquela, comandada pelo pai detentor de enorme poder sobre seus dependentes, agregados e escravos.” Esta elite agrária, proprietária de terras, branca e masculina se consolida então como o grupo social dominante, o patriarcado que conhecemos no Brasil, ilustrado exatamente nessa figura definida é característico de territórios que foram colonizados, assume-se o conceito de patriarcado em concordância com Judith Butler (2014) Heleieth Saffioti (2015) e Gerda Lerner (2019) como uma estrutura e comportamento social, político e econômico que beneficia especialmente homens, brancos, cisgêneros¹ e heterossexuais e a partir destes privilégios, os mesmos oprimem mulheres. Nas palavras de Saffioti (p. 34, 2015) “Na ordem patriarcal de gênero, o branco encontra sua segunda vantagem. Caso seja rico, encontra sua terceira vantagem, o que mostra que o poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual”.

O patriarcado controla e limita o progresso feminino em todos os âmbitos e sua criação tem ligação direta com a acumulação do capital, Lerner (2019) contextualiza sobre a sustentação do modelo de dominação feminina pelos homens e suas características mais cotidianas e ainda presentes.

O patriarcado mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis. São ideologias que nos ensinam que as mulheres são naturalmente inferiores. Foi, por exemplo, por meio do patriarcado que se estabeleceu que o trabalho doméstico deve ser exercido por mulheres e que não deve ser remunerado, sequer reconhecido como trabalho (Lerner, p. 25, 2019).

Max Weber utiliza o termo patriarcalismo em um período anterior ao advento do Estado. O patriarcalismo para Weber é um tipo ideal, ou seja, conceitualmente pode ser aplicado para fazer alusão a qualquer organização social historicamente definida que tenha no patriarca a autoridade central do grupo doméstico, entretanto, o capitalismo se apropriou deste modelo de servidão em outros moldes, agora não mais exclusiva à figura do pai ou marido e sim do homem – gênero masculino – em suas mais diversas relações estabelecidas.

A consolidação do sistema capitalista no mundo está imbricada com a invasão e a dominação dos territórios latino-americanos e a imposição ao mundo de um modelo de ser humano universal moderno que corresponde, na prática, ao homem, branco, patriarcal, heterossexual, cristão, proprietário. Um modelo

¹ O termo cisgênero caracteriza o indivíduo que se identifica com o sexo biológico com o qual nasceu.

que deixa de fora diversas faces e sujeitos, em especial as mulheres (Arruzza, Bhattacharya e Fraser, 2019, p. 13).

O ciclo de submissão e violência da mulher se perpetua até hoje no modelo de organização da nossa sociedade e possui características mais simbólicas, ou seja, a força da autoridade antes exercida sob o chicote se reorganiza sob o estigma de autoridade que alavanca a incontestável cultura simbólica como um exercício, uma prática, cotidiana e por vezes sutil, como se uma instância maior enraizasse o lugar do pai, do homem, como indisputável e incontestável, e mesmo que existam mulheres para contestar esse simbólico, elas fracassam em tentar forçar uma reconfiguração radical de seus termos (Butler, 2014). Portanto, reconhecemos que o patriarcado e a acumulação de riquezas em escala mundial configuram o contexto estrutural e ideológico dentro do qual deve ser entendida a realidade das mulheres hoje (Federici, 2019).

Gerna Lerner nos chama atenção para a cooperação das mulheres no funcionamento da estrutura patriarcal, cumplicidade adquirida através de benefícios, privação da educação, da negação das mulheres sobre sua história, da divisão das mulheres entre respeitáveis e não respeitáveis, da coerção, da discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político, e da recompensa de privilégios de classe dada às mulheres que se conformam (Lerner, 2019) mulheres brancas e urbanas conforme Davis (2016) são as primeiras a conquistar determinados espaços, para as mulheres negras e mulheres do campo os direitos, à vista disso, o patriarcado oprime de forma ainda mais consistente, as mulheres pretas e as mulheres do campo.

2.2 Para as mulheres uma luta constante

Para substanciar a discussão sobre emancipação, conceito primordial discutido nesta dissertação, é necessário compreender um fenômeno social e político que se coloca na contramão da lógica patriarcal, o movimento feminista que surge no século XIX e vem promovendo desde então um processo de remodelação nas estruturas do patriarcado. Em todo o mundo, mulheres se organizavam para lutar por direitos básicos como educação, trabalho e pela abolição da escravidão, Pinto (2003, p.13) define o surgimento do feminismo no Brasil, “No Brasil da mesma forma, a primeira fase do feminismo teve como foco a luta das mulheres por direitos políticos, como candidatas e eleitoras.” Em 1922, foi constituída a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, liderada por Bertha Lutz, iniciando uma longa e permanente jornada em busca da liberdade e emancipação sobre suas vidas, o feminismo é um movimento político, filosófico e social

idealizado sobre a perspectiva de alcançar a igualdade de gênero.

A perspectiva de emancipação que esta pesquisa se ancora entende este termo para além das delimitações de sentido que precedem da ideia de dependência, a emancipação, especialmente no campo é atravessada então por questões históricas, culturais, socioeconômicas a nível estrutural, e no campo micro, permeada por questões étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, religião, territorialidade, enfim, perfilando uma diversidade e uma pluralidade na condição de ser mulher do campo na atualidade, e como tal, o desafio de trilhar seu próprio percurso biográfico.

Para uma sociedade formada sob a dominação do homem talvez ainda seja difícil compreender o quão necessário e indispensável é esse movimento. Para Cisne (2015):

A relevância do feminismo ganha maior visibilidade quando compreendemos que as mulheres são, segundo Mészáros (2002), 70% dos pobres do mundo. São também as maiores vítimas da precarização do trabalho e das políticas públicas. São elas que enfrentam as filas de madrugada nos hospitais públicos para levarem seus(suas) filhos(as), bem como em busca de vagas nas escolas; são muitas delas que não chegam à previdência, seja por serem as que mais se encontram na informalidade, nos empregos mais precarizados sem direitos trabalhistas assegurados, ou até mesmo por não terem sequer as suas documentações, especialmente as rurais; são elas que estão no cotidiano da assistência social buscando a garantia mínima das condições de sobrevivência da sua família (Cisne, 2015, p. 18).

A opressão da sociedade patriarcal e o cerceamento de direitos e igualdade marca a luta das mulheres desde a sua existência para assegurar direitos básicos conquistados ao longo dos anos e que ainda estão longe de garantir igualdade de gênero, Federici (2019, p. 14) nos alerta sobre a estreita relação entre o surgimento do feminismo e as políticas públicas “Há muito tempo acredito que a primeira manifestação do feminismo na década de 1960, nos Estados Unidos, foi a luta das mães por auxílios sociais”.

Desde o pensamento da primeira onda feminista² fortemente alastradas pela Inglaterra, França e Estados Unidos, o movimento sufragista³, até a segunda onda⁴ e os pensamentos modernos colocam o feminismo como uma questão central, a igualdade de gênero. Entretanto, abordagens teóricas que consideram mulheres não como uma classe única e homogênea, como o da ativista antirracista estadunidense conhecida pelo pseudônimo bell hooks, transpassa a visão adotada ao reconhecer a divisão de classes

² “A chamada primeira onda do feminismo data das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, depois na França e Estados Unidos organizaram-se para lutar por seus direitos (Pinto, 2010).

³ O sufrágio universal foi um movimento que tinha como pauta principal o direito ao voto feminino e foi fortemente difundido na Inglaterra (Priore, 2004).

⁴ A segunda onda feminista deriva da primeira no período de 1960.

dentro do próprio movimento feminista que reconhece a diferença de necessidades e uma hierarquia de conquistas ao longo da história, por isso a necessidade de se compreender o contexto vivenciado pelas mulheres do campo como sendo uma realidade bem diferente da vivenciada por mulheres urbanas e que conseqüentemente requer ações políticas também distintas.

Desde o começo do movimento, mulheres de classes privilegiadas conseguiram tornar suas preocupações “as” questões que deveriam ser o foco, em parte porque elas eram o grupo de mulheres que recebia atenção pública. Elas atraíam a mídia de massa. As questões mais relevantes para as trabalhadoras ou para o grande grupo de mulheres nunca eram destacadas pela mídia de massa convencional (Hooks, 2018, p. 51).

A abolição não emancipou o povo negro, as mulheres negras que trabalhavam na agricultura, mesmo as assalariadas, eram tão oprimidas quanto os homens no trabalho pesado do campo, sem terras próprias e sem perspectivas, a promessa de liberdade trouxe uma nova face a servidão, através das dívidas adquiridas no exercício do trabalho. E as mulheres se viam obrigadas a assinar “contratos” com proprietários de terras que mais claramente ansiavam reproduzir os mesmos modos de trabalho colonial escravo (Davis, 2016) em contrapartida, ao longo dos anos a organização e as conquistas avançam contra o sistema, não dispensando as diferenças sociais produzidas.

Antes da década de 1970, havia uma discussão limitada de gênero por parte das instituições governamentais, o trabalho percebido estava sempre vinculado ao trabalho doméstico. Parte dessa discussão gira em torno do processo de industrialização nos países do terceiro mundo, um cenário de percepções e informações que têm se mostrado danoso para as mulheres das áreas rurais de países periféricos, pois a controvérsia em que se estabelecem os programas está exatamente no papel limitante produtivista (Staduto, Souza e Nascimento, 2015).

Abordando as questões que envolvem as mulheres agricultoras, é necessário também compreender o contexto gradativo que rodeou o campesinato e a agricultura familiar dentro do processo de desenvolvimento capitalista, conforme indica bell hooks:

A diferença de classes e a maneira como isso divide as mulheres foi uma questão sobre a qual mulheres do movimento feminista falavam bem antes de abordar raça. Nos círculos primordialmente brancos de um recém-formado movimento de libertação das mulheres, a forma mais explícita de separação das mulheres era por classes. Mulheres brancas da classe trabalhadora reconheceram a presença de hierarquias de classes no movimento. (Hooks, 2018, p. 52).

Entendemos o feminismo no século XXI como um processo emancipatório que ainda não atingiu todos os seus objetivos (Díaz, 2015) e considera a luta das mulheres de forma ampla, desde os seus direitos políticos até o direito de ser e existir no mundo de acordo com sua própria vontade. Em poucas e fortes palavras, essa nova onda de ativismo feminista está reivindicando para além de direitos básicos, reivindica tanto pão como rosas, o pão que décadas de neoliberalismo tiraram de nossas mesas, mas também a beleza que nutre nosso espírito por meio da euforia da rebelião (Arruzza, Bhattacharya e Fraser, 2019).

Concordante com Lerner (2019), o feminismo pode se dividir em duas posições, e o feminismo do século XX em geral o faz, e para isso fazemos uma distinção entre o feminismo pelos direitos da mulher e o feminismo pela emancipação das mulheres. Para Silvia Federici, os discursos da ONU definem bem o que seria a emancipação para as mulheres considerando a retirada das mulheres da pobreza, defendê-las da violência e eliminar todas as formas de desigualdades de gênero através de ações afirmativas e reconfiguração da sociedade (Federici, 2019).

Na perspectiva etimológica da palavra, emancipar deriva historicamente do direito civil romano e refere-se a: sair de sob a mão de, livrar-se da dominação paternalista, as colocações aqui referidas coadunam com a definição de Lerner (2019).

A expressão emancipação da mulher significa: liberdade das restrições opressivas impostas pelo sexo; autodeterminação; e autonomia. Liberdade das restrições opressivas impostas pelo sexo significa liberdade das restrições biológicas e sociais. Autodeterminação significa ser livre para decidir o próprio destino; ser livre para definir seu papel social; ter a liberdade de tomar decisões referentes ao próprio corpo. Autonomia significa conquistar o próprio status, não obtê-lo por meio de herança ou casamento; significa independência financeira; liberdade de escolher seu estilo de vida e vivenciar sua orientação sexual – tudo isso sugere uma transformação radical de valores, teorias e instituições existentes (Lerner, 2019, p. 387).

Assim sendo, alio-me a proposição de Díaz ao supor que as ações públicas podem e devem ser ações emancipatórias, especialmente quando se trata das mulheres do campo, estas enfrentam um desafio peculiar que necessita de análises e constatações mais aprofundadas, dados do censo de 2010 apontam que 24,8% das mulheres do espaço rural não possuem companheiros e são responsáveis pelo núcleo familiar. 34,1% delas, com 16 anos ou mais, não possuem rendimentos no meio rural apesar de trabalharem na agricultura. A diferença entre a renda das mulheres ocupadas em relação aos homens no meio rural é de 77,7%, ou seja, comprova-se que a maioria das mulheres não são remuneradas pelo trabalho desenvolvido na agricultura (IBGE, 2012).

Segundo relatório do MDA em 2000, nas áreas rurais, as mulheres eram as mais atingidas em diversos quesitos que geram desigualdade social como, concentração de terras e riquezas, falta de abastecimento de água, saneamento e baixos níveis de renda e escolaridade. Ao longo dos séculos, tendo todos os direitos cerceados e submetidas ao descaso do poder público, as mulheres camponesas galgaram uma situação de extrema desigualdade que ainda carrega os resquícios deixados pela escravidão no período colonial, o trajeto da mulher do campo em busca de direitos básicos demorou a iniciar, Fischer (2006) reconhece esse processo de invisibilização do trabalho feminino rural como um fruto do patriarcado, que mesmo após a abolição ganharia outros moldes para se perpetuar de maneira mais acentuada na zona rural, barrando a possibilidade de as mulheres construírem sua participação efetiva na comunidade e sua independência através do trabalho, considerando que, este seria o ponto de partida para que elas pudessem alcançar a emancipação nos três eixos tal qual explicita Gerda Lerner.

3 PARTICIPAÇÃO SOCIAL E O BRASIL

Ao tratarmos da participação como elemento essencial à cidadania plena há que se falar na existência da democracia e na democratização dos espaços de influência e poder de decisões na esfera pública, ou seja, a participação social impescinde a democracia participativa, sendo assim, neste capítulo, adota-se como abordagem sobre participação a ideia de emancipação social de Boaventura de Sousa Santos, numa perspectiva contra hegemônica a democracia liberal, caracterizando a autodeterminação e o exercício da soberania dos trabalhadores como a base para a consolidação de uma democracia popular, na perspectiva marxista.

Santos nos alerta ao remontar as teorias democráticas aplicadas no século XX, que considera a democracia uma forma procedimental de se chegar a decisões administrativas e por esse motivo a participação não teria espaço (Santos, 2002). Ao longo do século XX a complexidade da sociedade passou a ser discutida, à medida que a atuação do Estado também se fortalecia, Pedro Demo destaca a participação como um processo de organização da classe trabalhadora de forma a garantir que suas demandas tivessem espaço de representação, sendo assim a participação como ato é conquistada pela classe trabalhadora à medida que suas formas de organização se fortalecem. O termo “sociedade civil” que é utilizado em grande parte da literatura para caracterizar essa relação

dicotômica entre sociedade e Estado (Bobbio, 2007) aqui se substitui pelo termo “classe trabalhadora” coincidente a influência Marxiana.

Demo (1996) retrata a consolidação da democracia como uma necessidade da classe trabalhadora, a partir da identificação de problemas relativos à divisão de poder, o poder do governo sob os governados tal qual discorre Norberto Bobbio. No Brasil, a agenda política sofre grande influência internacional, especialmente estadunidense, mas também carrega a impressão da estrutura democrática brasileira permeada pela ditadura militar.

Este momento autoritário e de violação de direitos marca a inquietação popular e os primeiros passos sólidos para a construção de espaços de participação popular com o objetivo de redemocratizar o país e romper a cultura de subalternidade da classe trabalhadora, o modelo democrática que legitima do ponto de vista jurídico o poder do Estado e do Governo eleito, também legitima e garante a efetividade da participação (Bobbio, 2007).

A ditadura militar viveu o momento de abertura política e viu os movimentos sociais eclodirem e a partir dos anos 80 se espalharam pelas universidades, partidos políticos e organizações não governamentais. Em 1984 surgia após um encontro em Cascavel no Paraná, um dos maiores movimentos sociais o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), liderado por camponeses decididos a lutar por terras e por transformações sociais, seus direitos haviam sido retirados pela ditadura que utilizou de violência para expulsão de trabalhadores rurais das terras com a promessa de modernização do campo, estimulando o uso de agrotóxicos e a mecanização da produção.

A participação popular e os movimentos sociais são indissociáveis quando se trata da participação, nos anos 1980 as organizações populares atingem o auge, e novamente esse protagonismo seria ameaçado pelas novas tendências de mercado, a partir dos anos 1990 o neoliberalismo passa a regular a economia e restringir as responsabilidades estatais, fragmentando os serviços, programas e políticas sociais. Pedro Demo destaca que não há participação permanente e sim conquistada de forma contínua e sem um estado final, Para Demo a participação enquanto conquista é um processo infundável (Demo, 1996).

Dentre os instrumentos que viabilizam a participação social, Demo (1996) cita a educação, o processo de identificação comunitária, a organização, a conquista de direitos, entre outros e como objetivos da participação estão a autopromoção, o controle da

burocracia e do poder, a efetivação da cidadania e a instituição de uma cultura democrática que permite a negociação e a implementação das regras do jogo político.

Se por um lado a ideia de cidadania que carrega raízes históricas na mobilização popular ganhou nos últimos vinte anos um impulso renovado e obteve como resultados muitos acontecimentos importantes na perspectiva de conquista de direitos, por outro, no capitalismo democrático global prevalece o modo neoliberal de atuar (Gómez, 2000). Norberto Bobbio (2007) e Santos (2002) concordam em dizer que o neoliberalismo desmobiliza as camadas populares para garantir os interesses de mercado, pensando por esta ótica, reforça-se a reflexão de Demo (1996) que quando a sociedade pensa que a participação está acabada, ela começa a perder força.

Gómez atenta para a hierarquia do Estado na escala global política e econômica de forma a muitas vezes alinhar os objetivos ao capitalismo:

Em primeiro lugar, o próprio modelo econômico neoliberal, não obstante estar fundando num *ethos* individualista, privatista e anti-estado, requer um estado forte para introduzir pelo alto as reformas pró-mercado na sociedade, para evitar a mobilidade das pessoas através das fronteiras e, antes de mais nada, para assegurar a ordem interna (Gómez, 2000, p. 107).

Santos (2002) referindo-se ao processo de conquista da participação social o descreve como um processo não homogêneo e que considera questões culturais, regionais e locais que influenciaram a diferenciação do contexto em toda a América Latina. Na Bahia, por exemplo, a participação da classe trabalhadora está diretamente ligada à atuação dos movimentos sociais do campo, não obstante, a divisão territorial da Bahia para tornar as políticas públicas eficazes a partir de demandas específicas é reflexo da atuação de grupos sociais e lideranças locais.

O princípio de uma democracia forte é a participação popular, para Bobbio (2007), é possível medir o nível de consolidação de uma democracia observando a amplitude dos espaços de decisão e a pluralidade de acesso e poder de decisão.

Nos Territórios de Identidade, os espaços de participação fazem surgir inevitavelmente, uma classe trabalhadora forte, organizada e mobilizada para debater com a classe política as opções consideradas mais válidas para a satisfação das suas necessidades (Dias, 2017). Em tempos atuais, identifica-se o retrocesso e a utilização de ferramentas que são antigas conhecidas para subalternizar a classe trabalhadora, apesar do avanço do neoliberalismo, os movimentos sociais seguem na posição defronte para garantir a participação social.

3.1 Mulheres do campo em frente

Um outro campo relevante que auxilia na análise proposta nesta dissertação é a organização dos movimentos de mulheres. Compreendendo as mudanças benéficas que ocorreram nas relações de gênero causadas pelo feminismo, os estudos contemporâneos têm buscado refletir as lutas sociais das mulheres e suas particularidades, como é o caso das mulheres do campo, aqui se apresenta uma breve contextualização dos principais movimentos de mulheres na cidade e no campo.

Maria da Glória Gohn avulta que os movimentos sociais movem-se, fluem e surgem no espaço de estruturas e organizações sociais não integradas. Questionam frequentemente estas estruturas e sugerem novas formas de perturbação da sociedade política. É por isso que eles são inovadores (Gohn 1997).

Scherer-Warren (2007) caracteriza os movimentos de mulheres como sendo dos mais expressivos e abrangentes, observada as formas de articulação e a maneira como se relacionam entre si, de acordo com o modelo organizacional dos movimentos sociais no campo, que surge da habilidade e originalidade desses movimentos em unir as diferentes escalas de organização, desde o local até o transnacional (Scherer-Warren, 2007). De acordo com a autora, a estrutura da sociedade civil organizada abrange três níveis distintos: o nível organizacional, composto por entidades e/ou formas associativas formalizadas ou semiformalizadas em territórios específicos; o nível político articulatório, que engloba as diversas formas de comunicação, diálogo e articulações realizadas por coletivos interorganizacionais em prol de objetivos e lutas em comum; e o nível mobilizatório, que envolve a atuação direta na esfera pública, onde os movimentos buscam visibilidade e reconhecimento de suas demandas junto à sociedade civil, aos governos e à mídia (Scherer-Warren, 2007).

Um grupo de mulheres emancipacionistas lideradas por Bertha Lutz conquistam a aprovação do Estatuto da Mulher em 1934, o projeto de lei de Bertha já destacava a preocupação com a renda das mulheres que executavam apenas o trabalho doméstico, o Estatuto possuía um ponto voltado a garantia de 10% da renda da família a ser destinado para as despesas pessoais da mulher que não possuísse renda própria (Araújo, 2003). É também através da organização deste grupo que as mulheres conquistam o direito ao voto, a partir da reformulação da legislação eleitoral e a elaboração de um novo código eleitoral no governo de Getúlio Vargas, estabelecendo através do Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, o sufrágio universal e secreto (Araújo, 2003).

A reivindicação pelo reconhecimento do trabalho acende uma luta coletiva, especialmente no Ceará, no período de 1974 a 1985, que marcou o caminho das mulheres do campo. As Conferências Mundiais, a aprovação da Década da Mulher (1975-1985) e a criação do Ano Internacional da Mulher em 1975 foram fatores que impulsionaram a luta pelos direitos das mulheres (Sales, 2007).

Também é um dos movimentos mais eficazes entre os movimentos sociais do país. Isso é evidenciado pela influência do movimento na elaboração da Constituição de 1988, que incorporou aproximadamente 80% de suas reivindicações, resultando em uma transformação significativa no status legal das mulheres no Brasil. Além disso, a Constituição de 1988 aboliu o poder paternal, entre outras conquistas (Carneiro, 2004).

No campo, o trabalho é parte fundamental da narrativa do movimento de mulheres, que teve início em 1980 e foi influenciado pelo catolicismo, partidos políticos e sindicatos rurais. Elas se organizavam por meio de encontros, conferências, seminários, manifestações e passeatas, reforçando a importância do reconhecimento do trabalho feminino no campo, não mais limitado à posição de doméstica. Uma das principais reivindicações era a garantia dos direitos trabalhistas, previdência rural e direito à propriedade, defendendo também a obtenção de escrituras conjuntas para as terras quando viviam em união estável. Nas mãos dos homens, sempre concentradas as terras, as agricultoras pleiteavam igualdade no acesso ao programa de reforma agrária (Ramos, 2014).

A terceira Conferência Mundial Sobre a Mulher realizada em 1985 coloca em pauta a necessidade de estratégias de desenvolvimento para resolver os problemas das mulheres, tratando a questão como uma problemática social. O evento repensa a posição do governo na manutenção de estruturas que forçam as mulheres a desempenhar papéis subordinados e marginalizados na sociedade, com isso, a urgência de se desenvolver novos modelos que contribuam para o desenvolvimento emancipatório das mulheres, esta conferência é um marco importante na história do movimento de mulheres em cooperação (Staduto, Souza e Nascimento, 2015).

A mobilização feminina no campo se incorpora a um contexto que questiona as relações dominantes impostas pela sociedade, as nuances de um sistema patriarcal que ainda é capaz de manter mulheres em posições subordinadas, embora a maioria contribua com o sustento da família nas diversas atividades, inclusive economicamente falando.

O processo de modernização do cultivo deu início a um novo ciclo para as mulheres do campo mudando a relações de trabalho e dando a essas mulheres condições

de salário, de consciência e de questionamento sobre sua condição de autonomia feminina, a partir disso começam a se formar movimentos como define Fischer (2015):

Grupos de mulheres foram criados em vários estados do país, particularmente no Nordeste, com o objetivo de discutir a condição feminina no meio rural, despertando o interesse do movimento feminista, que empreendia, então, um processo de luta direcionado ao mundo rural, enfocando a androginia que permeava a estrutura fundiária (Fischer, 2015, p. 47).

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra foi uma das primeiras organizações a abordar a participação civil da mulher. O MST apresenta os dados do congresso nacional:

No I Congresso Nacional do MST, realizado em 1985, foram aprovadas dentre as normas gerais a organização de comissões de mulheres dentro do MST para discutir problemas específicos, o estímulo à participação das mulheres em todos os níveis de atuação, instâncias de poder e representatividade, assim como combater toda a forma de discriminação das mulheres e a luta contra o machismo. Por meio da organização destas comissões e coletivos de mulheres do/no MST, as lideranças femininas começaram a estudar e debater o conceito de gênero a partir de meados dos anos 1990 (MST, 2014).

A organização das mulheres do campo acontece de forma gradual, sendo vistas por diversas organizações como protagonistas na produção familiar, na luta por direitos e na formação de lideranças políticas. Nívia Regina, representante das mulheres no MST, ainda destaca o papel da mulher rural para o progresso social: “a luta das mulheres é uma condição essencial para o processo de transformação da sociedade”. O MST possui um braço específico liderado e com abordagem a respeito das pautas que envolvem as mulheres do campo, o MST Mulheres, que é reconhecido como um dos maiores movimentos organizados na luta pelos direitos das mulheres do campo (MST, 2023).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra teve ampla participação no movimento “Diretas já” na década de 1980, e com o processo de redemocratização, a organização das mulheres do campo se reorganiza e se consolida na arena pública.

Foi no contexto de abertura democrática da década de 1980 que os movimentos de mulheres ganharam força e significativa expressão nos processos de luta no campo, apesar de a sua participação nessas lutas não ser um fato novo. Articulados a outros segmentos sociais que reivindicavam, ainda no regime militar, espaços de expressão política, esses movimentos se inseriam no que comumente passou a ser denominado de “novos movimentos sociais” que emergiram, canalizando os interesses de segmentos da população (Aguilar, 2016, p. 262).

“Os eventos se multiplicam, passam a constituir acontecimentos importantes na vida das trabalhadoras rurais. Além do processo organizativo, as mulheres exercem o direito de falar, discordar, concordar, propor e reivindicar direitos” (Sales, 2007, p. 438).

Os movimentos autônomos de mulheres trouxeram à sociedade uma oportunidade de reflexão sobre a situação da mulher no campo, a partir das reuniões de diversas mulheres lutando por valorização e igualdade, no Nordeste, destaca-se o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE) criado em 1986. Em 2003 surge o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) tendo como base a afirmação: “Constituir um movimento nacional das mulheres camponesas se justifica a partir da certeza de que a libertação da mulher é obra da própria mulher, fruto da organização e da luta” (MMC, 2023).

Dentre as diversas conquistas galgadas pelo movimento de mulheres, no plano nacional, no limite, levando às últimas consequências as posições por eles defendidas, estariam em questão também vários dispositivos constitucionais ou infraconstitucionais, como o que institui tempo diferenciado de aposentadoria para as mulheres instituída por Lei em 1991 (Carneiro, 2011). Neste benefício há a diferenciação de idade para a aposentadoria, as mulheres do campo têm o direito ao benefício aos 55 anos, já as trabalhadoras urbanas podem solicitar o benefício aos 62 anos de idade.

A principal reivindicação das mulheres desse movimento nesse período era o reconhecimento político como trabalhadoras rurais, tanto pelo Estado quanto pelos sindicatos rurais, que eram as principais estruturas organizadoras do campo. Ao reconhecer o seu estatuto profissional, as mulheres do campo puderam ter acesso a direitos laborais e benefícios de segurança social alargados, incluindo licença de maternidade remunerada e aposentadoria (Aguiar, 2016).

Pimenta (2013) reforça sobre a organização significativa das mulheres rurais nas duas últimas décadas, através do movimento sindical ganham espaço e reconhecimento político, a partir de suas estratégias de mobilização estabelecem diálogo com o Estado garantindo a expressão de sua agenda política. Esse movimento destaca-se, ainda, pelas decisivas contribuições no processo de democratização do Estado produzindo, inclusive, inovações importantes no campo das políticas públicas (Carneiro, 2004).

No ano de 2019 o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em parceria com a ONU Mulheres e a Food and Agriculture Organization (FAO) no Brasil lançou a campanha regional “Mulheres Rurais, Mulheres com Direitos”, que tem como lema

“Pensar em igualdade, construir com inteligência e inovar para mudar” (ONU Mulheres, 2019).

Os direitos de cidadania abrangem o acesso aos serviços culturais, de saúde e educação universal, como também o usufruto de bens trazidos por uma série de conquistas através do desenvolvimento das forças produtivas e que perpassam diretamente pelos movimentos de mulheres do campo, em suas múltiplas formas de organização, sindicatos, cooperativas, quintais produtivos, cozinhas comunitárias, associações e tantos outros.

3.2 Políticas Públicas e participação social

A composição das políticas públicas acompanha o processo de complexidade das sociedades que se forma ao longo da história, colocando o Estado no papel central de promover as necessidades da sociedade em nome do bem-estar social. Pensar o Estado no seu caráter político-social é entrelaçar políticas públicas e democracia participativa no sentido da simbologia do papel do Estado como reitera Pierre Bourdieu (p. 22, 2014) “Espaço de relações de força e sentido, como produtor de princípios de classificação suscetíveis de serem aplicados no mundo social”.

Nas primeiras reflexões acerca das instituições públicas, o sociólogo Émile Durkheim (2002) explica que o Estado “concentra e expressa a vida social”, conforme Durkheim, o Estado e o indivíduo não se situam em uma arena antagonista e sim de cooperação para o desenvolvimento da sociedade e emancipação do ser humano. Sendo assim, podemos entendê-lo como a representação da totalidade da sociedade política, possuindo poder de governar e promover o bem-estar social nas limitações a que lhe foi conferido. Para Dias e Matos (2012) o Estado surge da seguinte forma:

O Estado é um fenômeno político que, tal como é conhecido hoje, surge no século XVI quando se consolida o poder real que se impõe sobre outros poderes, como a nobreza, os parlamentos, as cidades livres e a igreja. Primeiramente o Estado surge na sua forma absolutista onde o rei é o soberano absoluto; no final do século XVIII, com a Revolução Francesa de 1789, surge o Estado-Nação que se consolida no século XIX onde o povo é soberano (Dias e Matos, 2012, p. 7).

O Estado tal qual conhecemos hoje na figura dos governos se aproxima da sociedade, no sentido da participação democrática, porém, é necessário pontuar que ele também se estreita ao longo dos séculos com o capital, compreendendo que o capitalismo é fruto da Revolução Burguesa contra o domínio e concentração de riqueza da nobreza, faz todo sentido quando Marx (1993) determina a essência do Estado como classista, no sentido de representar uma classe social, neste caso, a burguesia. Refletindo nessa

perspectiva, a estrutura social que constrói a origem do Estado e não o contrário, seguindo o pensamento marxista, o Estado tende a preservar os interesses das classes dominantes por meio dos seus instrumentos legais.

Apesar de haver alterações na trajetória da ação do Estado de acordo com o período histórico vivenciado, há que se considerar, as fundamentações de Karl Marx refletem diversos momentos, mas, um fato é que, no capitalismo, a burguesia é a classe dominante na sociedade e na política. Desse modo, a política pública só pode nascer no seio da sociedade, advinda da organização da classe trabalhadora que, de fato, vivencia a desigualdade social que sustenta o acúmulo do capital, âmago do capitalismo.

Entre diversos estudos e definições para a política pública, este estudo coaduna com a conceituação de Lindomar Boneti ao pensar as políticas públicas para além de mera ação do Estado, considerando não apenas sua ontologia, além do ser, o que de fato é, e o que poderia ser. Boneti define Políticas Públicas a partir de um pensamento que denomina pensar a política pública “por dentro”.

Quando, porém, se fala em políticas públicas está se fazendo uma distinção entre aquilo que é público, do ponto de vista orçamentário, e aquilo que é privado, considerando-se que quando se menciona em políticas públicas fala-se de recursos públicos, advindos do Estado. Pensando assim, o significado da expressão toma sentido, significa uma ação destinada a um público e que envolve recursos públicos (Boneti, 2018, p. 9).

Política Pública é uma área do conhecimento que procura, concomitantemente, “colocar o governo em ação” e/ou examinar essa atitude e, quando essencial, sugerir alterações no curso dessas atitudes. A concepção de políticas públicas consiste no estado em que os governos democráticos transpassam suas intenções e plataformas eleitorais em projetos e ações que renderão resultados ou transformações no mundo (Souza, 2006).

A Política Pública como reivindicação é fruto da organização social dentro da democracia participativa, formando uma arena de demandas a serem atendidas pelo poder público. De acordo com Cefaï, 2017, a administração desses problemas públicos levou à promulgação de novas legislações, à criação de serviços públicos ou ao lançamento de políticas públicas nas escalas municipal, estadual e federal e diante da necessidade de direcionar os recursos públicos, estabelece prioridades.

Essa definição de prioridade para as políticas públicas pode ser compreendida pela diversidade da sociedade em termos de necessidades que permeiam a situação social, idade, gênero, etnia, renda, categorias de trabalho e outros, são poucos recursos para solucionar diversas demandas, por isso, para aumentar a possibilidade de obter uma ação

voltada para uma necessidade específica formam-se os grupos de interesse, movimentos sociais, organizações não governamentais e associações.

Quando se fala no papel da política pública como ação para atingir o bem-estar social, estamos falando do objetivo principal do Estado, por isso, a definição de público deve estar clara, para Bobbio (2007) essa constatação parte da necessidade de uma intervenção governamental para a solução de um problema visando o bem comum, são ações que não pertencem a um particular, por exemplo, a um presidente em exercício que aplica uma política pública de caráter social, essas ações são controladas pelos governos, porém com um propósito público, estabelecendo uma dicotomia entre o público e privado. Pelo menos, legalmente falando, a Administração Pública deve defender os interesses públicos acima dos interesses privados.

Para Hannah Arendt a questão social na idade moderna desempenha um papel revolucionário, e a classe trabalhadora questiona os grilhões da pobreza para não mais aceitar essa condição como eterna.

Quando Robespierre declarou que “tudo o que é necessário para manter a vida deve ser um bem comum e apenas o excedente pode ser reconhecido como propriedade privada” não estava apenas invertendo a teoria política pré-moderna, que sustentava que era precisamente o tempo e os bens excedentes dos cidadãos que deveriam ser doados e compartilhados: ele estava finalmente sujeitando o governo revolucionário, aqui também em suas palavras “ mais sagrada de todas as leis, o bem-estar do povo, o mais irrefragável de todos os títulos, a necessidade” (Arendt, 2011, p. 94).

Na prática, a política pública fruto de reivindicações da classe trabalhadora confronta os interesses neoliberais, quando se fala no crescente interesse pelo pensamento liberal, que como teoria econômica é um fator da economia de mercado e como teoria política, é fator do estado mínimo, ou seja, pretende subtrair-lhe o domínio da esfera em que se desenrolam as relações econômicas, sociais e políticas.

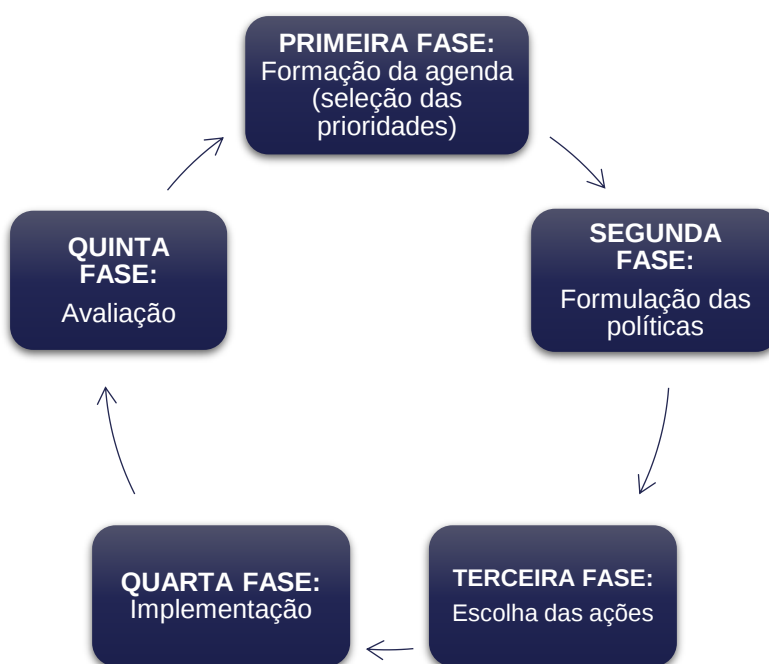
É na esteira desse processo de conflito que analisamos o andamento da promoção do bem-estar social na perspectiva de o Estado ser o provedor da igualdade, garantindo o exercício da cidadania plena. As políticas públicas são um resultado da ação política e compreendem um conjunto de programas elaborados a fim de garantir direitos. Para Dias e Matos (2012) o trato das políticas públicas refere-se a:

De forma sucinta, é disto que tratam as políticas públicas, a gestão dos problemas e das demandas coletivas através da utilização de metodologias que identificam as prioridades, racionalizando a aplicação dos investimentos e utilizando o planejamento como de se atingir os objetivos e metas predefinidas (Dias e Matos, 2012, p. 14).

Se tratando de um processo que tem objetivos a serem atingidos e que utiliza recursos escassos, o processo de formulação das políticas públicas requer um ciclo de implementação para direcionar os esforços corretos garantindo o êxito, esse ciclo é conhecido como “ciclo das políticas públicas” e traz as fases que precedem a implementação. A elaboração de políticas públicas analisada sob uma ótica cíclica, compreende diversas fases que são interdependentes, organizado como um modelo de análise, vale ressaltar a representação visual desse ciclo como uma ferramenta de visualização do ciclo de vida da política como mostra a figura 2.

O ciclo da política pública tem seu início a partir da identificação do problema, é o estágio em que se reconhece a necessidade de mudança e a possibilidade de alcançar uma situação melhor. Os problemas caracterizados como públicos advêm dos problemas sociais e pretendem gerar a garantia de que o poder público garanta resoluções, então a constituição do problema público é, também, um modo de domesticar ou pacificar o público e evitar que se concretizem as potencialidades de desordem (Cefai, 2017).

Figura 2 - Ciclo de Políticas Públicas



Elaborado pela autora (2024)

Fonte: Manual de Políticas Públicas do SEBRAE (2008)

Como alerta Norberto Bobbio a forma de governo no Estado Moderno se caracteriza pela livre formação da opinião pública, no entanto, o poder não é controlado

pelo público (Bobbio, 2007). Evidencia-se o fato de que o poder estatal⁵, no sentido de domínio das decisões, já que, não são todas as instâncias da máquina estatal que têm autoridade para criar programas, pelo contrário, a responsabilidade de formulá-los supõe uma dada inserção institucional em cargos que confirmam algum nível de centralização da autoridade. Portanto, os objetivos e estratégias de um programa expressam as decisões e as preferências de uma autoridade central (Arretche, 2001).

Se a demanda se caracteriza socialmente relevante, pode trespassar a fazer parte da agenda pública, o problema inicialmente identificado é entendido como um problema público e adiante são definidas as ações do governo para superá-lo ou melhorá-lo, podendo ser através de programa de governo como também através de medida de política temporária dentro do planejamento orçamentário. A fase de escolha das estratégias representa um momento decisivo no ciclo da política pública, aqui se definem as regras, procedimentos e processos a serem aplicados de acordo com o objetivo pretendido.

Um fator relevante para a formulação das políticas públicas é a análise do ambiente em que ela será aplicada, o contexto social e a vivência dos beneficiários devem ser levados em consideração para garantir a aplicabilidade das soluções de maneira efetiva, Max Gluckman define uma situação social como:

O comportamento em algumas ocasiões, de indivíduos como membros de uma comunidade, analisado e comparado com o seu comportamento em outras ocasiões. Desta forma, a análise revela o sistema de relações subjacentes entre a estrutura social da comunidade, as partes da estrutura social da comunidade, as partes da estrutura social, o meio físico e a vida fisiológica dos membros da comunidade (Gluckman, 1958, p. 238).

A etapa de implementação, por sua vez, corresponde a uma outra fase da “vida” de um programa, na qual são desenvolvidas as atividades pelas quais se pretende que os objetivos, tidos como desejáveis, sejam alcançados. Embora possa ocorrer coincidência entre a figura dos formuladores e a figura dos implementadores, é muito raro que isto ocorra (Arretche, 2001).

Por fim, a fase de avaliação da política é o momento de conjecturar a adequação da proposta para a implementação das ações realizadas e verificar os resultados obtidos, é nessa fase do processo que pode ser definida inclusive a sua continuidade ou não. Cecília Minayo define a avaliação de um programa da seguinte maneira:

⁵ Coadunando com Bobbio (2007), o poder político adota a face da soberania, ou seja, o exercício do domínio do governante sob os governados. Não necessariamente de forma negativa, mas para o Estado Moderno assegura a legitimidade de garantir objetivos coletivos.

Entendemos a avaliação como a elaboração, a negociação, a aplicação de critérios explícitos de análise, em um exercício metodológico cuidadoso e precioso, com vistas a conhecer, medir, determinar e julgar o contexto, o mérito, o valor ou estado de um determinado objeto, a fim de estimular e facilitar processos de aprendizagem e de desenvolvimento de pessoas e organizações (Minayo, 2005, p. 23).

Ao definir um problema como prioridade para implementação de política pública, se consideram diversos fatores, por exemplo, a quantidade de pessoas atingida pelas ações a serem implementadas, tratando-se de recursos financeiros a eficiência dessas ações é fundamental para garantir sua manutenção, ou seja, realizar as ações com qualidade utilizando o menor orçamento possível. Nesse sentido essas ações também são categorizadas, as políticas públicas podem ser de diversos tipos, políticas sociais que compreendem a saúde, educação, habitação e previdência social, políticas macroeconômicas que são voltadas para as áreas, fiscal, monetária, cambial e industrial, política administrativa trata de democracia, participação social e descentralização, e por fim, política setorial que aborda meio ambiente, cultura, questão agrária, direitos humanos, entre outras especificidades.

Novamente confirmando a abordagem acerca do papel da classe trabalhadora como motriz na garantia de direitos através de ações públicas, na sociedade moderna a política pública é um claro reflexo da transformação social ocorrida ao longo do tempo e está diretamente ligada ao poder galgado pela população e sua evolução como sociedade participativa.

4 REFLEXÕES ACERCA DOS ESTUDOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O capítulo 4 traz a discussão acerca dos eixos temáticos que atravessam o estudo das políticas públicas, inicialmente partindo de uma breve abordagem histórica sobre o conceito e pesquisas desenvolvidas na área, para seguir a contextualização que direciona as políticas públicas e gênero e logo em seguida apresenta o panorama das políticas no Estado em que se insere a localidade pesquisada, neste caso, o Estado da Bahia.

Os primeiros estudos da área das políticas públicas datam de 1930, mas a consolidação atrelada diretamente às ações do Estado ocorreu nos anos de 1950/1960. Souza (2006) destaca que inicialmente a política pública era vista como área do conhecimento, nos Estados Unidos o assunto era difundido a partir de uma disciplina acadêmica que mais se concentrava na inquirição sobre o Estado do que em suas atividades propriamente ditas, já a Europa incorpora as bases teóricas de forma mais

consistente teorias explicativas sobre o papel do Estado, considerando o Governo como produtor, por excelência, de políticas públicas.

Harold Dwight Lasswell contribuiu significativamente para avançar na abordagem científica da política pública introduzindo-a como um campo de estudo dentro da ciência política, em 1936 mencionou, pela primeira vez, a expressão “Policy Analysis”⁶ (Lasswell, 1956). O autor traz à luz da ciência, o ponto de partida da compreensão em torno da produção de ações governamentais, sustentando a visão racional no processo decisório, possuindo uma das definições mais difundidas, para Lasswell a política pública compreende decisões e análises que possam responder a três questões básicas: quem ganha o quê, por que e que diferença faz.

Em um contexto que figura a racionalidade como fator fundamental para os estudos das políticas públicas, é possível assimilar o conservadorismo que se desdobraria ao longo da evolução da Administração Pública em torno do papel social da política pública, observando que, não se pensava o Estado como um agente de transformação social e sim como instrumento de desenvolvimento, baseando-se primordialmente em questões orçamentárias.

Contrapondo-se ao racionalismo avivado de Laswell, Charles Lindblom argumenta que ao reduzir as ações de políticas públicas ao campo racional orçamentário não havia espaço para explorar os diversos atores e instituições que envolveriam a formulação e a tomada de decisão com relação à política pública (Lindblom, 1959). Lindblom extrapola os limites da análise política racional, ao mencionar as relações de poder como principal influência na tomada de decisão abre caminhos para novas formas de pensar a política pública mais distante da ótica resumidamente técnica.

A partir de 1960, novos resultados de investigação passam a ser apresentados, ainda de forma tradicionalista, é importante pensar que o tempo reflete a sociedade e delinea o papel do Estado conforme lembra Lindomar Wessler Boneti (2018).

Entende-se que cada momento histórico produz, no contexto da interrelação entre a produção econômica, cultura e interesses dos grupos dominantes, ideologias a partir das quais verdades relativas se tornam absolutas. Estas verdades absolutas, construídas ideologicamente em cada formação social, produzem e referenciam as ações institucionais e, em particular, a elaboração e operacionalização das políticas públicas (Boneti, 2018, p. 11).

O estudo apresentado por David Easton em torno de 1960, demonstra a incidência direta de grupos de interesses nos resultados das ações destinadas pelo poder público,

⁶ Em tradução livre significa “Análise de Políticas”.

sendo este um sistema com múltiplas faces (Easton, 1984). Souza (2006) destaca que, a introdução da política pública como ferramenta das decisões do governo se dá como um desdobramento da Guerra Fria, neste momento, considera-se o governo propriamente dito e a valorização da tecnocracia como uma ferramenta. de enfrentar as próprias consequências da Guerra, tendo como seu introdutor no Governo dos Estados Unidos da América, o político norte-americano Robert McNamara.

A interpretação do termo políticas públicas sofre diversas alterações ao longo das décadas, tornando-se por vezes redundante, conforme afirma Boneti (2018). Um pensamento considerado expressivo é do professor Thomas Dye (1984), que considera a política pública como a escolha do governo do que fazer ou não fazer, partindo desse pensamento, um artigo publicado por Bacharachi & Barataz (1962) expõe elucubrações que indicam que a posição do governo ao escolher “não fazer nada” mediante uma determinada demanda poderia configurar uma forma de se construir políticas públicas.

Ponderar o ato de escolher não agir diante de um problema como uma forma de fazer política pública reflete, de fato, o tempo vivido, quando observamos que após o final da Segunda Guerra Mundial, o capitalismo democrático se estabelece e viabiliza a harmonia entre capital e trabalho para cessar os conflitos de classe lidar com as consequências da guerra, o capitalismo se baseia na propriedade privada e segundo Marx concentra em um pequeno grupo o acúmulo de riquezas advindo da apropriação da produção da classe trabalhadora, essa reflexão pode se ligar a observação de Charles Lindblom sobre as relações de poder influenciarem muito mais nas decisões do governo do que de fato características técnicas, sendo assim, escolher “não fazer nada” poderia se enquadrar na decisão do Governo em garantir a manutenção da característica básica que em acordo com Karl Marx nutre o capitalismo, a desigualdade.

Um dos objetivos deste estudo apresenta a necessidade de instrumentalizar importantes estudos acerca das políticas públicas, por isso, discorre-se neste primeiro momento sobre o espectro da política pública como ação de Governo, no sentido de suplantando a questão inicial histórica de conceito, assim, seguimos para contextualização da avaliação das políticas, para logo em seguida introduzir o enquadramento que envolve a política pública na categoria de gênero e região.

4.1 Políticas públicas para mulheres do campo

Um estudo realizado em 2000 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) indica que a primeira grande conquista para os trabalhadores

camponeses veio muito antes da ideia de políticas públicas na área, sendo o Brasil um país de característica agrícola e que sempre se utilizou da mão-de-obra camponesa, as necessidades existem desde a época da colonização (Guanziroli e Cardim, 2000). Em 1850 foi criada a Lei de Terras, primeira lei a dispor sobre o território agrário brasileiro, em 1860 Dom Pedro II decretou a criação "Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas" que viria a se tornar o Ministério do Desenvolvimento Agrário, atualmente denominado Ministério da Agricultura e Pecuária.

No início dos anos de 1960 com a industrialização do país e a urbanização acelerada, a questão agrária começou a ser discutida em um âmbito mais aproximado do que entendemos hoje como política pública. O Governo Federal criou a superintendência da Reforma Agrária, que foi desintegrada com o quadro que resultou na ditadura militar, entre 1964 e 1985 esse debate foi podado. Apesar do cerceamento de direitos, contraditoriamente o período deu alguns passos importantes para a reforma agrária, os dados do INCRA mostram que com a edição do Estatuto da Terra foram criados o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), em substituição à Supra.

Mesmo com a criação de órgãos importantes de promoção de políticas para a agricultura, nada se falava sobre a condição feminina no campo, na década de 1985 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher que instituiu um dos primeiros programas direcionado a mulheres o "Programa de Apoio à Mulher Rural", organizado na estrutura do Ministério da Agricultura com o objetivo de "estudar e desenvolver planos de ação que proporcionem à mulher trabalhadora rural melhores condições de trabalho e participação nas discussões acerca da Reforma Agrária (Heredia e Cintrão, 2006).

A constituição de 1988 garante às mulheres o direito a titularidade de terras no conforme o parágrafo único do artigo 189 "O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei" (Brasil, 1988, art. 189). Além da garantia a concessão do título de terras fica garantido também o direito à aposentadoria rural.

Em consequência da crescente presença das mulheres à frente de estabelecimentos ampliam-se as discussões que giram em torno do seu potencial produtivo e econômico, discussão esta, que deve considerar todos os aspectos sociais e históricos, nesse sentido, o impacto do trabalho feminino agrícola na economia contribui diretamente para que as políticas públicas passem a ser mais discutidas.

O Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) assinala que, principalmente na década de 1990, as ações contra a desigualdade de gênero no meio rural expandiram gradativamente devido a ampliação dos debates sobre a proteção dos direitos humanos no Brasil, as demandas de mulheres do campo se tornaram coletivas com o apoio de movimentos sociais. (UNIFEM, 2006).

Ligado a isso, também na década de 1990 o Brasil lidou com o aumento do êxodo rural e o enfraquecimento dos incentivos à agricultura familiar no governo de Fernando Henrique Cardoso, nesse período foi publicado um decreto que estabeleceu medidas em relação às ocupações e uma política de crédito para a compra dessas terras ocupadas, assim, foi implantado o banco da terra. Em contrapartida a essas medidas que favoreciam as ocupações, foram excluídas políticas relacionadas à reforma agrária, inclusive de financiamentos, intensificando a pobreza dos assentados. O MST em seu site oficial, ao contar sua história define a década de 90 como a “década do abandono da agricultura familiar”.

Dentre as políticas de financiamento destaca-se a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) instituído em 1996 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, em 2003 Luís Inácio Lula da Silva cria dentro do PRONAF o PRONAF MULHER que financia investimentos de propostas de crédito, independentemente do estado civil da mulher, sendo que o valor de contratação pode chegar até R\$ 330.000,00 no financiamento individual e R\$ 800.000,00 na modalidade de financiamento coletivo. O crédito pode ser usado para investimentos realizados nas atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de interesse da mulher agricultora. O acesso a esse programa requer que a agricultora possua Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP)⁷, este é o instrumento utilizado para identificar e qualificar as unidades familiares de produção agrária.

Logo no início do primeiro mandato de Lula registra-se um grande avanço no direcionamento de políticas públicas para mulheres com a criação da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ) ligada diretamente ao MDA, após isso também no governo de Lula foi implementada a Lei da Agricultura Familiar,

⁷ O documento está em período de transição desde de novembro de 2022 para o Cadastro da Agricultura Familiar (CAF).

nº11/326, de 2006, que instituiu as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

A partir da DPMRQ vem a ampliação das linhas de financiamento direcionadas para as mulheres rurais, entre outras políticas para a agricultura familiar de acesso geral, no entanto a DPMRQ foi descontinuada em 2016⁸ e o MDA perdeu a posição de Ministério, em 2019 tornou-se secretaria e logo em seguida foi criado o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que passou a gerenciar as pautas da agricultura familiar no mesmo âmbito das políticas para o agronegócio, atualmente, no governo Lula a pasta é nomeada por Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Em 2004 publica-se a PORTARIA MAPA Nº 156 DE 07/07/2004 que instituiu o Programa Gênero e Cooperativismo – COOPERGÊNERO, com o objetivo de contribuir com a promoção da equidade entre mulheres, homens e familiares no âmbito do cooperativismo brasileiro (EMBRAPA, 2023). O Censo Agropecuário de 2006 caracteriza um marco importante para que alguns estudos voltados para o público feminino rural fossem realizados, elas que já vem de uma luta constante por reconhecimento e valorização do trabalho, viram pela primeira vez os dados sobre sua representação no campo serem publicados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e discutidos de forma um pouco mais abrangente pelas organizações voltadas ao fomento da agricultura familiar, pesquisadores e sociedade. Os dados do Censo 2006 registraram pela primeira o sexo do responsável por estabelecimento agropecuário e nos pouco mais de 600 mil estabelecimentos familiares as mulheres somavam 13,7% da estatística, mostrando uma participação expressiva refletida em dados também econômicos (IBGE, 2008).

Após o Censo de 2006, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), publicou um estudo que foi realizado na região sul, cujo título é “As mulheres nas estatísticas agropecuárias”⁹ um estudo em parceria com outros países, como Chile, Índia, Gana, entre outros, com o intuito de mensurar o número de mulheres proprietárias em empreendimentos rurais, definindo características de produção e de acesso de políticas

⁸ Em julho de 2016, quando Michel Temer assume a presidência, uma das primeiras ações do seu governo é pôr fim a Secretaria de Política para as Mulheres e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Agência Senado, 2016).

⁹ A versão digital original deste estudo não se encontra mais disponível desde que a página oficial do MDA foi descontinuada em meados de 2020, mas as informações do estudo estão disponíveis na página da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

públicas por essas mulheres, esse estudo também analisa o acesso à terra e bens e caracteriza a força de trabalho que essas mulheres utilizam (ENAP, 2006).

Dentre as boas práticas brasileiras estão o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), apenas em seu ano de implantação beneficiou cerca de 550 mil trabalhadoras rurais (BRASIL - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania 2023) com a emissão gratuita de documentos civis e trabalhistas, assegurando às mulheres atendidas o exercício de seus direitos básicos, já o Programa Água Para Todos promove ações de acesso à água, somente e entre 2011 e 2015 beneficiou mais de 600 mil famílias chefiadas por mulheres, quase 73% do total. O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural para Mulheres (ATER-MULHERES) como o próprio nome já diz, disponibiliza através de visitas técnicas e acompanhamento mecanismos bastante efetivos para que as mulheres do campo possam superar barreiras historicamente limitantes em relações produtivas e econômicas. O Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMPR) criado em 2003 se direciona na organização de grupos produtivos de mulheres, na formação, na capacitação e na promoção de espaços de comercialização específicos, possuindo um olhar específico para a organização produtiva das mulheres quilombolas (ONU, 2016).

Na seguridade social, a aposentadoria rural para mulheres possui idade reduzida em comparação aos homens que adquirem o direito aos 60 anos, as mulheres podem solicitar o benefício aos 55 anos de idade.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero para garantir a aquisição de alimentos da agricultura familiar na merenda escolar, uma das regras dispõe sobre a participação de mulheres deverá ser considerada como critério de priorização na seleção e execução de propostas.

Dados do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM) de 2013 demonstram a divisão sexual do trabalho como uma barreira para que as mulheres possam desempenhar atividades laborais e outras atividades, como educação, participação em associações e partidos, lazer e cuidado de si, isso porque a atividade doméstica não remuneradas permanece sendo majoritariamente executada por mulheres. Não há registros de política pública para garantir o acesso a educação direcionado à realidade de mulheres do campo, entre as políticas de acesso à cidadania está o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) que tem por objetivo garantir a alfabetização

e educação fundamental, média, superior e profissional de jovens e adultos nas áreas dos assentamentos.

Criado em 2007 para garantir o acesso e a permanência dos estudantes nas escolas, prioritariamente, em áreas rurais e ribeirinhas, onde há dificuldades para chegar até as escolas, o Programa Caminho da Escola mesmo não sendo direcionado para mulheres, pode ser considerado um grande benefício, já que também são elas as que mais demonstram preocupação com a educação dos filhos de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU).

Vale ressaltar a relevância de uma política direcionada à educação feminina no campo, visto que, saber ler e escrever é um fator fundamental para garantir o acesso a outros direitos, tanto para ter acesso a informações sobre os mesmos quanto para poder ter autonomia de reivindicá-los (Kipnis-Guerra, 2018).

Assumimos que o papel da política pública é fundamental diante de um problema histórico de desigualdade de gênero e raça que interfere diretamente nas condições sociais desse grupo, reforçando que as políticas públicas para mulheres do campo se enquadram no papel determinante do Estado para a construção da igualdade.

4.2 A Bahia e as políticas para mulheres do campo

A década de 70 é um marco na discussão das políticas de gênero, inicialmente concentrada no âmbito federal e como discorre Farah (2004), sem um aparato consolidado, nesse sentido, a reforma da administração pública que prioriza a descentralização com o intuito de garantir a eficiência estatal trouxe para os Estados e Municípios possibilidades mais autônomas de gerenciar recursos para atender necessidades locais. Na Bahia, é possível definir a definição dos Territórios de Identidade instituído em 2007 como uma ferramenta importante na redistribuição do orçamento público.

As políticas para as mulheres baianas perpassam por um processo de reorganização e reconhecimento territorial, Wilson Dias (2017) avulta a realidade local como um determinante envolvendo diversos fatores que permeiam o direcionamento de políticas públicas, a partir da territorialização do Estado da Bahia, os recursos públicos e as necessidades específicas de cada localidade ganham uma nova abordagem nas ações para o meio rural brasileiro.

Na perspectiva de dar maior efetividade à execução das políticas públicas a partir de um relacionamento mais intenso com a sociedade civil e, ao mesmo

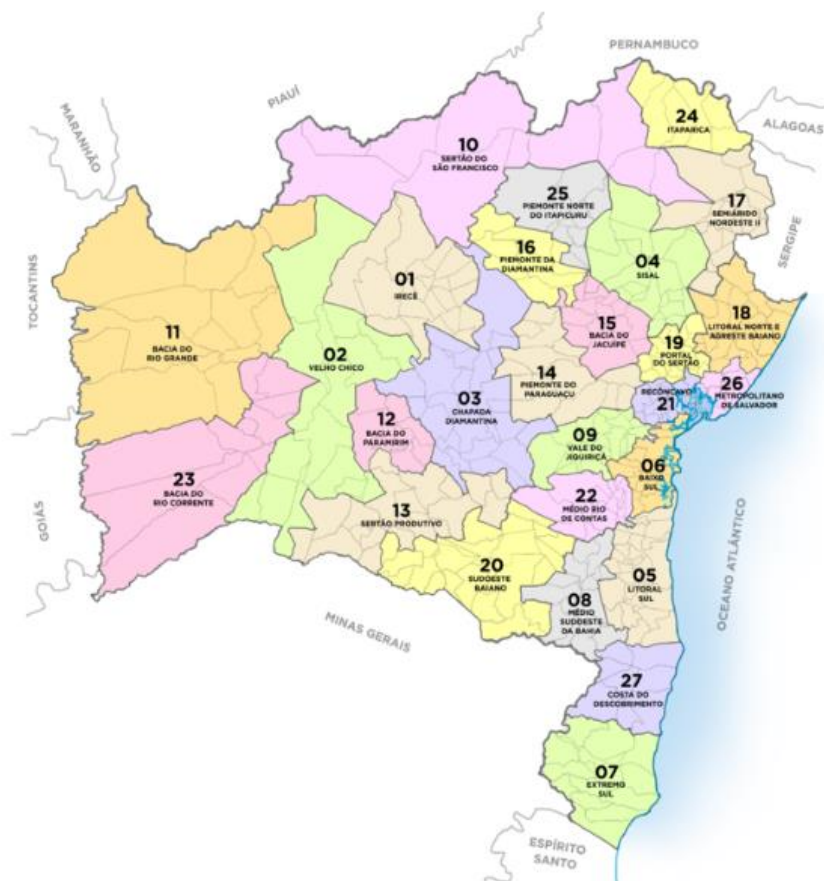
tempo, na busca por uma regionalização mais apropriada, o Governo do Estado da Bahia optou, a partir de 2007, com base no que vinha sendo implantado pelo Governo Federal, desde 2003, por uma nova delimitação do seu espaço geográfico, definida como Territórios de Identidade (Dias, 2017, p. 13).

Em uma adequação que leva em consideração a lógica cultural a Bahia está dividida em vinte e sete territórios de identidade (Figura 3), Feira de Santana pertence ao Território Portal do Sertão (19) que compreende 17 municípios, abrangendo uma área de 5.796,57 Km² (SIPAC, 2023).

A articulação das políticas públicas para o campo fica a cargo da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) para a execução de determinados programas do Estado da Bahia vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR).

O fortalecimento das políticas estaduais para essa categoria é considerado recente, sendo observadas articulações integradas a partir de 2002 (UNIFEM, 2006), como uma política estadual propriamente dita, não consta programa específico para o público feminino rural, porém, os dados de acesso às políticas executadas na Bahia denotam a participação expressiva das mulheres.

Figura 3 - Mapa dos Territórios de Identidade da Bahia



Fonte: SECULT-BA (2023)

O Bahia Produtiva é um programa do governo do Estado da Bahia, financia sem reembolso subprojetos de inclusão socio produtiva e de abastecimento de água e saneamento domiciliar, de interesse e necessidades das comunidades de baixa renda que incluem agricultores familiares, comunidades quilombolas, comunidades de fundos e fechos de pasto, povos indígenas, empreendedores da economia solidária e famílias assentadas da reforma agrária (CAR, 2023).

Executado com recursos oriundos de acordo de empréstimo entre o Governo do Estado e Banco Mundial, vem promovendo a oferta de infraestrutura produtiva, apoio à gestão e acesso ao mercado dos produtos da agricultura familiar. As ações incluem a implantação/qualificação de agroindústrias, sistemas de abastecimento de água, capacitação e apoio a projetos socioambientais, nos 27 Territórios de Identidade da Bahia. O governo do Estado da Bahia divulgou em março de 2019, uma estatística que define os beneficiários do projeto executado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR/SDR) por gênero, dos 32.282 beneficiários, mais 17 mil são mulheres, o que representa quase 55% do público. Do total de 874 empreendimentos apoiados pelo projeto, 285 possuem mulheres como presidente, o que representa 32,61%. As mulheres são maioria também no programa Garantia-Safra, que, na Bahia, é coordenado pela SDR e já soma 300 mil inscrições, sendo 60% de mulheres.

Uma matéria de 2018 do Jornal Correio da Bahia traz as estatísticas de acordo com os dados do IBGE sobre a participação das mulheres na agricultura familiar no interior da Bahia, sendo a zona rural de Feira de Santana a detentora da maior porcentagem feminina no campo em relação aos homens, com 55,7%. Em seguida vêm as cidades de Santo Estêvão (55,5%), Antônio Cardoso (51,0%) e Pedrão (50,9%) (Bitencourt, 2018). Nesta mesma matéria o supervisor do IBGE na Bahia, deu uma declaração sobre motivos que justificariam o crescimento da participação das mulheres na agricultura familiar e o crescimento da autonomia econômica delas, Augusto Barreto disse ao Jornal que a pesquisa do IBGE não identificou razões concretas para justificar esse avanço, mas na sua opinião pessoal, ele acredita que o crescimento das mulheres no campo deve-se ao empoderamento feminino na sociedade, e que no campo não seria diferente (Bitencourt, 2018).

Na Bahia, segundo dados do IBGE, as mulheres administram 25,6% dos mais de 700 mil estabelecimentos no estado, essa porcentagem representa 194.533 mulheres Baianas, o estado só fica atrás de Pernambuco que possui o maior número de mulheres à frente de empreendimentos rurais representando 27,2% do total de estabelecimentos

rurais pesquisados pelo censo 2017 (SDR, 2018). O Programa Água para Todos é executado com recursos federais e estaduais, Na Bahia as tecnologias sociais implantadas priorizam a região do semiárido com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar com a captação e armazenamento de água da chuva para auxiliar as famílias na zona rural com a produção, especialmente no período de baixos índices pluviométricos, as ações incluem instalação de cisternas de placas de 52 mil litros, barreiros comunitários, barreiro trincheira familiar, limpeza de aguadas, dentre outras ações (CAR, 2023).

Em 2003, o governo federal instituiu uma política de compra direta da agricultura familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)¹⁰ que é executado pelos Estados e Municípios, no Estado da Bahia é o programa que apresenta categorização que prioriza mulheres rurais, conforme relatório da ONU Mulheres, publicado em 2016.

Em 2011, o programa passou a destinar 5% do orçamento anual a grupos de mulheres ou grupos mistos, com pelo menos 70% de mulheres. Além disso, a participação das mulheres deve ser de pelo menos 40% das operações para as modalidades de Doação Simultânea, através da qual o governo federal paga aos agricultores familiares ou suas organizações, que entregam os alimentos em centrais de distribuição municipais ou estaduais participantes do programa. Os resultados são visíveis. Em 2012, as mulheres eram 29% dos contratos. Em 2013, passaram a 47% do total. Na modalidade Doação Simultânea, ultrapassaram 50% (ONU Mulheres, 2016, p. 85-86).

Conveniando com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)¹¹ garante o repasse suplementar de recursos financeiros federais para o atendimento de estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes municipal, distrital, estadual e federal a fim de cobrir as necessidades nutricionais durante o período letivo.

Tanto no âmbito Federal quanto Estadual, as políticas públicas direcionadas a mulheres focam a questão produtiva, e isso é reflexo do aumento da participação feminina nos dados econômicos relativos a produção da agricultura familiar, a estreita ligação entre o capital produtivo e as políticas públicas coloca a centralidade do papel feminino representada em números econômicos, o que caracteriza um avanço de suma importância, já que o reconhecimento do trabalho feminino no campo sempre esteve e está entre as principais reivindicações das organizações sociais que representam os interesses de mulheres do campo.

¹⁰ Criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023.

¹¹ Instituído pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

Em consonância com a reflexão de Pedro Demo, é fundamental levar em consideração todas as questões que envolvem as mulheres, considerando que a política social deve ser redistributiva, já que não se trata apenas de ascender economicamente, mas principalmente de conquistar a organização social, observando o papel fundamental do Estado já que a efetivação de todo direito precisa ser "financiado", por isso, não há como dissociar a política pública do contexto produtivo, porém, só é social a política que toca a estrutura das desigualdades sociais vigentes (Demo, 1996) ao apresentar programas que visam fortalecer a emancipação a partir de uma visão total da vida social.

5 COMPREENDENDO O LUGAR

Este capítulo realiza um enfoque sobre o campo de pesquisa, apresentando o lugar em que o objeto de estudo está inserido e tem como objetivo apresentar o município de Feira de Santana e posteriormente a Comunidade de Lagoa Grande, onde se aplica a pesquisa.

Feira de Santana é um município do interior da Bahia, localizado a 108 km de sua capital, Salvador. Com uma população estimada para 2022 de 616.279 pessoas, a história de Feira se entrelaça à produção agrícola, como a grande maioria dos municípios do interior baiano. Feira de Santana conta com 13 (treze) regiões administrativas, sendo cinco no distrito sede, e 8 (oito) correspondendo a cada um dos distritos, os oito distritos são: Ipuacu, Bonfim de Feira, Distrito de Maria Quitéria, Humildes, Tiquaruçu, Jaíba, Jaguará e Distrito da Matinha. Feira de Santana está situada no Território de Identidade 19 – Portal do Sertão (Figura 4).

Figura 4 - Mapa do Território Portal do Sertão

Fonte: SECULT-BA (2023)

Em meados do Século XVIII a então Fazenda Sant'Anna dos Olhos D'Água gozando de uma localização geográfica privilegiada torna-se um ponto de referência para quem viajava naquela região, no final do século o desenvolvimento do comércio sobretudo pecuário origina uma feira que acabou por se tornar um centro de negócios (IBGE, 2023).

O censo Agropecuário de 2017 registrou 9.191 estabelecimentos rurais em Feira de Santana dentre os produtores responsáveis por eles, 5.106 são do sexo feminino. Conforme dados da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT), pouco mais de 20 comunidades quilombolas da Bahia estão presentes em nove municípios, a maioria em Feira de Santana e Irará, com dezesseis delas certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Utilizando dados do projeto de pesquisa Geografar, Matos, Silva e Souza (2017) descrevem as formas de acesso à terra no município a partir das comunidades quilombolas e acampamentos sem-terra, a zona rural de Feira de Santana exerce um papel importante que impacta não apenas a economia do lugar, como também, a participação política, social, a história e a cultura do município.

5.1 Comunidade Quilombola de Lagoa Grande

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) define como comunidade tradicional quilombola os grupos étnicos constituídos predominantemente por pessoas pretas em território rural ou urbano que se autodefine através de relações específicas com a terra, a ancestralidade, o parentesco, o território, as tradições e práticas culturais próprias. Os autores do Dicionário de História da África, Nei Lopes e José Rivair Macedo trazem a seguinte definição de quilombo (kilombo):

Vocábulo presente no léxico do quimbundo (kilombo) e do umbundo (ochilombo) com a acepção de “acampamento”. Aparece na historiografia africana com duas acepções intercambiáveis: a de “arraial ou acampamento defensivo mais ou menos permanente, com finalidade militar”; a de “feira”; e, ainda, a de “instituição supratribal, capaz de aglomerar indivíduos de diversas origens étnicas”, como amplamente difundido no Congo, Matamba, Ndongo e nos Estados ovimbundos do atual planalto central angolano, onde provavelmente teve a sua origem (Parreira, 1990, p. 58) Cunha (1982, p. 655), registra a entrada do vocábulo “quilombo” no léxico português no século XVI (Macedo e Lopes, p. 306, 2017).

No seu conjunto, é uma comunidade de pessoas que resistiram à brutalidade do regime escravista e se revoltaram contra as pessoas que acreditavam ser donos de seus corpos, deste modo, acreditamos que comunidade remanescente de quilombo é um conceito político-jurídico que busca levar em conta realidades muito complexas e diversas. Isso significa valorizar a nossa memória e reconhecer a dívida histórica e atual que é da nação para com a população negra (Fundação Palmares, 2022).

A Fundação Palmares é a responsável pelo assessoramento e representação em juízo dos interesses de remanescentes das comunidades de quilombo, bem como, a emissão da certificação de reconhecimento do território de acordo com o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 (Brasil, 2003).

Dados de 2010, identificaram as seguintes comunidades Negras Rurais e Quilombolas em Feira de Santana: Candéal, Lagoa do Negro, Lagoa Salgada, Lagoa Grande, Matinha e Roçado, das quais a Lagoa grande e a Matinha possuem certificação junto a Fundação Cultural Palmares (Matos, Silva e Souza, 2017).

A comunidade tradicional quilombola de Lagoa Grande localiza-se na zona rural de Feira de Santana, há cerca de vinte quilômetros da sede, situada no distrito de Maria Quitéria ou São José como também é chamado, a comunidade já foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares e possui cerca de 700 pessoas vivendo principalmente da agricultura familiar.

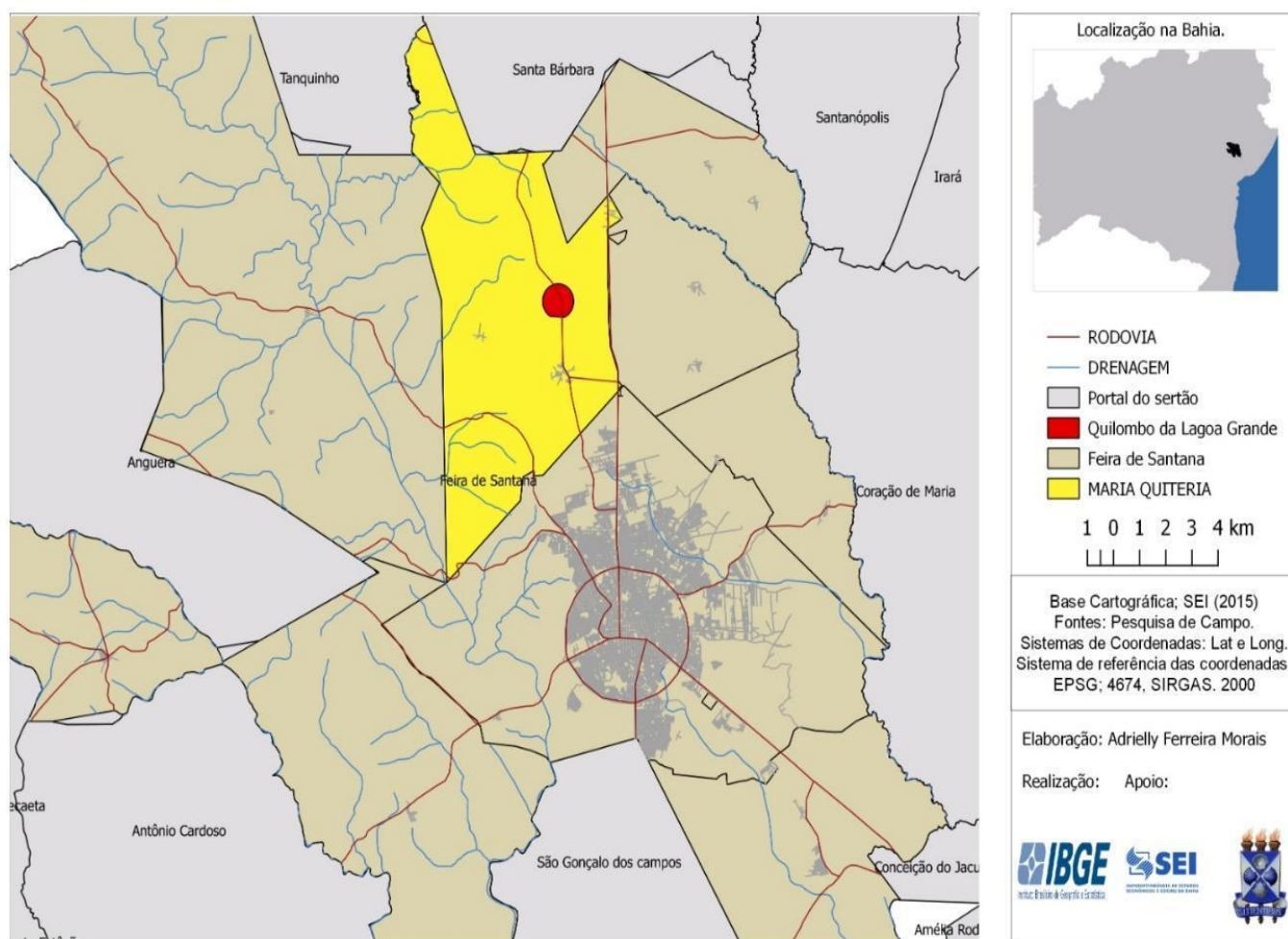
A comunidade possui poucos registros documentais formais, sendo que, a maior parte advém de relatos orais, pela história local, sabe-se que o nome Lagoa Grande é por conta de uma característica natural, a existência de uma lagoa com aproximadamente 6 km, que forneceu água aos seus moradores durante muito tempo (Mendonça, 2014).

Ainda de acordo com estudos de Livia Mendonça, a comunidade não possui a mesma demarcação inicial, já que a região inteira era chamada de Freguesia de São José das Itapororocas, a partir do surgimento da BR 116 Norte as terras que integravam o Distrito de Matinha sofreram uma divisão geográfica e o povoamento de Lagoa Grande inicia-se em 1900 a 1911, quando Luis Pereira dos Santos, Feliciano Pereira dos Santos e João Pereira dos Santos, três irmãos em suas buscas por uma boa terra, propícia ao plantio e com água potável encontram o local com uma grande lagoa, ao retornarem com a notícia para o Distrito de Matinha, trouxeram mais três dos seus irmãos: Cândido Pereira de Almeida, Martins Pereira de Almeida e José Pereira de Almeida, acompanhados de suas esposas. Em vista do grau de parentesco, todos os moradores nascidos e criados na Comunidade apresentam em seus registros os sobrenomes Pereira e Almeida (Mendonça, 2014).

O Quilombo Lagoa Grande, foi certificado como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares em 2007, sendo primeira a obter a sua identidade quilombola certificada e documentada, fato de grande importância para uma reflexão mais ampla sobre as diversas formas de resistência ocorridas nas terras feirenses (Matos, Silva e Souza, 2017). O mapa 1 indica a localização da Comunidade de Lagoa Grande.

Mapa 1 - Mapa de Localização da comunidade quilombola de Lagoa Grande

Localização da Comunidade Quilombola de Lagoa Grande em Feira de Santana/BA, 2023.



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

A Comunidade Lagoa Grande possui uma associação comunitária que promoveu as movimentações e o início da formação da 1ª Associação Comunitária do Distrito, Associação Comunitária de Maria Quitéria (ACOMAQ), organizada em 1973 (Fotografia 1 e 2). Na comunidade, a mandioca representa uma grande parte da plantação e muitas famílias sobrevivem da venda dos produtos derivados, por exemplo, bolos, mingaus, acarajé, entre outros (Dados: IEPS/UEFS).

Fotografia 1 - Sede da AQCOMAQ



Fonte: Registro de campo da autora (2023)

Fotografia 2 - Espaço da sede da AQCOMAQ



Fonte: Registro de campo da autora (2023)

A presidente da Associação é Renilda Cruz dos Santos e Santos (2020-2024), conhecida como Nina. Em abril de 2023 comemorou-se cinquenta anos da AQCOMAQ, de acordo com relatos orais colhidos na atuação da pesquisadora na comunidade, duas

mulheres já foram presidentes da associação e atualmente a participação ativa na AQCOMAQ é de mulheres em grande maioria, no decorrer da realização dessa pesquisa foi realizada a eleição para a nova diretoria da AQCOMAQ que teve chapa única, com a reeleição de Renilda (2025-2029), novamente com maioria de mulheres em todas os cargos, contando apenas com um homem na sua composição, e pela primeira vez registra-se uma chapa com a presença de mulheres representantes do Movimento Juventude Lagoa Grande.

Lagoa Grande possui uma estreita relação com a Universidade Estadual de Feira de Santana devido a parceria com a Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS/UEFS) que é um projeto de extensão permanente que incuba grupos de economia solidária para autogestão das cantinas dos módulos I e VII, sendo a cantina do módulo I gerenciada por um grupo de mulheres da Comunidade de Lagoa Grande com período final de incubação previsto para julho de 2024.

As reuniões da AQCOMAQ acontecem no segundo sábado de cada mês, o acompanhamento das reuniões se iniciou em agosto de 2022. A partir do acompanhamento das reuniões da Associação foi possível identificar a frequência majoritária das mulheres, figurando ao menos 70% do total de presentes em todas as reuniões realizadas até o mês de novembro de 2023, assim como, na organização coletiva para todas as ações desenvolvidas na comunidade, do trabalho, ao apoio familiar, a organização de eventos culturais e festivos e as figuras femininas como lideranças comunitárias, detentoras dos saberes populares, do respeito e admiração da comunidade especialmente quando se fala da ancestralidade do lugar.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O capítulo 6 apresenta as discussões levantadas nas três rodas de conversa realizadas na Comunidade de Lagoa Grande que tem como exposição através de relatos orais e imagens, as necessidades da comunidade conforme colocada pelas mulheres participantes e a perspectiva sobre a emancipação feminina, as falas mencionadas nos resultados são identificadas pela nomenclatura “participante” a fim de garantir a não identificação das mulheres, seguindo os critérios metodológicos e de preservação de identidade estabelecidos.

As proposições para ações públicas estão demonstradas no Quadro 1 e através de representação em imagem a construção da Árvore Problema sintetiza esses problemas

bem como provoca a reflexão sobre a raiz dos problemas identificados nessa atividade, as mulheres presentes na segunda roda de conversa – construção da árvore problema – precisaram chegar a um acordo definindo qual seria a principal causa do problema, fixada na raiz da árvore, Figura 5. Os encontros foram realizados na sede da associação e amplamente divulgados nas redes sociais da AQCOMAQ e grupos de WhatsApp.

6.1 Roda de Conversa 1 – Entendendo a experiência com as políticas públicas

A primeira roda de conversa foi realizada no dia 01 de abril de 2023 com o apoio da doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento e integrante da IEPS/UEFS Ana Regina Messias e registrou a presença de nove mulheres da Comunidade Quilombola de Lagoa Grande. Inicialmente alinhou-se os objetivos do trabalho e a apresentação da metodologia aplicada, ouvindo as contribuições e direcionamentos para alcançar os objetivos apresentados, decidiu-se começar pela escuta das demandas, a partir da reflexão colocada por uma das participantes: “O que falta o governo oferecer para as mulheres de Lagoa Grande ou melhorar?”

Fotografia 3 - Primeira roda de conversa na Comunidade de Lagoa Grande



Fonte: Registro de campo da autora (2023)

A partir das demandas apresentadas em acordo com as participantes presentes é possível identificar uma realidade que requer ações direcionadas, nessa discussão chama

atenção a falta de aplicação das metas de atenção à saúde quilombola recomendadas pelo conselho nacional de saúde que considera a Lei nº 12.288, de 20 de Julho de 2010, que estabelece o Estatuto da Igualdade Racial, no art. 8º prevê que os moradores das comunidades de remanescentes de quilombos deverão receber incentivos específicos para a garantia do direito à saúde, incluindo melhorias nas condições ambientais, no saneamento básico, na segurança alimentar e nutricional e na atenção integral à saúde (Brasil, 2010). A comunidade não possui unidade de saúde, a mais próxima fica em São José que oferece serviços de atenção básica de segunda à sexta, não há registros públicos na página da Prefeitura Municipal de Feira de Santana qualquer menção às metas relacionadas a saúde quilombola, a única ação específica mencionada na roda de conversa diz respeito à prioridade de imunização contra a COVID 19.

Colocações repetitivas em relação a intolerância religiosa e racismo se ligam as falas sobre a falha na implementação da Educação Quilombola, a Comunidade possui uma escola quilombola inaugurada em maio de 2022 que é uma conquista fruto da organização e da mobilização popular da Comunidade de Lagoa Grande, a Escola Municipal Quilombola Luiz Pereira dos Santos contempla as diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola aprovadas no Governo de Dilma Rousseff pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), orientando a prática de projetos político-pedagógicos e a formulação de currículos adequados à especificidade das vivências, realidades e a história das comunidades quilombolas do país.

A educação no campo, ou a falta dela, consiste em um problema histórico no Brasil que permeia diversas outras desigualdades de acesso que contemplam atenção pública deficitária e carência de serviços básicos. A zona rural permanece ainda com altos índices de analfabetismo e níveis extremamente preocupantes quando tratamos do acesso ao ensino superior. O Censo Agropecuário de 2017 registrou uma taxa de analfabetismo na zona rural da Bahia de 22,37%, que corresponde a 170.638 estabelecimentos pesquisados, apenas 2,35% cursaram alfabetização de jovens e adultos (AJA), entre os números que representam os trabalhadores rurais que tiveram acesso à educação, a grande maioria cursou apenas o primário, somando 20,15%. A taxa de analfabetismo rural na Bahia é maior que a taxa nacional, que corresponde a 15,45% (IBGE, 2019), no caso das mulheres quilombolas acrescenta-se ainda o quesito raça, segundo dados do IPEA a taxa de escolarização líquida de uma mulher branca em 2003 no ensino médio era mais que o dobro da taxa de mulheres negras, no ensino superior essa diferença ultrapassa o triplo,

de acordo com Heredia e Cintrão (2006) também são elas que estão mais vulneráveis as formas de violência sexista e discriminação no campo.

Ao pensar no quesito gênero há que se considerar para além dos números, a situação social feminina na zona rural, no caso das mulheres da comunidade de Lagoa Grande, acrescenta-se ainda o quesito raça, tratando-se de uma comunidade quilombola de população quase 100% negra, segundo dados do IPEA a taxa de escolarização líquida de uma mulher branca em 2003 no ensino médio era mais que o dobro da taxa de mulheres negras, no ensino superior essa diferença ultrapassa o triplo. Da população negra no Brasil, quase metade é composta de mulheres, são mais de 41 milhões de pessoas que representam 23,4% do total da população brasileira (IPEA, 2003). Isso significa que quase metade da população brasileira é potencialmente vítima das discriminações raciais acrescidas de desigualdades de gênero e regional nesse caso específico, por se encontrarem vivendo na zona rural, que por si só já configura um contexto de abandono do poder público há longos anos. Há, portanto, uma desigualdade em relação ao acesso à educação que perdura, apesar das políticas de cotas raciais, como a Lei Federal de Cotas (Lei nº 12.711/2012), aprovada em 2012.

Não há como pensar a emancipação de mulheres do campo sem pensar no acesso à educação, nessa mesma perspectiva, retomo o pensamento de Beatriz Kipnis-Guerra (2018), quando relaciona diretamente o acesso à direitos ao nível de escolaridade das mulheres, a emancipação feminina no campo não é possível sem a possibilidade de compreender e acessar informações, bem como, a qualidade da participação social, nesse sentido, o autor ressalta que, as mulheres rurais estão muito mais vulneráveis do que as mulheres urbanas em termos de alfabetização. De forma mais aprofundada, bell hooks questiona a falha dos movimentos de mulheres, especialmente o movimento feminista na criação de um movimento educacional de massa para ensinar a todo mundo sobre feminismo, permitindo que a mídia de massa patriarcal permanecesse como o principal local em que as pessoas aprendem sobre feminismo, e na maior parte das vezes de uma perspectiva negativa.

Bell hooks nos lembra sobre a importância e o avanço da abordagem multiculturalista¹² na educação, mas que apesar disso, não é nem de longe o suficiente para transformar as práticas de sala de aula em um processo inclusivo de aprendizagem,

¹² O multiculturalismo aborda as relações entre educação e culturas diversas, envolvendo as questões de gênero, religião, cultura local, relações etnicoraciais e as múltiplas diversidades.

especialmente quando se fala em mulheres negras rurais. Esforçar-se para respeitar a realidade social de grupos não brancos é o início de uma reflexão sobre o processo pedagógico em todos os níveis, do ensino fundamental ao superior (Hooks, 2003).

O que se coloca a partir de falas das participantes advém da cobrança sobre o cumprimento de determinadas leis, no que se refere a educação quilombola. A Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEDUC) reforça as diretrizes da legislação educacional brasileira, para que educadores e educadoras atuem no ambiente escolar para o enfrentamento das desigualdades étnico-raciais nos espaços educacionais, dialogando com pressupostos sobre “pluralidade cultural”. A institucionalização da Lei Federal 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, fornecendo bases para a construção de ações e projetos mais contundentes para valorização da cultura negra brasileira e africana, bem como da educação quilombola (SEDUC, 2023).

Discorrendo a respeito de problemas e necessidades que atingem um grupo específico, com características marcadas pela desigualdade que é o caso das mulheres rurais, os dados gerais são claros quanto a necessidade de se investir em políticas educacionais no campo, não é possível dissociar os baixos níveis escolares dos diversos outros direitos que lhes são limitados, além disso, falar de educação em uma comunidade quilombola chama atenção para que o direcionamento educacional reconheça o contexto histórico-cultural contribuindo com a valorização e preservação dos saberes locais, sendo assim, não pode haver descrição mais fidedigna de uma situação, senão feita por quem a vivencia. Neste caso, é possível identificar uma contradição entre o aparato legal, as políticas públicas institucionalizadas que compõem a educação quilombola no Brasil e a realidade vivenciada em uma comunidade quilombola no interior da Bahia, pois as falas são recorrentes e unânimes quanto a preocupação com a manutenção dos saberes das mulheres na comunidade, uma das participantes refere-se de forma incisiva ao questionar o papel do Estado quanto às condições de permanência: “Tem muitas mulheres que vão embora para trabalhar porque não conseguem manter a casa se ficar aqui, é assim que a gente vai se perdendo”.

A questão das condições de trabalho se manifesta como um dos problemas principais que requerem políticas públicas mais adaptadas a realidade da Comunidade, especialmente no que diz respeito ao conhecimento das moradoras sobre os direitos e políticas existentes para elas, as falas perpassam na maioria das vezes pela preocupação

em produzir os alimentos de maneira mais responsável, retomando as declarações do MST sobre as mulheres camponesas desempenharem um papel fundamental na produção de alimentos no mundo e na garantia da segurança alimentar.

A partir da visão de Federici (2019) sobre o movimento operário reitera-se a centralidade das lutas dos trabalhadores por emancipação na relação capital- -trabalho, compreendendo a lógica da importância política do salário como um modo de organização da sociedade e, ao mesmo tempo, como uma alavanca que enfraquece as hierarquias estabelecidas dentro da classe trabalhadora (Federici, 2019). No cenário brasileiro, importa observar a incidência das mulheres negras.

Elas sempre foram importantes propulsoras da mudança social com uma ativa participação nos movimentos - feministas, sindicais e outros coletivos. Com a ampliação da democratização da sociedade e a universalização de direitos e políticas da Constituição de 1988, as mulheres desafiaram a forte desigualdade que caracterizava sua inserção social e produtiva. Um particular destaque merece a transformação desse cenário para as mulheres negras, as mais atingidas nos segmentos mais pobres e vulneráveis. Também por isso as maiores beneficiárias do esforço de erradicação da pobreza e da fome nas últimas décadas no Brasil, em especial depois de 2003 (ONU Mulheres, 2016, p. 85-86).

Uma necessidade levantada se refere a assessoria jurídica quanto ao acesso de benefícios previdenciários e a demonstração de dificuldades para acessar benefícios devido à falta de informação acerca das questões burocráticas exigidas. O entrelace a respeito do nível de escolaridade se faz como uma problemática novamente, bem como, coloca em questão a linguagem utilizada pelo poder público que é considerada pelo grupo como de difícil entendimento, sendo esta uma dificuldade cotidiana para as mulheres da comunidade quilombola de Lagoa Grande.

O Quadro 1 apresenta de forma sintetizada todas as demandas apresentadas nesta roda de conversa realizada.

Quadro 1 - Necessidades das mulheres de Lagoa Grande

Proposições
Intolerância Religiosa
Formação Pedagógica – Educação Quilombola
Posto de Saúde
Creche escolar
Transporte Público
Política de Permanência Feminina no Campo
Financiamento para Quintais Produtivos
Assistência técnica e jurídica para o acesso de políticas
Programas de cultura, lazer e esporte
Escola técnica
Formação noturna para a conclusão de ensino fundamental e médio
Regularização fundiária
Proteção do Território Quilombola
Políticas de financiamento coletivo
Projeto de irrigação

Fonte: Mulheres de Lagoa Grande
Elaboração da autora (2024)

Os diálogos sobre as ações do Estado necessárias às demandas das mulheres de Lagoa Grande envolvem Políticas no âmbito Federal, Estadual e Municipal, porém, de forma comum, elas consideram a comunicação das três esferas insatisfatória, os relatos de dificuldades para acessar benefícios previdenciários se mostrou como um incômodo generalizado, inclusive quanto a orientação do Sindicato para conclusão de processos que garantam a seguridade social, neste ponto, a falta de documentação e as mudanças ocorridas a partir da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, que alterou o sistema de previdência social estabelecendo regras de transição e disposições transitórias, sendo uma das primeiras emendas do Governo Bolsonaro para estabelecer a revisão de benefícios já concedidos e o aumento das exigências de comprovação documental por tempo de trabalho também para a aposentadoria rural.

De acordo com a realidade relatada, nem todos possuem documentos comprobatórios, que neste caso seria, titularidade da terra e documento de sindicalização, uma das falas reporta a necessidade de manutenção das entrevistas realizadas no INSS que tiveram uma drástica redução, como relata a participante: “Sem olhar os calos nas mãos, como que se aposenta?”. O auxílio-maternidade foi citado como um processo também dificultoso para ser acessado por elas, algumas relataram que conhecem mulheres da comunidade que desistiram pois “caminhavam diversas vezes para rua sem ter resultado”.

O distanciamento político no município de Feira de Santana foi levantado como uma questão importante na aplicação de políticas públicas, já que não proximidade com a realidade enfrentada isso afeta diretamente a eficácia dos programas que muitas vezes são promovidos porém, não conseguem cumprir sua função ou de fato promover melhorias, neste cenário da política municipal, foram citados como vereadores parceiros e presentes na comunidade: Jhonatas Lima Monteiro (PSOL), Ivamberg Lima (PT) e Silvio Dias (PT), também foi citada a presença constante e apoio especialmente as manifestações artísticas e culturais da comunidade da atual Primeira-Dama, a esposa do Atual Governador do Estado da Bahia, Tatiana Ribeiro Velloso que também é professora da Universidade Federal do Recôncavo Baiano – CETENS em Feira de Santana, a qual possui alunas da Comunidade.

Preocupações a respeito da formação pedagógica em educação quilombola na escola da comunidade atravessa diretamente as questões de racismo, racismo religioso e intolerância religiosa que foram ressaltadas durante a maior parte do tempo deste diálogo. Neste espectro, se apresentam as necessidades de ações públicas para a valorização da cultura e da história afro-brasileira, reforçando o papel do Estado na promoção do fortalecimento da identidade Quilombola, reconhecendo-o como um processo social e histórico.

Sobre o trabalho, a creche é colocada como um pilar fundamental para as mulheres presentes, pois, as mesmas sentem a necessidade de ter um local seguro para que os filhos possam ficar enquanto desenvolvem suas atividades, seja artesanal, de plantio, na produção ou na venda final dos alimentos, que geralmente ocorre nas feiras. Questões ambientais de preservação do Território Quilombola, cuidado com a terra, água também com a alimentação orgânica se fizeram presentes em grande parte das falas.

A respeito das políticas públicas já acessadas ou conhecidas por elas, figuram como centrais as políticas de financiamento, como o PRONAF e os empréstimos coletivos do Agroamigo. Em 2003, o então MDA instituiu o Grupo de Trabalho (GT) de Gênero e crédito para compreender a realidade que envolvia as mulheres do campo, a análise apresentada por Andrea Butto e Isolda Dantas revelam questões importantes que se aliam às insatisfações colocadas pelas mulheres de Lagoa Grande quando revelam as dificuldades de acesso a financiamentos, seja por não pertencer a um grupo familiar conforme exigências, seja por questões burocráticas, como valor mínimo renda e área da terra exigida.

Os instrumentos de operacionalização do próprio crédito Pronaf, tal como a Declaração de Aptidão – DAP, que vem a se constituir no cadastro da agricultura familiar e que habilita o acesso às políticas da área – foi diagnosticada como barreira poderosa ao acesso ao crédito pelas mulheres, já que instituía apenas um titular como representante da família na habilitação para o crédito. Num contexto de desigualdades de gênero, essa medida acabava resultando na representação das famílias somente pelos homens (Butto e Dantas, 2011).

A restrição de área do novo CAF que passou a valer em novembro de 2022 foi mencionada como um impeditivo para as mulheres, que segundo elas, possuem módulos de área geralmente menores, sendo que a exigência para regularizar o novo CAF é de no mínimo 1 módulo que equivale a 20 hectares, além disso, para tratar dos requisitos de identificação dos beneficiários o CAF se baseia na Lei 11.326/2006 e no Decreto 9.064/2017 e não mais em critérios estabelecidos pelo Manual de Crédito Rural (MCR), o que influencia por exemplo, na limitação da renda bruta por unidade produtiva.

Os relatos denotam que na comunidade a maior parte das mulheres possuem a titularidade da terra, seja individual ou com o cônjuge, porém, ainda assim, limitações de área e renda se estabelecem como barreiras para o acesso a políticas de financiamento, já que o CAF é documento indispensável para apresentação de proposta de financiamento bancário. As políticas de acesso aludidas estão representadas no quadro 2.

Quadro 2 - Políticas Públicas acessadas e/ou conhecidas

Políticas Públicas
AGROAMIGO
PRONAF
PAA
PNAE
Garantia Safra
Licença Maternidade
Aposentadoria Rural

Fonte: Mulheres de Lagoa Grande
Elaboração da autora (2024)

O quadro acima identifica um problema ao qual podemos responsabilizar a gestão pública, o distanciamento do diálogo com o público podem ser apontados como as principais barreiras de acesso à políticas públicas no caso das mulheres de Lagoa Grande, diante de mais de dez políticas permanentes para o campo no Brasil, apenas sete foram mencionadas, sendo que, a que mais se repetem dizem respeito a linha de crédito coletiva Agroamigo e as políticas relacionadas aos benefícios previdenciários, ao passo que, na árvore problema, uma das questões colocadas problematizam a falta de programas de

permanência para as mulheres do campo, o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMR) foi implantado em 2008 e tem por objetivo fortalecer as organizações produtivas das trabalhadoras rurais, a existência desse programa não foi mencionada por nenhuma das mulheres participantes. O que nos leva a perceber que existem políticas públicas para algumas das demandas mencionadas que sequer chegam ao conhecimento da comunidade.

A constatação da falha de comunicação e consequentemente de uma gestão ineficiente de políticas públicas já ofertadas se enquadra na colocação de Dias e Matos.

O que acontece é que a relação entre o Estado e o indivíduo receptor do benefício é mecânica, e embora sua ação seja permeada por um aparato burocrático formado por indivíduos reais, na realidade, a relação se estabelece entre seres humanos e uma engrenagem, ou seja, uma máquina animada. Essa opacidade nas relações sociais tornou a ação do Estado destituída de um sentido humanitário e consolidou a alocação não democrática dos recursos, com pouca ou nenhuma participação das comunidades na gestão dos programas (Dias e Matos, 2015, p. 9).

Neste encontro, o processo penoso e a dificuldade em atender as exigências quando se trata do acesso às políticas públicas foram reforçadas diversas vezes. A má qualidade das informações prestadas, além de caracterizar a ineficiência do Estado em garantir a população direitos básicos, tomando como exemplo o acesso a água, identifica-se uma falha na aplicabilidade de políticas de fomento já existentes, partindo da observação que o programa existe, contudo, não é aplicado por falta de conhecimento do público alvo, ou pelas barreiras burocráticas impostas, que por vezes, não condizem com a realidade, dessa maneira o poder público deixa de sanar um problema que abrange uma demanda significativa, em termos econômicos e de estruturação social, mesmo possuindo uma ferramenta direcionada para tal.

6.2 Roda de Conversa 2 – Construção da Árvore Problema

A definição da árvore problema como uma ferramenta metodológica para representar imagetivamente as proposições foi definida de forma coletiva na primeira roda de conversa, a árvore problema se apresenta como uma metodologia ativa de envolvimento direto e único das participantes, coube a pesquisadora apenas lembrar quando necessário o que havia sido colocado como questões e necessidades de intervenção pública no primeiro encontro.

A segunda roda de conversa aconteceu no dia 06 de maio de 2023 (fotografia 4), com a presença da doutoranda Ana Regina Messias e para a continuidade do diálogo sobre

a agenda das mulheres de Lagoa Grande, esse encontro contou com cerca de dez mulheres que se dividiram para construir o desenho da árvore, preencher as folhas com os problemas já apresentados, incluídos os novos que foram mencionados no momento da realização da atividade.

As participantes mencionaram livremente problemas que as afetam no cotidiano, apenas levando em consideração seus conhecimentos e sua percepção sobre as políticas públicas, com base na discussão anterior. Com o conhecimento das envolvidas, todo o processo de construção foi registrado em caderno de campo, procedimento indispensável por se tratar em registro da história oral. A história é contada de forma natural, com visão própria do mundo e pouca intervenção do pesquisador, assim, a transcrição deste relato oral permite resumir pontos importantes incluídos no discurso que são apresentados de forma sintetizada no papel.

As representações e discussões são retomadas inclusive por mulheres que não estiveram presentes na primeira roda de conversa realizada, e a reafirmação da preocupação com a falta de representação institucional política para as mulheres da comunidade, conforme fala proferida: “Por mais que venham alguns políticos, mas não são como nós, não vivem aqui e não sabem mesmo do que a gente precisa e a vida que a gente vive”.

Um ponto interessante que surge, diz respeito a sobrecarga de trabalho que enfrentam e mesmo colocando como demanda uma escola técnica e turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para a conclusão do ensino médio, entram em conflito com os relatos sobre a vontade de retomar ou finalizar os estudos com a quantidade de atividades desenvolvidas, o trabalho doméstico, o cuidado com os filhos, o trabalho na roça, o trabalho fora e ainda os estudos.

A reflexão de Andrea Butto e Isolda Dantas analisa a constituição de uma economia e trabalho restritos ao contexto do mercado, e assim, o patriarcado mais uma vez reforça valores que reduzem o valor econômico ao que se realiza na esfera produtiva e associa esse espaço ao masculino, já que, o trabalho do cuidado está centrado nas mulheres, e como é necessário pensar esse contexto ao formular políticas produtivas para todas as mulheres.

Essa formulação permite abordar a relação entre produção e reprodução, explica a simultaneidade das mulheres nas esferas produtiva e reprodutiva e sua exploração diferenciada no mundo produtivo e no trabalho assalariado. Além do mais, o tipo de inserção econômica não altera em nada a sua responsabilidade quase exclusiva pelo trabalho doméstico e de cuidados. Para

as mulheres, a realização dessas atividades integra sua identidade primária, uma vez que a maternidade é considerada seu lugar principal (Butto e Dantas, 2011, p. 39).

Através da visualização da árvore-problema identifica-se a correspondência ao problema colocado inicialmente, o distanciamento da formulação de políticas públicas com a realidade dos beneficiários. Em outros termos, coaduna com as colocações de Arretche (2002), que afirma a grande distância na gestão de programas públicos, entre os objetivos, e o desenho do programa tal como originalmente pretendido pelos formuladores e ao final a tradução desses conceitos em intervenções públicas.

Boaventura de Sousa Santos alerta para os pensamentos de burocratas que se enraizaram na administração pública, é o caso de Max Weber que advoga na perspectiva de soluções homogêneas para problemas distintos, ou seja, soluções monocráticas que ainda se fazem presentes a cada nível da gestão administrativa pública (Santos, 2002). Essa afirmação se fez presente nas falas das participantes ao relatar a dificuldade de apresentar e terem suas necessidades atendidas de maneira fidedigna.

Fotografia 4 - Construção da Árvore Problema



Fonte: Registro de campo da autora (2023)

Durante todo o processo registra-se a participação ativa dos atores chave e a demonstração de conhecimento pleno a respeito do ambiente que estão inseridas e das necessidades características de cada mulher, bem como, os sentimentos em comum acerca dos problemas apresentados, especialmente ao se referir a uma rotina exaustiva de

atividades e a dificuldade em conciliá-la como estudos ou outras atividades formativas e profissionalizantes. A preocupação com a educação, a valorização dos saberes locais e o acesso a benefícios de cunho produtivo e previdenciários figuram como as falas mais costumeiras ao longo da elaboração da árvore.

Para construir a árvore problema muito se falou sobre a empatia, ou a falta dela nas relações que envolvem o cotidiano, as escolhas e as experiências femininas na comunidade, como forma de colocar essa questão a partir do olhar da atenção pública, reforça-se a necessidade da implementação eficiente da educação quilombola na escola, pois, mais uma vez, o ponto sobre a intolerância religiosa na escola se fez presente em diversas falas. A figura 5 refere-se a árvore problema, que em suas folhas representa as necessidades das mulheres da comunidade quilombola de Lagoa Grande, no caule o problema central e na raiz a causa principal desse problema que geram as necessidades não atendidas retratadas nas folhas.

O problema central é denominado pelo grupo como a falta de políticas públicas e a raiz do problema está denominada pelas participantes como a falta de representatividade política de mulheres quilombolas, de fato, o município de Feira de Santana não registra a presença de mulheres quilombolas em nenhum cargo eletivo da história, seja para vereança, prefeito (a) ou vice prefeito (a). O isolamento político das mulheres é um processo baseado nos valores patriarcais, e o cenário está a mudar à medida que a luta feminista avança e os direitos humanos das mulheres são concretizados (Tiburi, 2010). O que se percebe a partir dessa atividade, é a consciência e o enfretamento desse ostracismo político estrutural a que estão submetidas as mulheres.

O equilíbrio entre teoria e prática que coaduna com o pensamento de Pedro Demo é mencionado por uma das mulheres de Lagoa Grande em outros termos: “Sei que tem muitas políticas e que são importantes, não é isso que estou dizendo, mas essas políticas são para o que a gente precisa? Isso que precisa saber, por isso que alguém da gente precisar estar lá”. É nesse equilíbrio, de forma a estabelecer unidade autêntica de contrários que a participação se alinha ao que é conveniente (Demo, 1996). Na perspectiva de Pedro Demo, esta roda de conversa confirma o entendimento que a conquista da participação social das mulheres deve ser um processo infundável e que nada do que foi conquistado por elas até então, falando de espaços de poder, lhes foi dado ou obtido sem grandes esforços, vale ressaltar que ao mencionarem a participação das mulheres na comunidade de Lagoa Grande, as menções fazem referência sempre a um processo coletivo.

As elucidações práticas trazidas a respeito das políticas públicas se contrapõem em diversos momentos ao viés teórico de definição de políticas públicas como um instrumento de promoção da igualdade, tal como coloca Dias (2017), que para o governo do Estado da Bahia a escuta social e o levantamento das propostas da sociedade integraram um compromisso político do Governo para com os Territórios de Identidade, porém, para a sociedade civil, a pactuação deveria ser mais do que isso. Deveria conter um dispositivo objetivo para garantir que as demandas sociais passassem para o Orçamento Público Anual, e de fato, para a execução concreta no solo do Território.

Ao se referirem a movimentação de mulheres, as falas trazem a palavra “nós” com frequência, “nós que tomamos a frente” - “nós que fomos atrás”. Nesse sentido, é importante observar que a palavra “feminismo” não foi mencionada, mas os percalços da luta feminista sim: “Até para ter direito a votar foi com briga e ainda continua brigando pra ter qualquer coisinha melhor”.

Na perspectiva das falas mencionadas, entendemos que o movimento quilombola se funde ao movimento camponês, apontando o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Feira de Santana (SINTRAF – Feira de Santana) e o Movimento de Organização Comunitária (MOC) mencionados como articuladores políticos na comunidade.

Apesar de se constatar a percepção da política pública como um instrumento de promoção da igualdade social para as participantes e o destaque da sua importância, as dificuldades mencionadas também nos leva a refletir o pensamento de Boneti ao argumentar que geralmente os agentes definidores das políticas públicas representam os interesses das classes dominante e que essa relações de forças quando se trata de quem possui o poder de barganha, não leva em consideração o caráter desigual da sociedade (Boneti, 2018). Não obstante, Sueli Carneiro enfatiza a importância da articulação dos movimentos de mulheres negras e as conquistas ao longo dos anos na arena pública.

Há um exercício permanente e vibrante de ação antirracista no contexto de uma conjuntura econômica adversa, que alimenta sentimentos latentes de intolerância racial, étnica e religiosa, aos quais o Estado procura responder com campanhas educativas de combate ao racismo, evitando a impunidade dos crimes raciais e reparando as condutas discriminatórias (Carneiro, 2011).

O entendimento acerca de privilégios para determinados grupos da sociedade se faz presente nas discussões, isso inclui a política pública em uma perspectiva não reparadora, socialmente falando, conforme o pensamento de Boneti (2018), quando alerta que diversas vezes uma política pública em um Estado Liberal, vai satisfazer aos interesses do capital em detrimento da promoção da justiça social, nessa mesma linha, as mulheres relatam a organização em torno do projeto da linha de transmissão a ser implantada na área comunidade, obtiveram êxito em marcar uma reunião com servidores do INCRA e nesta reunião puderam demonstrar os pontos negativos de se implantar um sistema como esse, que altera a conformação ambiental de um lugar que por Lei deve ser preservado, porém, o que se pode vislumbrar foi o poder público argumentando em favor da empresa privada que seria a responsável pela linha de transmissão.

A árvore problema construída também menciona a preocupação com a degradação ambiental na comunidade, e relembram um mutirão organizado por elas para a limpeza da Lagoa que deu origem ao nome da comunidade, no sentido de preservar não só a terra, mas as memórias ancestrais de um povo.

Vale apontar o grau de informação das mulheres a respeito das leis mencionadas e as garantias de cada uma delas, notadamente, as cobranças a respeito do cumprimento da Lei 10.639/03, se entrelaçam com o tecido social que envolve a manutenção do racismo e da intolerância religiosa entendendo o espaço escolar como um instrumento capaz de transformar essa realidade. São muitas demandas apresentadas na árvore problema, e, ao contrário do que se pode pensar inicialmente, a grande parte se traduz em possibilidades concretas e com bases legais já instituídas, que por vezes não conseguem alcançar os beneficiários de forma ampla e distributiva.

6.3 Roda de Conversa 3 – Emancipação é coletividade

Essa etapa da aplicação da pesquisa ocorreu no dia 2 de setembro de 2023 com o acompanhamento do retorno de encontro do clube das mães (fotografias 5 e 6), que contou com a presença de 15 mulheres/mães da comunidade de Lagoa Grande. Essa iniciativa foi pensada pelas mães da comunidade com o objetivo de compartilharem experiências e acompanhamento dos filhos, relatos e trocas a respeito de condução com a criação e educação e reflexões a respeito das necessidades para garantir um “futuro melhor” para os filhos, como também terem a oportunidade de ouvir as mulheres mais velhas da comunidade.

Fotografia 5 - Encontro do clube das mães de Lagoa Grande



Fonte: Registro de campo da autora (2023)

O direcionamento consistiu em ouvir suas histórias, trajetória de vida e colaborações para a comunidade e o que pensavam quando se tratava das outras mulheres ali presentes, no sentido de abordar a percepção do que seria emancipação na sua visão de mundo.

De forma natural e profunda, essa roda de conversa contou com abordagens intimistas, histórias e lembranças, a partir disso foi possível capturar na prática a constituição de uma rede de mulheres que se reconhecem no papel de apoiadoras de si mesmas e das outras, mesmo tendo família, há a afirmativa a respeito da necessidade da vivência semelhante para o entendimento e apoio que somente entre elas seria possível.

A roda se inicia com relatos de uma das mulheres consideradas líderes da comunidade e referência na saúde na comunidade, ao contar histórias de parto realizados e de doentes que curou, a participante faz questão de declarar a relação de cumplicidade entre ela e todas as mulheres da comunidade, e reforça que desde muito nova a missão de parteira a colocou na posição de cuidado com as mulheres, em um dos trechos diz que “Quando não era possível fazer a criança vir ao mundo em casa, a gente ia pra rua, pro hospital, e eu ficava lá, os dias que precisassem, mas só vinha com ela e a criança na frente”.

O papel de cuidado e confiança concedido a uma mulher em uma comunidade quilombola há mais de 30 anos atrás é algo a ser pontuado, a participante faz questão de demonstrar o respeito que todos na comunidade tem pelos seus saberes e faz questão de deixar claro que os saberes populares estão alinhados muitas vezes ao estudo, ao contrário do que costumam rotular, no sentido de desmerecer e em uma das histórias, conta que há mais de 20 anos fez um curso para aprender sobre a cura com argila, oferecido por instituições articuladoras dos movimentos do campo na época. “Tinha gente que não tinha mais tratamento e médico que desse jeito e ia pra eu tratar com argila e graças a Deus, deu tudo bem, depois começou a vim gente até da rua atrás de mim, eu sempre atendi.”

Pelo viés de Scherer-Warren (2007), esse processo de formação de redes de cooperação e transmissão de saberes está no nível organizativo dos movimentos do campo, onde operam-se as práticas educacionais orientadas a desconstruções e reconstruções simbólicas relativas a políticas identitárias. Nesse contexto, retomamos a discussão levantada no nosso primeiro encontro, sobre a preservação dos saberes populares estarem se perdendo, pois, se antes eram passados de mães/pais para os filhos,

hoje a comunidade se preocupa com a falta de estímulo, da sociedade e também do próprio poder público em preservar a identidade dos povos remanescentes de quilombo.

Tratar de educação em uma comunidade quilombola envolve a preocupação com práticas educativas de valorização dos saberes locais que contribuam diretamente para garantir a preservação histórica dessa comunidade, quando se acrescenta o quesito gênero englobam-se diversas necessidades de ações para promoção da diversidade e garantia da igualdade. Hoje, já se pode contar com políticas públicas específicas para as mulheres rurais, porém, a maioria delas se concentram no acesso ao crédito produtivo, uma parcela mínima dessas políticas está ligada diretamente à educação e profissionalização dos trabalhadores do campo, e nenhuma direcionada exclusivamente para mulheres.

Inicialmente parece uma discussão subjetiva, mas, é um direito das comunidades remanescentes de quilombo terem seus saberes preservados, ao identificar um processo histórico de apagamento cultural desses povos a Lei 9.394/1996 alterada pela Lei nº 10.639/2003 então estabelece as modalidades de Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola e Educação do Campo na Educação Básica, e institui a obrigatoriedade do ensino da "História e Cultura Afro- Brasileira" nas bases nacionais da educação, a cobrança em relação ao cumprimento dessa lei na escola da comunidade foi colocada incansavelmente no decorrer da aplicação desta pesquisa, quase no final, houve uma mudança na direção da escola Luiz Pereira, sendo uma das gestoras também quilombola, da localidade conhecida como Matinha dos Pretos, na mesma região.

Um assunto recorrente tem a ver com a rede de apoio que se estabeleceu entre elas e que se apresenta como um legado de solidariedade, grande parte das mulheres tem algum grau de parentesco devido a conformação característica e histórica da comunidade e mesmo as que vem de outras localidades são inseridas a pertencer.

“Eu não sou daqui, meu marido que é, e quando eu cheguei aqui fique assim, receosa, nem conheço muitas pessoas daqui ainda, mas até hoje eu sempre fui bem acolhida e participo de tudo que eu posso”.

A centralidade do trabalho permeia mais um encontro e registra uma dicotomia, apresentam-se sutilezas de comportamentos ainda patriarcais que reservam apenas às mulheres as maiores responsabilidades com os filhos e ao mesmo tempo destaca-se a rede que criaram para garantir que pudessem trabalhar e desenvolver atividades que segundo elas lhe deram maiores possibilidades na vida. “Eu quando preciso deixar um filho meu para trabalhar, não tem como correr pra outro lugar, corro pra elas, é uma vizinha, uma

colega que me acode, que são pessoas que eu confio deixar meus filhos, sei que vou e volto despreocupada e que posso contar”.

À medida que contam suas histórias e colocam o mundo a partir de suas perspectivas, também surgem apontamentos a respeito da condição de invisibilização do trabalho das mulheres, não por parte delas, mas dentro de casa e também das pessoas “da rua”, termo que usam para se referir a moradores da zona urbana, a inferiorização por conta da escolaridade muitas vezes baixa e o entusiasmo em poder garantir e priorizar a educação dos filhos para que possam encontrar “caminhos melhores”, colocações que sucedem a uma reivindicação repetitiva em relação a garantia de políticas educacionais na comunidade, pensando além do que elas pensaram para si, como mencionam as reivindicações de um escola técnica e também a observação que fazem acerca de filhos que já estão nas universidades.

A negligência e a falta de investimento em formação e capacitação das mulheres do campo para os trabalhos agrícolas se perpetua sob uma discussão rasa em relação às políticas públicas educacionais, com atenção voltada para dados econômicos de produtividade feminina no campo, porém, não há empenho efetivo para direcionar ações públicas para o ensino formal, sendo que, este aprendizado pode contribuir para diversificar as opções de trabalho das mulheres, elevar sua renda pessoal e fortalecer sua posição pessoal (Heredia, 2006).

As autoras Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), explicam que a participação massiva das mulheres no mercado de trabalho que começou a se delinear na década de 1960, desencadeou o processo da chamada “modernização emancipatória”, sobretudo das camadas médias, considerando o cenário desenvolvimento e do progresso socioeconômico registrado na década.

Se reconhecem mudanças, ao falarem de apoio de figuras masculinas para que essas mulheres pudessem desenvolver seu trabalho ou outras atividades, algumas histórias demonstram a percepção da importância da participação dos pais, quando se trata do trabalho e dedicação para criar um filho. Nessa mesma perspectiva, os estudos de Ângela Davis relacionam a reivindicação crescente de mulheres quanto a participação dos companheiros nas atividades de cuidado, seja com o lar ou com os filhos ao processo de uma nova consciência associada ao movimento de mulheres contemporâneo (Davis, 2016).

Uma observação importante que corrobora com as conquistas e transformações sociais promovidas pelos movimentos de mulheres ao longo do tempo, é que no decorrer

desta pesquisa registra-se a divisão de tarefas e cuidado com os filhos por parte de companheiros de mulheres participantes dessa pesquisa, a partir da menção de algumas delas, somente assim foi possível a participação delas em todas as rodas de conversas e atividades desenvolvidas ao longo desse trabalho.

A análise da condição de valorização do trabalho feminino no campo tem se mostrando de maneira confrontante, uma estrutura que ainda reforça a condição da mulher rural em desempenhar apenas papéis tradicionais, tarefas do lar, maternidade, em contrapartida com o avanço da consciência da mulher rural e ocupação dos espaços políticos, sociais e de trabalho. A apropriação da identidade e da valorização por si só provoca mudanças visíveis e as coloca em uma situação de busca constante pela emancipação, direitos e valorização do trabalho.

Este encontro proporciona a percepção de que as participantes questionam a assimilação conservadora do trabalho doméstico como uma obrigação feminina, que na visão de Federici (2019) é uma questão de alerta ainda muito atual, essa ideia patriarcal que o trabalho doméstico é “não econômico”, “improdutivo”, se alinha a forma que a economia liberal se recusa a ver o trabalho doméstico não remunerado das mulheres na própria casa como trabalho, nos dias atuais. Por isso, tem se tornado comum ver economistas liberais com posições ditas progressistas sugerirem projetos públicos geradores de renda como a fórmula universal para solucionar o problema da pobreza feminina, sendo esta a chave para emancipar mulheres na era neoliberal.

Porém, a reprodução do trabalho para garantir os interesses do capital, nesse caso, vai contra as ideias trazidas pelas mulheres de Lagoa Grande, que demonstram interesse em garantir alimentos saudáveis, terem o trabalho valorizado de forma justa e não lucrativa apenas e inclusive lutando pela preservação do Território contra a iniciativa privada caso o investimento se contraponha a este quesito.

Sendo a Carta da Terra o principal documento que orienta os movimentos do campo, há inclusive, a proposição da desapropriação de todos os latifúndios, das propriedades de estrangeiros e de bancos e daquelas que praticam o trabalho escravo. Caracterizando a luta pela demarcação de todas as terras dos indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos como algo fundamental, além disso, ao estimular uma agricultura voltada ao mercado interno, ao respeito ao meio ambiente e que se estimule a cooperação agrícola e a autonomia dos trabalhadores, também se confronta os interesses neoliberais (Scheren-Warren, 2007).

A movimentação das mulheres de Lagoa Grande é visível em todas as questões, tanto individuais quanto comunitárias, e de fato, protagonizam transformações. Nota-se uma congruência com os dados que constata mudanças significativas na organização coletiva das mulheres rurais, na ocupação dos espaços de trabalho, bem como, dos espaços de decisões, a idealização de um clube de mães (fotografia 6) é apenas um dos exemplos práticos verificados ao longo deste estudo e ampara o cuidado mútuo que para elas é uma prioridade.

Ao rememorar suas histórias há um ponto em comum, a luta pela emancipação no sentido da liberdade de escolha, da independência financeira através do trabalho e da valorização de quem são e do que fazem, mesmo que com estratégias diversas, a palavra coletividade se assimila ao que chamamos nesta pesquisa de emancipação. Definitivamente, na comunidade, não há o tratamento deste assunto de forma individual, visto que, há a identificação de uma rede formada para garantir esse caminho, conforme é dito por uma participante e de comum acordo “sozinha não daria pra fazer metade”.

Fotografia 6 - Roda de Conversa (Clube de Mães da Lagoa Grande)



Fonte: Registro de campo da autora (2023)

Os encontros habituais das mulheres de Lagoa Grande para tratar de assuntos diversos e para além das reuniões da AQCOMAQ, como é o caso do Clube de Mães, a informação, a participação delas nos espaços de decisão, a defesa da educação popular,

da manutenção dos saberes da comunidade são as principais estratégias identificadas que compõem esse trajeto para o acesso a cidadania plena ao qual nos referimos no capítulo 2, a emancipação da classe trabalhadora pensada na ótica das mulheres do campo.

Em retorno ao pensamento de Beauvoir (2016), é de entendimento comum entre as mulheres de Lagoa Grande que a emancipação feminina depende de uma divisão da sobrecarga de trabalho, especialmente o doméstico, e cada uma, à sua maneira, parece procurar os meios possíveis que se adequam a sua realidade para garantir que a sua participação nos movimentos promovidos pela comunidade, entendendo que é fundamental para que possam garantir direitos.

Em uma questão subjetiva, levanta-se a questão de adquirir respeito, não apenas dentro de casa mas na comunidade como um todo, ao mencionar essa palavra, fica compreendido que esse “respeito” também enquadra o acolhimento ao que é dito por elas, uma tradição é a relação de profundo apreço que as mulheres mais jovens demonstram ao que lhes é passado pelas mulheres mais velhas da comunidade e como elas são vistas como lideranças, não apenas no sentido de exemplo ou de sabedoria ancestral, mas de posicionamento também, algumas falas refletem essa constatação. “Eu quando tô com uma angústia, uma coisa em casa, até algo que eu não tô sabendo direito resolver, eu vou até ela (referindo-se a uma mulher mais velha da comunidade) para me aconselhar e me clarear as coisas”. “Elas me ensinam muito, sobre a vida e sobre ser forte, batalhar e vencer, não ficar dependendo de ninguém”.

Os elementos mencionados contrariam uma lógica individualista que reforça o pensamento de Scherer-Warren, Sueli Carneiro e as diversas autoras mencionadas no capítulo 3, aludindo ao movimento de mulheres uma das organizações coletivas mais bem-sucedidas dentro dos movimentos sociais, sua capacidade de organização e de agregar pautas que sugerem transformações profundas na sociedade, inclusive ao questionarem o modelo de economia vigente.

Se contrapondo ao modelo econômico vigente, que acentua e incentiva a competitividade exacerbada, há a compreensão de que, essa forma de se fazer economia não favorece a emancipação das mulheres do campo, o que nos remete ao âmago do surgimento dos movimentos sociais no mundo, a partir da ideia de que individualmente não seria possível conquistar determinados direitos e muito menos ocupar determinados espaços, esse questionamento expõe a coletividade como uma ferramenta de organização das mulheres para combater os efeitos econômicos do neoliberalismo no sentido de desarticular o avanço das mulheres, em todos os setores, social, econômico e político.

A prática de trabalho que elas utilizam voltada para fortalecer o mercado interno, uma vizinha comprar da outra, dividirem as responsabilidades de plantio reforça a ideia de Ilse Scheren-Warren, que o incentivo a cooperação agrícola e o fortalecimento do mercado interno infere na autonomia dos trabalhadores, que por sua vez, está na contramão do neoliberalismo.

Partindo das reflexões levantadas acerca da emancipação feminina, ressalta-se a articulação das mulheres da comunidade no sentido de promover o trabalho, um exemplo disso é o projeto da feira mensal de Lagoa Grande, que ainda não ocorre mensalmente mas que aos poucos vem se consolidando como um evento importante e que causa impacto econômico e político, a maior parte dos feirantes que comercializam seus produtos são mulheres, representando mais de 80% do total de participantes assíduos.

Essa articulação se reflete também no âmbito político institucional, ao acompanhar uma das feiras de Lagoa Grande, mais precisamente no mês de julho de 2023, com a presença do vereador Ivamberg Lima (PT) , a construção da árvore-problema foi mencionada na escuta dos problemas da comunidade (fotografia 7) o mesmo solicitou o desenho ainda em esboço e discutiu as demandas a respeito das políticas educacionais e do problema com o transporte que havia sido levantado, prometendo levar as questões para a câmara. Pouco tempo depois foi verificado a alteração de rota de um transporte público municipal específico, não foi possível confirmar se houve interferência do vereador.

Fotografia 7 - Apresentação de demandas discutidas ao vereador Ivamberg Lima



Fonte: Registro de campo da autora (2023)

O ideário da emancipação feminina para as mulheres de Lagoa Grande tem raízes que foram construídas lá atrás, as gerações mais jovens colhem esses frutos e isso é uma constatação feita por elas mesmas, quando relembram as histórias de suas mães, avós, bisavós, tias e de outras mulheres da comunidade como exemplo e como alerta também a respeito do que não gostariam e lutam para não se repetir. Há uma dificuldade de entender a expansão da emancipação feminina devido a pluralidade do que se entende como tal, mas no âmbito do que lhes é comum, o trabalho e a educação figuram os pontos de maior relevância.

Discutir as relações de trabalho, especialmente o papel do trabalho doméstico nesse processo também se apresenta como algo já disseminado entre elas, contrariando a visão que as enquadra meramente como “donas de casa”, a classificação do trabalho na roça como “ajuda” que por vezes se reforça através de políticas, como pensa Butto e Dantas (2011) ao dizer que determinadas propostas políticas se voltavam para que as mulheres do campo desenvolvessem novas habilidades ao redor dos afazeres domésticos, primordialmente nas funções de cuidados com as plantas e animais.

Assim, ao tempo em que as novas gerações de mulheres vão alterando “configurações consagradas”, se estreitam também os laços com a ancestralidade e a história de representatividade política e comunitária trazida pelas mulheres mais velhas da comunidade, construindo sem nomear como tal, um projeto alternativo de articulação econômica, política e social que propõe desconstruções, identificação coletiva, rupturas e uma clara definição em torno da emancipação feminina como um objetivo que deve considerar as individualidades, mas que acima de tudo deve atender a um projeto que é coletivo.

Entre as mudanças significativas registradas a partir dessa roda de conversa, destaca-se o aumento do nível de escolaridade entre as gerações e da participação do trabalho, na perspectiva de romper o modelo de “único provedor” centrado na figura do homem, associado ainda a outras mudanças, como a configuração familiar chefiada por mulheres. Aspectos subjetivos se relacionam a emancipação, na compreensão de um elemento multifacetado que atravessa profundas transformações societárias – reestruturação do estado, a globalização, a luta feminista e os direitos conquistados, as garantias trabalhistas e a precarização dessas garantias, o espaço político dos movimentos de mulheres e etc. A diversidade do que se convencionou chamar por emancipação ou “independência” termo este que as mulheres de Lagoa Grande utilizaram algumas vezes para descrever o que seria para elas a emancipação, transforma-se através da

heterogeneidade dos pensamentos e desejos individuais, apesar disto, a emancipação se torna desejo comuns à elas, e a base consiste em oferecer o suporte e a organização coletiva necessária para que seja possível conquistar, a nível pessoal ou a partir de demandas coletivas da própria comunidade.

6.4 Gravação audiovisual – Novembro Negro da Lagoa Grande

A gravação dos vídeos com as mulheres de Lagoa Grande aconteceu durante a XI edição do Novembro Negro da Lagoa Grande, um evento anual que acontece há mais de dez anos no mês de novembro e promove na comunidade discussões em torno da identidade quilombola, território e quilombamento.

Como já era de conhecimento da maioria das mulheres participantes desse registro audiovisual, a gravação é livre para que possam compartilhar retalhos que consideram importantes de suas histórias, no sentido de documentar memórias e dar as mulheres um espaço para rememorar suas experiências e registrar sua participação e contribuições junto à comunidade. Junto a mesa de abertura (fotografia 8) os objetivos dessa produção e desse trabalho foram apresentados publicamente.

Fotografia 8 - Mesa de abertura do XI Novembro Negro da Lagoa Grande



Fonte: Registro de campo da autora (2023)

Inicialmente, há apresentação de forma sucinta do objetivo desse trabalho, sendo que um deles se refere a garantir o protagonismo das mulheres de Lagoa Grande ao falar de si mesmas, sob as suas perspectivas de mundo e documentar esse processo. Todas as participantes assinaram o termo de consentimento de imagem (Apêndice A) e foram informadas sobre a publicação do produto final na página do Youtube da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da UEFS e do acervo do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e demais setores interessados da UEFS.

No esforço de juntar peças de suas histórias há o direcionamento para que relatem sobre o que se orgulham e o que lhes remete a emancipação da mulher do campo. O vídeo documentário produzido, foi editado e compilado resguardando a originalidade dos depoimentos, este se caracteriza como o produto dessa pesquisa.

Durante a produção desse conteúdo, diversas participantes trazem novos elementos que nos fazem repensar a vida das mulheres do campo em múltiplas perspectivas e nesse caso, em uma perspectiva que engloba ainda um sistema de opressão e do apagamento ou apropriação de suas narrativas, por vezes nos deparamos com a dificuldade em se descrever a partir de suas qualidades, a frase “não sei o que falar de mim” dita por mais de uma das participantes nos leva a engrandecer ainda mais a importância do produto aqui gerado. Ocasionalmente, ainda parece novo que essas mulheres se coloquem como protagonistas de suas próprias histórias, tanto nos papéis que desenvolvem junto ao seu núcleo familiar quanto na comunidade, mesmo que, na prática tenha sido possível constatar isto como um fato desde o início do trabalho de campo.

Durante a gravação dos vídeos e as trocas surge a satisfação de ter um espaço para falar de si, algumas pela primeira vez em um processo de documentação formal, o resultado obtido traz à tona o questionamento do “lugar da mulher do campo”, já que as relações sociais constituídas ao longo do tempo sobrecarregam essas mulheres de atividades ao mesmo tempo que as coloca em uma posição secundária, no sentido de importância. Esse pensamento se constitui especialmente através da ideologia patriarcal que sacramenta a invisibilização do trabalho feminino, sendo que, na realidade vivida, diversos estudos apresentados nas discussões teóricas mostram um cenário completamente diferente, neste caso, as teorias se confirmam no campo empírico.

Uma das demandas que mais se fez presente ao discutirem suas necessidades, retrata a inquietação a respeito da perda dos saberes das mulheres da comunidade devido a falta de documentos formais de registros. O produto proposto, se entrelaça no sentido de atender em algum nível a essa demanda. Espera-se com esse produto, para além de

entregar a comunidade um registro formal que lhes sirva de aporte para diversas agendas, contrapor a lógica social que tende a subestimar e/ou invisibilizar a voz das mulheres do campo na transformação das estruturas de desigualdade social, econômica e política a que historicamente são submetidas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento investigativo delineado até o presente momento, nos trouxe a percepção de uma realidade muito mais dinâmica e complexa no que diz respeito às construções de estratégias que possam promover a emancipação feminina na comunidade, isto, para além do acesso e demandas de políticas públicas. A identificação de grupos de mulheres, da participação na associação, feiras e diversas formas de organização, são uma amostra de dimensão de articulação na comunidade, bem maior que pudéssemos imaginar, desde as questões que envolvem um coletivo até a rede de apoio estabelecida no dia a dia. Tomando como ponto a base teórica que fora apresentada nos capítulos 2 e 3, a visão conceitual acerca da emancipação, processos de articulação feminina no campo e participação social, assim como a reestruturação social que o movimento feminista propõe, que foram de fundamental importância para a interpretação da realidade local da comunidade quilombola de Lagoa Grande em Feira de Santana-BA.

O acompanhamento das reuniões da associação, feiras e eventos realizados na comunidade em 2023 e os registros obtidos através das rodas de conversa e gravação do vídeo documentário endossam os dados de evolução das mulheres na atividade rural, tanto economicamente quanto socialmente, a apresentação de uma visão sobre a importância do trabalho feminino reverbera no enfrentamento contínuo de um sistema que apresenta diversas formas de opressão, detalhadas em experiências individuais semelhantes, principalmente quando se trata da percepção de mudança da mulher do campo ao longo dos últimos anos, destaca-se o trabalho como um instrumento essencial para o rompimento das relações de submissão feminina que ainda apresenta resquícios de conformação particular no campo.

A reestruturação produtiva no campo determina um novo padrão de produção baseado nos interesses do capital, a aceleração da produção que trabalhadores incluídos em um contexto agrícola familiar não conseguem acompanhar, então, o papel do Estado nessa nova configuração se apresenta no formato de políticas públicas para a agricultura familiar, mesmo porque, as grandes áreas produtivas priorizam a exportação, diante disto,

as questões que cercam a soberania alimentar no Brasil giram em torno da produção agrícola familiar. Os resultados obtidos retomam um estudo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) que aponta as mulheres rurais como praticantes de um papel fundamental na preservação do meio ambiente e na garantia da soberania alimentar no mundo.

A ONU associa as mulheres do campo como o grupo que mais representa a preocupação com a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável, segundo a FAO “elas são peças-chave na luta contra a fome, não só como produtoras, mas também no papel múltiplo como principais encarregadas da alimentação das crianças e da aquisição, manipulação e preparação de alimentos” (FAO, 2023).

Para elas, o papel de cuidado passa a figurar também um modo de transformação social, a medida que se entendem como protagonistas de determinados processos, como por exemplo, a criação dos filhos, interferem diretamente na abertura de novos caminhos, o acesso à educação e o fortalecimento da identidade são dois elementos de grande relevância na perspectiva delas. Ao que consta, é como utilizar sua própria realidade em favor de interesses de mudanças de estrutura no presente e no futuro.

O que se mostrou mais relevante para esta pesquisa foi encontrarmos, sim, tentativas bem-sucedidas de impulsionar a agenda das mulheres do campo, o destaque dado ao PRONAF e benefícios previdenciários representam essa afirmação na esfera das políticas públicas, as articulações promovidas pelo MOC e pela CAR também figuram como elementos importantes para o processo organizativo das mulheres de Lagoa Grande.

Ainda que se apresentem algumas divergências em relação a percepção da importância do trabalho de cuidado para que outras conquistas possam ser viabilizadas, a exemplo do estudo dos filhos e melhoria de vida da família, em linhas gerais, constata-se a afirmação da consciência da sobrecarga de trabalho que as circunda, porém, também propósitos futuros para tal. Mesmo a palavra “feminismo” não tendo sido mencionada literalmente, categoricamente sua influência se mostra presente através dos movimentos de mulheres do campo, a realidade detectada corrobora a visão de Silvia Federici, pois é a partir da participação dessas mulheres em espaços de decisão que problematizam o fundamento do sistema político e econômico que engendra a imensa quantidade de trabalho destinada as mulheres e a noção de que, mesmo o trabalho de cuidado que não é remunerado mantém o mundo em movimento.

Movimentações são relatadas no sentido de entendimento da importância da valorização do trabalho desenvolvido pelas mulheres do campo e a relevância social e

política do salário, conforme coloca a autora Silvia Federici, a emancipação das mulheres perpassa pela luta para redesenhar a relação capital-trabalho. No cenário das mulheres de Lagoa Grande há a soma de um fator crucial a esta compreensão, o companheirismo feminino, a parceria e tantas expressões utilizadas para reforçar e justificar que sem que a emancipação seja alcançada de forma coletiva, ela não é capaz de promover alterações estruturais.

Nesse sentido, a política pública se entrelaça de maneira evidente como um instrumento capaz de colocá-las um passo a frente na conquista pela emancipação, confirmando que o trabalho é central ao tratar deste tema, as políticas de financiamento produtivo são as mais mencionadas por elas, no sentido do acesso e também as mais reconhecidas como efetivas. Quando se trata das demandas, o trabalho e a educação integram as discussões elementares. As políticas educacionais permeiam grande parte das exigências, Butto e Dantas (2011) mencionam a controvérsia de se enxergar a mulher do campo em número econômicos e omitir problemas estruturais que são seculares, como o acesso a educação no campo.

Há que se considerar a dispersão e perda de informações ocorridas entre 2018 e 2022, com a retirada do ar da página do MDA, que nesse período deixou de ser ministério, as cartilhas e materiais on-line contidos na página foram perdidos e a maioria ainda não foi disponibilizado na nova página do Ministério. Apesar dos limites, consideramos que os objetivos da pesquisa foram alcançados, na medida em que foi possível reunir elementos para entrelaçar as políticas públicas, a emancipação feminina no campo e a participação das mulheres nos espaços de decisão, buscando compreender suas contribuições para a promoção da igualdade na prática.

Em uma percepção que corrobora o entendimento da política pública para além de uma mera ação de governo, mas também de mudança social e evolução organizativa dos movimentos de mulheres, pressupõe a incorporação da perspectiva de gênero e se leva em conta sobre o impacto que todas as ações do governo, e outras instituições, terão sobre mulheres, particularmente, as do campo. Pode-se afirmar que a experiência brasileira ainda guarda uma distância significativa da realidade enfrentada.

Os resultados apontam o distanciamento político mais acentuado no campo, neste caso, esse problema se apresenta tanto na esfera Federal, Estadual quanto salienta uma dificuldade de diálogo com os órgãos que compõem a estrutura de gestão do município de Feira de Santana para apresentar demandas da comunidade.

A descrição de alguns fatores, trazidos pelas rodas de conversa, denota que a política pública é, de fato, uma grande porta para o enfrentamento dos desafios enfrentados na construção e consolidação da emancipação feminina no campo. O que poderia caracterizar uma nova maneira de conduzir o percurso das políticas públicas para as mulheres se confirma no campo do distanciamento da realidade vivenciada, essa análise se apresenta em três formas primordiais:

- A falha de reconhecimento da dinâmica local ao pensar na aplicabilidade da política pública;
- A comunicação, que por vezes, é feita de forma pouco abragente e a partir de uma linguagem técnica que dificulta o entendimento;
- As exigências de enquadramento em determinados programas e políticas públicas que, em determinados momentos são aplicadas de forma generalista e não condizem com as condições do público-alvo.

Esses apontamentos podem justificar o fato de haverem demandas registradas pelas mulheres de Lagoa Grande que já possuem políticas voltadas para tal, e se quer foram mencionadas, o que eleva a responsabilidade e autoridade que os organismos responsáveis possuem em pensar a política pública “por dentro” conforme alude Lindomar Bonetti. Pensar a política pública como um instrumento estratégico de gestão para qualificar as políticas na perspectiva da igualdade é um caminho que se mostra distante para as participantes desta pesquisa, o que se questiona de forma veemente não é apenas a falta, mas também, as estratégias de aplicação de determinadas políticas públicas. Marta Arretche evidencia que a avaliação da eficácia, da eficiência ou da efetividade de programas públicos deve sistematicamente levar em consideração estratégias de implementação que obedeçam aos objetivos estabelecidos.

Quando se trata da agenda de mulheres do campo, o que fica evidente é que as transformações ocorridas são um resultado da constante pressão da classe trabalhadora. São as suas diversas formas de organização que começam a delinear novas frentes para uma atuação mais enraizada a partir da atuação dos movimentos sociais do campo, sobretudo movimentos de mulheres que fortalecem a coalizão do organismo específico de políticas para as mulheres em sua negociação de prioridades entre os programas do governo, tanto que reconhecem a falta de mulheres quilombolas na política institucional como a raiz do problema para que suas demandas integrem agendas públicas.

Na prática, pensar a política institucional como um espaço a ser ocupado por

mulheres quilombolas seria um caminho para a aplicação de políticas públicas que consideram uma determinada vivência, as mulheres de Lagoa Grande expõem o entendimento do processo de domínio das decisões do Estado ao qual se refere Marta Arretche e sendo assim, a primordialidade de haverem mulheres quilombolas inseridas no âmbito político institucional e galgando cargos de responsabilidade para a formulação de políticas públicas. Supõe que, em algum nível essa inserção institucional pode refletir em uma formação de agenda mais próxima das demandas reais.

A ausência de novas ferramentas de identificação de problemas, por outro lado, parece indicar que, se algo se moveu, foi de uma invisibilidade velada em relação à discussões consideradas ainda recentes, que movem as mulheres do campo para um estágio de visibilidade restrita a dados econômicos, em função disso, programas que consideram sobrecarga de trabalho, violência, acesso à educação, entre outros, tem seus instrumentos de gestão não necessariamente abertos às questões propostas por elas.

Um dos questionamentos que emergiram no andamento do estudo diz respeito às alterações legais e descontinuação de políticas e programas públicos que envolvem as mudanças de governo, validando a problemática sobre a ligação de interesses do Estado aos interesses do mercado, para as participantes da pesquisa, essa é uma questão de enfrentamento quando se organizam para demandar as necessidades da comunidade, apontando que interesses coletivos acabam não sobrepondo a interesses individuais, como os de grandes empresários locais, a especulação imobiliária na comunidade é uma indagação levantada nesse sentido.

Desde a primeira roda de conversa o meio ambiente aparece como pauta, esse ponto ganha um maior tom de preocupação a partir do projeto de linha de transmissão que ainda tramita na comunidade, com resistência e liderado por um grupo de mulheres da comunidade, as reuniões tem levado esse problema até políticos locais, a conjuntura que gira em torno dessa questão diz respeito a proteção e preservação do território que está garantido por lei.

Atentas a tudo que acontece na comunidade, não é a mercê, que no decorrer deste estudo, as mulheres de Lagoa Grande são nomeadas como as guardiãs do Território. O processo de conscientização coletiva a qual Fischer se refere é constatado na dinâmica participativa das mulheres na comunidade, é comum o entendimento da precisão de uma democracia participativa nos moldes do pensamento de Boaventura de Sousa Santos, como forma de emancipação.

Na comunidade, se compreende de forma clara que é esse o caminho que permite a expansão da cidadania das mulheres e de toda a comunidade, trazendo a noção de que através da participação social, as mulheres do capo, que em outros tempos já foram excluídas, precisam permanecer em luta constante para garantir seus espaços nos locais de decisão, na comunidade e na sociedade como um todo. Em vista disso, sobressai o papel da AQCOMAQ como uma ferramenta de fundamental importância de articulação das mulheres da comunidade de Lagoa Grande, caracterizada pelas participantes como um espaço de participação social ativa, de formação e de organização política.

É de percepção comum também, que a participação não é um processo que se finda, que quando há uma pauta atendida, há a luta por novas demandas e para garantir o que já foi conquistado. Boa parte desse entendimento ratifica cobranças acerca do acesso à educação para mulheres do campo, no papel de mães, esse é fator crucial e fundamental considerado quando se fala do futuro dos filhos. O reconhecimento de um número significativo de mulheres cursando nível superior pode representar um dos passos mais significativos que os movimentos de mulheres problematizam há séculos.

Conforme colocam as autoras Cinzia Arruza, Tithi Batthacharya e Nancy Fraser, nem sempre a luta dos trabalhadores e trabalhadoras pela educação é causada única e exclusivamente na esfera de galgar melhorias de salário, é também por acesso a lazer, a espaços de cultura, a cidadania e existência digna. A remuneração se mostra como um fator importante como já avistava Davis (2016), a vista disso, a educação se configura também como um instrumento de emancipação feminina no campo e consequentemente de atravessamento de barreiras históricas e geracionais.

As mães participantes dessa pesquisa comungam desta mesma pretensão quando se trata dos filhos, um esforço em garantir que eles tenha acesso à educação pública de qualidade e possam ocupar todos os espaços, a expressão “futuro melhor” engloba não apenas uma posição melhor no mercado de trabalho, mas também uma forma de retroalimentar a organização comunitária que fora construída na comunidade até hoje, o fortalecimento da identidade quilombola integra essa discussão e configura uma exigência reiterada quando se trata da educação escolar quilombola.

É possível verificar que a sobrecarga de trabalho ainda atinge as mulheres do campo, nessa conjuntura, as mães solas acabam por demonstrar de forma mais consistente as limitações que advém dessa configuração, que não são poucas. Esta observação perpassa por duas linhas de pensamento, uma que compreende que a sobrecarga de trabalho das mães que assumem sozinhas o papel de cuidar dos filhos e isso pode ser

entendido através das falas que denotam a ausência paterna na divisão dessas tarefas, como também surpreende o fato da demonstração de um certo alívio ao terem saído de relações que minavam seus objetivos, especialmente quando se referem a “trabalhar fora”.

Assim, a rede de apoio é uma convenção entre elas, é a partir dessa conformação que grande parte das mulheres demonstram conseguir dar conta das tantas atividades, dividir os afazeres de cuidado no dia-a-dia aparece como instrumento principal que garante a conquista dessas mulheres a determinados objetivos, o trabalho é um deles.

Por isso, na árvore problema a empatia aparece como uma solicitação interna, chamando atenção para a importância de as mulheres de Lagoa Grande estarem conectadas, enquanto mulheres quilombolas que se reconhecem em locais de vulnerabilidade em uma estrutura social que é machista, misógina e racista e que todos essas problemáticas as atingem diretamente. Há uma apreensão em torno de possíveis divisões entre elas que possam causar enfraquecimento na luta das mulheres da comunidade por direitos, nessa linha de pensamento, as divergências a respeito da religião e tensões político partidárias se apresentam como um fator ligado a essa inquietude, a conclusão é de que estes temas sugerem possibilidades de estudos futuros.

Abordar a intolerância e o racismo religioso extrapolou a agenda dos objetivos da pesquisa, mas cabe salientar o reconhecimento da relevância do assunto que esteve presente em todas as rodas de conversa, discussões e atividades acompanhadas. Em suas reflexões, Sueli Carneiro chama atenção para temas que se tornam ausentes em determinadas discussões de governos, sendo o racismo um deles, e também critica à baixa alusão às políticas de superação das desigualdades criadas pelo racismo. Um resultado admirável é aferir que na comunidade quilombola de Lagoa Grande, as relações de poder estão sendo revistas, revisitadas, subvertidas e transformadas pelas mulheres através de seus próprios processos de conscientização, aprendizado e emancipação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. **Política & Sociedade**, n. 15, edição especial, p. 261-295, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984>.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. **Estudos Avançados**, v. 17, n 4, p.13-150, 2003. DOI: 10.1590/S0103-40142003000300009.

ARENDT, Hannah. **Sobre a revolução**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. **Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas**. In: BARREIRA, M. C. R. N; CARVALHO, M. do C. B. (Orgs.). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC-SP, p. 43-56, 2001.

ARRUZZA, Cinzia; BATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Tradução Heci Regina Candiani, São Paulo: Boitempo, 2019.

BACHARACH, Peter; BARATAZ, Morton S. Two Faces of Power. *American Science Review*, 56. 1962.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo Sexo: fatos e mitos**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BITENCOURT, M. **Bahia tem o segundo maior percentual de mulheres produtoras rurais no país**. Correio, 2018. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/bahia-tem-o-segundo-maior-percentual-de-mulheres-produtoras-rurais-no-pais/>. Acesso em: 10 março 2023.

BRASIL. **Constituição (Art. 189)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal, Brasília - DF, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Palácio do Planalto, Brasília - DF, 2003.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Palácio do Planalto, Brasília - DF, 2003.

BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Art. 8)**. Palácio do Planalto, Brasília - DF, 2010.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019**. Palácio do Planalto, Brasília - DF, 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (org.). **Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Fortaleza: NEAD, 2000.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural**, Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/mulheres-do-campo-e-da-floresta/mulheres-rurais/area-rural/programa-nacional-de-documentacao-da-trabalhadora-rural>. Acesso em 28 abril 2023.

BOBBIO, Norberto. **ESTADO, GOVERNO E SOCIEDADE**: Para uma teoria geral da política. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BONETI, Lindomar Wessler. **POLÍTICAS PÚBLICAS POR DENTRO**. 4ª Edição. Editora Unijuí: Ijuí, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **SOBRE O ESTADO**: cursos no Collège France (1989-92). Tradução: Rosa Freire d' Aguiar. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BUTLER, Judith. Regulações de Gênero. **Cadernos Pagu**, n. 1, v. 42, p. 249-274, janeiro-junho de 2014.

BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. **Autonomia e cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, 1º Ed. Brasília, 2011.

CAR. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. **Projetos**. 2023. Disponível em: <http://www.car.ba.gov.br/index.php/projetos>. Acesso em 26 março 2023.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 17, p. 117-132, 2004.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CEFAÏ, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas: o que nos ensina o pragmatismo. **Cadernos CEBRAP**, n. 1, v. 36, p. 187-213, São Paulo, 2017.

CENSO AGROPECUÁRIO. **Resultados**. 2017. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em 20 outubro 2023.

CORAL, Eliza; GEISLER, Lisiane. Motivação para a inovação. In: CORAL, Eliza; OGLIARI, André; ABREU, Aline França de. **Gestão integrada da inovação: estratégia, organização e desenvolvimento de produtos**. São Paulo: Atlas, 2008. p. 14 -27.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

DIAS, Reinaldo.; MATOS, Fernanda. **Políticas Públicas**: Princípios, Propósitos e Processos. São Paulo: ATLAS, 2012.

DIAS, Wilson José Vasconcelos. **Territórios de Identidade e Políticas Públicas na Bahia**: Gênese, resultados, reflexões e desafios. Feira de Santana: Zarte, 2017.

DÍAZ, Martha Susana. **ELAS SÃO, MULHERES DESEMPREGADAS E MOBILIZADAS ENTRE A LUTA E A SUBSISTÊNCIA: O CASO DO GOLFO SAN JORGE**. 2015. 286 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 17. ed. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

DYE, Thomas. R. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs: N.J.: Prentice Hall, 1984.

EASTON, David. **The political system**. Nova York: The Free Press, 1984.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **MULHERES RURAIS DO BRASIL**: Políticas Públicas para fomentar a participação feminina no campo, 2023. Disponível em: [3m,https://www.embrapa.br/observatorio-das-mulheres-rurais-do-brasil/politicas-publicas](https://www.embrapa.br/observatorio-das-mulheres-rurais-do-brasil/politicas-publicas). Acesso em: 12 março 2023.

ENAP. Escola Nacional de Administração Pública. **As Mulheres nas Estatísticas Agropecuárias**: Experiências em países do Sul, 2006. Disponível em: <https://exposicao.enap.gov.br/items/show/244>. Acesso em: 10 de abril de 2023.

FARAH, Marta Ferreira Santos. GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v 12, n 1, p. 47-71, janeiro-abril/2004.

FAO. Food and Agriculture Organization. **Novo relatório da FAO**: Igualdade para mulheres em sistemas agroalimentares pode acabar com a insegurança alimentar de 45 milhões de pessoas. 2023. Acesso em 10 dezembro 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1636863/>.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: Coletivo Sycorax, São Paulo: Elefante, 2019.

FISCHER, Izaura Rufino. **O protagonismo da mulher rural no contexto de dominação**. Recife: Massangana, 2006.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Informações Quilombolas**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/informacoes-quilombolas>. Acesso em: 24 setembro 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6°. ed. São Paulo: ATLAS, 2008.

GLUCKMAN, Max. **Análise de uma situação social na Zululândia moderna**. São Paulo: Global Universitária, 1987.

GÓMEZ, José Maria. **Política e democracia em tempos de globalização**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GUANZIROLI, Carlos Henrique; CARDIM, Silvia Elizabeth de C. S. (Org.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar – O Brasil Redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília, 2000.

HEERDT, Mauri Luiz; LEONEL, Vilson. **Metodologia Científica e da Pesquisa**: livro didático. 5ª. ed. Palhoça: Unisul Virtual, 2007.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. GÊNERO E ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL BRASILEIRO. **REVISTA NERA**, v.9, n. 8, p. 1–28, 2006.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: A educação como prática de liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2003

HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução: Ana Luiza Libânio. 1º ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/feira-de-santana/panorama>. Acesso em 07 junho 2023.

IEPS. Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana. **PROJETO CANTINA SOLIDÁRIA III – “Sabores do Quilombo”**. Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2015.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Governança Fundiária**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria>. Acesso em: 10 de abril 2023.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **BRASIL: Retrato das desigualdades Gênero Raça**, UNIFEM/IPEA, 2003. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/primeiraedicao.pdf>. Acesso em: 02 de abril 2023.

KIPNIS-GUERRA, Beatriz. Violência contra a Mulher: Contribuição sobre as Diferenças Contextuais dos Meios Urbano e Rural. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 7, n. 1, p. 137- 158, 2018.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica**: Teoria da ciência e iniciação à pesquisa. [S.l.]: Editora Vozes, 2011.

LASWELL, Harold D. Politics: Who Gets What, When, How. Cleveland: Meridian Books, 1956.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens, tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LINDBLOM, Charles E. The Science of Mudding Though. Public Administration Review. 1959.

MACEDO, José Rivair; LOPES, Nei. **Dicionário de História da África**: séculos VII-XVI. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 9º ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATOS, Ângela Carine Felix de Oliveira; SILVA, Gilmar Oliveira da; SOUZA, Elane Bastos de. FORMAS DE ACESSO À TERRA EM FEIRA DE SANTANA (BA): UMA ANÁLISE A PARTIR DO TERRITÓRIO. **II Simpósio Baiano de Geografia Agrária**: entre a teoria e a prática, articulações e resistências. Universidade Federal da Bahia, julho de 2017. Disponível em: https://2sbga2017.ufba.br/sites/2sbga2017.ufba.br/files/eixo_2_elane_gilmar_carine.pdf . Acesso em abril 2023.

MÉLLO, Ricardo Pimentel; SILVA, Alyne Alvarez; LIMA, Maria Lúcia Chaves; PAOLO, Angela Flexa Di. Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa. **Psicologia e Sociedade**, v.19, n.3, p. 26-32, 2007.

MENDONÇA, Livia de Carvalho. **ESCREVIVENDO ESCRITA DE REMANESCENTES QUILOMBOLAS NO DOMÍNIO ESCOLAR E NA VIDA COTIDIANA: UMA ABORDAGEM DIALÓGICA**, 2014, 250 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagens) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

MMC. Movimento de Mulheres Camponesas. **História**. Disponível em: <https://mmcbrasil.org/historia/>. Acesso em 10 de outubro 2023.

MINAYO. Maria Cecília de Souza (org.). **Teoria, Método e Criatividade**. 21ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Ramos de Souza. **Avaliação por triangulação de métodos**. 20º. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Quem Somos**. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em 10 novembro 2023.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Reforma agrária popular depende da luta das mulheres**. 2014. Disponível em: <https://mst.org.br/2014/02/13/reforma-agraria-popular-depender-da-luta-das-mulheres/html>. Acesso em: 14 outubro 2023.

NOGUEIRA, Claudia Maria Franca Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. 2003. 170 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social**. Brasília: ONU Mulheres, 2016. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/05/encarte-Mais-igualdade-para-as-mulheres-brasileiras_site_v2.pdf. acesso em 28 de maio 2023.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Campanha Regional promove 15 dias de mobilização pelos direitos das mulheres do campo**. ONU Mulheres, 2019. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/campanha-regional-promove-15-dias-de-mobilizacao-pelos-direitos-das-mulheres-do-campo/>. acesso em 15 de setembro 2023.

PIMENTA, Sara Deolinda Cardoso. Participação, poder e democracia – Mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural. **Cadernos de Trabalho Netsal**, v. 1, n. 1, p. 3-29, 2013.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRIORE, Mary Del. **A mulher na história do Brasil**. 4º. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª. ed. Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul: Feevale, 2013.

RAMOS, Crystiane Pontes. MULHERES RURAIS ATUANDO NO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR LOCAL. **Revista Gênero**, Niterói, v. 15, p. 29-46, janeiro, 2014.

RASEAM. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, novembro, 2013. Disponível em: http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wpcontent/uploads/2015/02/RASEAM_interativo.pdf. Acesso em 23 abril 2023.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado e violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Estudos Feministas**, v.15, n.02, p. 437 – 443, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **DEMOCRATIZAR A DEMOCRACIA: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SDR. Secretaria de Desenvolvimento Rural. **Bahia tem maior número de mulheres à frente dos empreendimentos rurais no país**. 2018. Disponível em: <http://www.bahiaater.sdr.ba.gov.br/noticias/2018-08-06/bahia-tem-maior-numero-de-mulheres-frente-dos-empreendimentos-rurais-no-pais>. Acesso em 12 de dezembro 2023.

SEDUC, Secretaria de Educação do Estado da Bahia. **Educação Escolar Quilombola**, 2023. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/educacao-escolar-quilombola>. Acesso em: 12 abril 2023.

SECULT, Secretaria de Cultura da Bahia. **Divisão Territorial da Bahia**, 2023. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=314>. Acesso em: 25 abril 2023.

SCHERER-WARREN, Ilse. **A política dos movimentos sociais para o mundo rural**. Palestra proferida no II Encontro da Rede de Estudos Rurais, UFRJ, 2007.

SIPAC, Sistema de Informações do Patrimônio Cultural da Bahia. **Territórios de Identidade**, 2023. Disponível em: <http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/>. Acesso em 10 março 2023.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo; SOUZA, Marcelino de; NASCIMENTO, Carlos Alves do. **DESENVOLVIMENTO RURAL E GÊNERO: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

TIBURI, Marcia. Ofélia morta – do discurso à imagem. **Estudos Feministas**, v. 18, n. 2, p. 301-318, 2010.

UNIFEM. **O progresso das mulheres no Brasil – UNIFEM**. Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (Cepia). 297 pg. Brasília, 2006.

APÊNDICES**APÊNDICE A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM****TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM**

Eu, _____, inscrito no CPF sob nº _____, AUTORIZO o uso de minha imagem em fotos ou filme, sem finalidade comercial, para ser utilizada no trabalho intitulado: **POLÍTICAS PÚBLICAS, PARTICIPAÇÃO E EMANCIPAÇÃO: NARRATIVAS DAS MULHERES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE LAGOA GRANDE, ZONA RURAL DE FEIRA DE SANTANA- BAHIA**. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) home page; (II) cartazes; (III) Redes Sociais (IV); divulgação em geral. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Feira de Santana, ____ de novembro de 2023.

Assinatura